



Relatório de 1 ano de Gestão Procuradoria-Geral de Justiça

Biênio - 2021-2023



Mensagem do Procurador-Geral de Justiça

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Estamos completando um ano de mandato à frente do Ministério Público do Estado do Pará. É tempo de parabenizar, é tempo de agradecer, mas é tempo de renovar compromissos. Parabéns a todos aqueles que ajudam a edificar um órgão com a pujança do nosso Ministério Público. Parabéns a membros e servidores que se aliaram a nossa administração no firme propósito de, com empenho desmedido, satisfazer os legítimos anseios da sociedade paraense, notadamente os que mais necessitam.

Avançamos muito, avançamos em todas as áreas, em todas as frentes. Construímos um novo perfil na área dos direitos humanos, crescemos em infraestrutura, na capital, inclusive, duplicando a área disponível, e no interior com mais de vinte projetos em andamento. Estamos fortalecendo nossas aplicações em tecnologia da informação. Nosso gabinete de segurança institucional é hoje reconhecido pelo CNMP como um dos melhores do país, entre os MPs, graças aos investimentos que têm sido feitos, também na área de inteligência e de contrainteligência. Abreviamos nosso fluxo nos processos internos, especialmente nos processos licitatórios e de controle, e estamos realizando dois concursos públicos de grande envergadura, para membros e servidores.

É momento também de agradecer pelo apoio que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm nos emprestado, bem como às instituições em geral, em um processo de integração imprescindível a boa prestação dos serviços à população paraense.

Renovamos, assim, o nosso compromisso, de toda a administração, de manter soerguidos os valores que sempre nortearam o Ministério Público paraense e, ao cabo de nossa missão, colocar o MPPA entre os mais eficientes do país.

Deixo, pois, as nossas homenagens a todas e todos que, incansavelmente, dedicam grande parte de suas vidas no MPPA, a cumprir o desiderato de dar vazão ao clamor da sociedade paraense, única destinatária dos nosso préstimos.

Obrigado

César Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador-Geral de Justiça



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça

César Bechara Nader Mattar Júnior

Subprocurador-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional

Antônio Eduardo Barleta de Almeida

Subprocuradora-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa

Ubiragilda Silva Pimentel

Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (2021)

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho

Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (2022)

Érica Menezes de Oliveira

Colégio de Procuradores de Justiça

César Bechara Nader Mattar Júnior (presidente)

Manoel Santino Nascimento Junior

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves

Claudio Bezerra de Melo

Ubiragilda Silva Pimentel

Luiz Cesar Tavares Bibas

Geraldo de Mendonça Rocha

Francisco Barbosa de Oliveira

Dulcelinda Lobato Pantoja

Marcos Antônio Ferreira das Neves

Adélio Mendes dos Santos

Mariza Machado da Silva Lima

Antonio Eduardo Barleta de Almeida

Ricardo Albuquerque da Silva

Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater

Mario Nonato Falangola

Maria da Conceição Gomes de Souza

Maria da Conceição de Mattos Sousa

Leila Maria Marques de Moraes

Tereza Cristina Barata Batista de Lima

Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos

Estevam Alves Sampaio Filho

Jorge de Mendonça Rocha

Hezedequias Mesquita da Costa

Maria Célia Filocreão Gonçalves

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo

Nelson Pereira Medrado

Rosa Maria Rodrigues Carvalho

Hamilton Nogueira Salame

Waldir Macieira da Costa Filho

Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

Corregedor-Geral

Manoel Santino Nascimento Junior

1º Subcorregedor-Geral

Dulcelinda Lobato Pantoja

2º Subcorregedor-Geral

Geraldo de Mendonça Rocha

Ouvidor-Geral

Adélio Mendes dos Santos

Conselho Superior

César Bechara Nader Mattar Júnior (Presidente)

Manoel Santino Nascimento Junior

Francisco Barbosa de Oliveira (Conselheiro Secretário)

Waldir Macieira da Costa Filho

Marcos Antônio Ferreira das Neves

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo

Rosa Maria Rodrigues Carvalho

Supervisão dos Centros de Apoio Operacional

Mônica Rei Moreira Freire

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão

Ângela Maria Balieiro Queiroz

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal

José Maria Gomes dos Santos

Coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Mônica Rei Moreira Freire

Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais

Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos

Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos

Ana Cláudia Bastos de Pinho

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Ambiental

Albely Miranda Lobato Teixeira

Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público

Lauro Francisco da Silva Freitas Junior

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Técnico

Daniela Souza Filho Moura

SUMÁRIO

Memórias 130 Anos do MPPA.....	9
Atos alusivos marcam comemoração	
Lei reconhece a data de 22 de junho como Dia do Ministério Público do Pará.....	10
A Lei foi sancionada pelo governador Helder Barbalho e publicada no Diário Oficial do Estado	
MPPA sedia eventos do CNPG e CNMP.....	11
Interiorização	12
Programa da Procuradoria-Geral de Justiça busca aproximação com membros e servidores por todo o Pará	
MPPA recebe a visita institucional da Embaixadora do Líbano no Brasil e de autoridades nacionais	14
Encontros oficiais consolidam relações institucionais	
Reconhecimento.....	15
MPPA é agraciado com Medalhas do Mérito Judiciário e PGJ César Mattar Jr. recebe Medalha do Mérito Eleitoral	
Núcleos especializados instalados pelo Pará.....	17
Núcleo Eleitoral, em Icoaraci, e Núcleo Étnico-Racial, em Santarém	
Ministério Público Paraense premiado pelo CNMP.....	18
Atuação nas áreas de Segurança, Gestão e Diversidade são reconhecidas	
Práticas da Corregedoria-Geral do Ministério Público são premiadas.....	19
Corregedoria-Geral da União premia MPPA na categoria Gestão	
Atuação da Mulher paraense reconhecida.....	20
Ministério Público incentiva “Mulheres Emponderadas” com Prêmio	
Do tamanho da responsabilidade do Ministério Público.....	20
Convênios e Acordos marcam ampliação da estrutura e serviços do MPPA	
Programas Institucionais em prol da Sociedade.....	21
Integridade e Eleições são objeto das ações	
Combate à Pandemia.....	22
Procuradoria-Geral de Justiça investe em ações contra o coronavírus	
Instituição adota Protocolo Médico de Atendimento do Ministério da Saúde.....	23
Alterações propostas pela Procuradoria-Geral de Justiça ampliam a conversão em pecúnia.....	24
Valorização e Reconhecimento	25
Sancionada Lei que revisa remuneração de servidores e institui novo auxílio-saúde do MPPA	
Novas Leis.....	25

Agilidade e eficiência	26
Procuradoria-Geral de Justiça assina contrato para aquisição do Sistema de Automação da Justiça.	
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação.....	27
Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA e PJE.....	27
Gabinete Militar atua em busca de aprimoramento da segurança no MPPA.....	28
Atuação aconteceu na capital e interior do Estado	
Reconhecimento.....	30
PGJ e ex-Ouvidora são homenageados com honraria do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público	
MPPA fortalece o Planejamento Estratégico institucional.....	31
Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico	
Qualificação da Atividade Funcional On-Line e Presencial.....	33
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
Principais Ações do GAECO no Ano de 2021 geradoras de impacto na sociedade.....	38
Grupo de atuação especializada no combate ao crime organizado	
Mais Segurança para o Ministério Público.....	41
Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional	
Combate à violência contra Mulher.....	43
Núcleo de proteção à Mulher	
PGJ investe em infraestrutura e comunicação para melhoria do atendimento à população.....	45
Departamento de Administração	
Administração avança e agiliza as atividades de Controle Interno.....	47
Comissão de Controle Interno	
MPPA investe em tecnologia na capital e interior do Pará.....	48
Departamento de informática	
Medidas Aperfeiçoam Fluxos de Licitação e Contratos.....	49
Atividade de licitação e contratos	
Novas sedes na capital e interior	51
A Procuradoria-Geral de Justiça trabalha no Investimento de Reformas e Construções de Sedes do Ministério Público	
Departamento de Obras e Manutenção	
Concurso Público	53
Meta da Atual Gestão é abrir 65 vagas para membros e 74 para Servidores + Cadastro de Reserva	
Departamento de Recursos Humanos	
Prevenção e Combate à Corrupção.....	55
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Controle Fiscal	

Capacitação e Incentivo a Autocomposição.....	59
Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição	
Reformulação de Atividades e Novos Projetos Agilizam a Atuação na Área Criminal.....	63
Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial	
Novo Modelo Reestrutura as Atividades.....	75
Supervisão Administrativa do CAO	
Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.....	78
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	
Apoio Técnico aos Membros é fortalecido.....	93
Centro de Apoio Operacional Técnico	
Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	98
Centro de apoio Operacional aAmbiental	
Direitos Humanos Importam.....	105
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos	
Resguardando os Direitos Cíveis, Eleitorais e do Consumidor.....	110
Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão	
MPPA em Defesa dos Direitos Sociais, da Saúde e da Educação	114
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais	

Memórias 130 Anos do MPPA

Atos alusivos marcam comemoração



O Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará aprovou resolução reconhecendo o dia 22 de junho como data de criação oficial do Ministério Público do Estado, com base no art. 40 da Constituição Estadual de 1891 e o institui como data magna. A sessão extraordinária ocorreu no dia 21 de junho e o texto da resolução foi aprovado por unanimidade.

Em alusão a data histórica, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou Ato Comemorativo aos 130 anos do Ministério Público do Estado do Pará, no hall de entrada do prédio-sede da instituição, no dia 22 de junho. O evento foi prestigiado por membros e servidores, além de autoridades que transmitiram às felicitações em vídeos congratulatórios.

Lei reconhece a data de 22 de junho como Dia do Ministério Público do Pará

A Lei foi sancionada pelo governador Helder Barbalho e publicada no Diário Oficial do Estado



O Governador do Pará, Helder Barbalho, sancionou no dia 29 de novembro de 2021, a lei que reconhece a data 22 de junho como dia do Ministério Público do Pará. A Lei nº 9.357, Art.1º, institui que a data será celebrada todos os anos e constará no calendário oficial do Estado. A nova lei foi publicada no Diário Oficial do Estado de 1º de dezembro de 2021.

O projeto de Lei foi aprovado, à unanimidade, no dia 16 de novembro, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará. O dia 22 de junho foi reconhecido pelo Colégio de Procuradores de Justiça, por proposição da Procuradoria-Geral de Justiça, como data magna para a instituição. A data decorre da criação do MPPA por força da promulgação da Constituição Estadual de 1891, a primeira republicana, e das comemorações em curso pelos 130 anos do MP paraense.

MPPA sedia eventos do CNPG e CNMP

O Ministério Público do Pará foi sede de reunião conjunta do Conselho Nacional do Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG) e da Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp), que mobilizou dirigentes de associações, conselheiros nacionais (CNMP) e membros do MP de diversos Estados, presencialmente ou virtualmente, para debater a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC5, no Congresso Nacional; aprovação de Nota Técnica do Código de Ética do MP e, por fim, mecanismos de enfrentamento às organizações criminosas.

Em agosto de 2021, o MPPA também recebeu o 4º Workshop “Lei Geral de Proteção de Dados para o Ministério Público”, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Durante os dias do workshop foram apresentados os principais pontos e esclarecidas as dúvidas de membros e servidores dos Estados da Região Norte sobre a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de 14 de agosto de 2018. A participação presencial foi limitada devido as restrições decorrentes da pandemia da covid-19.



Interiorização

Programa da Procuradoria-Geral de Justiça busca aproximação com membros e servidores por todo o Pará

O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Júnior e membros da Administração Superior, visitaram entre abril de 2021 e abril de 2022, nove das quinze regiões administrativas do Ministério Público do Estado.

O Programa tem como principal objetivo o fortalecimento do MPPA, com a aproximação da administração superior com os membros e servidores das Promotorias em todo o Pará. Ao todo, a Interiorização percorreu 38 municípios.

“Estamos seguindo não somente uma promessa de campanha, um compromisso firmado com colegas e servidores, mas como obrigação mesmo da administração, instituímos o projeto de interiorização. Estamos dividindo em etapas a nossa programação de visitas, no intuito de que até o final deste mandato, nós consigamos visitar e estar com membros e servidores de todas as promotorias do Estado do Pará. Queremos fortalecer o Ministério Público do Pará”, finalizou o Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr.





MPPA recebe a visita institucional da Embaixadora do Líbano no Brasil e de autoridades nacionais

Encontros oficiais consolidam relações institucionais

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr., recebeu no mês de novembro de 2021, visita de cortesia da Embaixadora da República do Líbano no Brasil, Carla Jazzar, que veio acompanhada do Cônsul Honorário do Líbano no Pará, Makran Said e do Presidente da Federação Libanesa no Pará, Kamal Hojeij. Na pauta o fortalecimento de laços e parcerias entre o Ministério Público do Estado (MPPA) e a comunidade libanesa no Pará.

Também em encontros oficiais, o PGJ, recebeu em dezembro, a visita de cortesia do presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Justiça e presidente do TJ do Rio Grande do Sul, desembargador Voltaire de Lima Moraes. A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima, também participou do encontro. Na pauta o fortalecimento entre o Ministério Público do Estado (MPPA) e o Poder Judiciário.



Reconhecimento

MPPA é agraciado com Medalhas do Mérito Judiciário e PGJ César Mattar Jr. recebe Medalha do Mérito Eleitoral

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., recebeu em nome do Ministério Público do Estado, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário - grau Grande Oficial. A Medalha do Mérito Judiciário é concedida a magistrados, militares, autoridades públicas, servidoras, servidores, instituições e professores que se tornaram referência para o Poder Judiciário e para a sociedade paraense.

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., recebeu também em nome do Ministério Público do Estado (MPPA), a Medalha comemorativa aos 60 anos de autonomia institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, que tem sua origem na Lei nº 1.843, de 30 de dezembro de 1959.

A comenda do MPC é concedida às pessoas e instituições que ao longo desses anos, contribuíram para o amadurecimento institucional do órgão.

Ainda em sessões especiais, o PGJ, César Mattar Jr., foi agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral, na 6ª sessão solene do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA).

A Medalha do Mérito Eleitoral do TRE/PA, é destinada para autoridades, personalidades e instituições que tenham prestado relevantes serviços à Justiça eleitoral do Pará. A Comenda foi instituída em 2005, sob a presidência do desembargador Rômulo Ferreira Nunes, e regulamentada no ano de 2010.





O PGJ César Mattar Jr. foi condecorado com a Medalha - classe jurista, onde são agraciados os magistrados, membros do Ministério Público, advogados e bacharéis em direito, cuja dignidade e tirocínio no exercício da função junto à Justiça eleitoral os credenciam ao reconhecimento de seus pares e da sociedade para receberem a medalha.

César Mattar Jr., também foi homenageado em setembro, com a outorga da medalha “Coronel Fontoura Grau Comendador” - a mais alta honraria da Polícia Militar do Estado do Pará. A condecoração foi criada através do Decreto nº 986, de 17 de setembro de 1980, e, é um reconhecimento às autoridades civis e militares que prestaram relevantes serviços à corporação.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr., também recebeu, em cerimônia oficial por ocasião do Aniversário de 406 anos de Belém, a medalha Francisco Caldeira Castelo Branco. A honraria foi entregue pelo Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, em solenidade realizada na Igreja de Santo Alexandre.

A medalha Francisco Caldeira Castelo Branco foi instituída pelo

Decreto nº 14.535/78 e constitui-se a mais importante comenda oferecida pela Prefeitura de Belém. É entregue na data de aniversário da cidade para homenagear personalidades que contribuíram para a cidade de Belém em seu segmento ou área de atuação.

Ainda no 1º ano de gestão, o Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., e o promotor de Justiça Alexandre Tourinho, receberam a Medalha Dom Pedro II - grau Comendador.

A Medalha Dom Pedro II é concedida para autoridades e personalidades em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Pará, conforme decreto governamental publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 2 de julho de 2021.

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. recebeu nesta sexta-feira, 22 de outubro, da Câmara Municipal, o Título Honorífico de “Cidadão de Belém”. Junto a essa honraria foram entregues, pelos representantes do Poder Legislativo municipal, o Diploma “Mérito Judiciário Elder Lisboa” e a “Medalha Brasão D’Armas de Belém”.

Núcleos especializados instalados pelo Pará

Núcleo Eleitoral, em Icoaraci,
e Núcleo Étnico-Racial,
em Santarém

O Procurador-Geral de Justiça instalou dois núcleos especializados em Regiões Administrativas distintas, descentralizando a atuação do Ministério Público no município-sede. O Núcleo Eleitoral, na sede da Região Administrativa “Belém I”, situada no Distrito de Icoaraci, é o primeiro deles, vinculado ao Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão, sob a coordenação do Promotor de Justiça José Edvaldo Pereira Sales. O segundo é o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, tendo por coordenadora a Promotora de Justiça Lílian Regina Furtado Braga, instalado na sede da Região Administrativa do Baixo Amazonas, com sede em Santarém.



Ministério Público Paraense pre- miado pelo CNMP

Atuação nas áreas de Segurança, Gestão e Diversidade são reconhecidas

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu com o primeiro Lugar do Prêmio CNMP 2021, na categoria Governança e Gestão, o Ministério Público do Estado do Pará, com o projeto de aplicativo digital, criado e programado pelo Promotor de Justiça de 2ª entrada Mauro Messias, para a dosimetria da pena, analisando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (pena abstrata e concreta) e verificação do cabimento do acordo de não persecução penal, da transação penal, do sursis processual, da progressão de regime e do livramento condicional, intitulado Sistema de Inteligência Artificial – AppCrim.

Ainda na área de segurança, o CNMP, concedeu certificado ao MPPA pelo destaque na campanha nacional “MP + Seguro”, promovida pela Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP). A Diversidade também mereceu destaque, com o Selo “Respeito e Diversidade”, concedido em reconhecimento pelas ações do projeto “A garantia dos direitos de pessoas LGBTI: Uma política institucional do MPPA”.

Na ocasião, o Procurador-Geral de Justiça do MPPA, César Mattar Jr., foi representado pela promotora de Justiça Lilian Freire.



Práticas da Corregedoria-Geral do Ministério Público são premiadas

Corregedoria-Geral da União premia MPPA na categoria Gestão

A Corregedoria-Geral do Ministério Público conquistou o 2º lugar na categoria Inovação no II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU), com o Projeto “Corregedoria e a Agenda de Direitos Humanos”. A premiação trouxe à Belém, o Corregedor-Geral da Controladoria Geral da União, Gilberto Waller Júnior, para a entrega do troféu ao Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. e ao Corregedor-Geral, Manoel Santino Nascimento Júnior.



Atuação da Mulher paraense reconhecida

Ministério Público incentiva “Mulheres Empoderadas” com Prêmio

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio de seu Núcleo de Proteção à Mulher, reconheceu o trabalho e a atuação de mulheres, no âmbito do Estado do Pará, com o Prêmio Mulheres Empoderadas. Na edição 2021, 10 delas foram agraciadas com a honraria, sendo saudadas por Maria da Penha, que deu nome à Lei de enfrentamento a violência doméstica, que completou 15 anos de vigência neste ano, em vídeo especialmente gravado para a ocasião.



Do tamanho da responsabilidade do Ministério Público

Convênios e Acordos marcam ampliação da estrutura e serviços do MPPA

O Protocolo de Intenções para a afetação e transferência do bem imóvel de 20.846,33 m² para a construção da nova sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Avenida Almirante Barroso, esquina com a Avenida Doutor Freitas, celebrado com o Governo do Estado do Pará; os Termos de Cooperação Técnica para o de-

envolvimento de ações direcionadas às micro e pequenas empresas, no incentivo à implementação e aperfeiçoamento de Programas de Integridade, com o Sebrae/PA, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e de Meio Ambiente (SEMMAS), para o fortalecimento de ações em suas áreas de atuação, com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), para o enfrentamento às questões como aumento do desmatamento e queimadas, com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Pará (CRMV/PA), na parceria em atividades que envolvam a proteção do Direito Animal, com o Ministério Público Federal e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, pela garantia de direitos nas eleições; O Convênio de Cooperação Técnica, para o cumprimento das políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades sociais e meritórias com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA), são dos instrumentos firmados pelo Ministério Público do Estado do Pará objetivando aprimorar e fortalecer a sua atuação junto à sociedade.

Programas Institucionais em prol da Sociedade

Integridade e Eleições são objeto das ações

O Ministério Público do Estado lançou programas de gestão em temas de alta abrangência social, a exemplo do Programa de Integridade Institucional, no combate à corrupção por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal, coordenado pelo Promotor de Justiça Lauro Freitas, na presença do auditor da Controladoria Geral da União (CGU), professor doutor Mário Spinelli, e do Programa Função Social da Mesa Receptora de Votos, do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC) e Núcleo Eleitoral, para transformar as mesas de recepção de votos no dia das eleições em mesas receptora de denúncias de violação de direitos dos eleitores.



Combate à Pandemia

Procuradoria-Geral de Justiça investe em ações contra o coronavírus



A Procuradoria-Geral de Justiça entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, investiu em ações de combate à pandemia da Covid-19. Em 2021 foram distribuídas mais de 5.000 unidades de máscaras descartáveis para todas as regiões administrativas, além de face shields, álcool em gel e realizadas ações de sanitização em vários prédios do Ministério Público do Estado.

Também foram adquiridos óculos de proteção individual e máscaras padrão N95 que em breve serão disponibilizadas ratificando o compromisso de atual gestão em garantir condições sanitárias e um ambiente de trabalho seguro para membros, servidores, colaboradores e a população em geral que procura o MPPA.

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), por meio do Departamento Médico Odontológico (DMO) em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (Sespa) realizou testes rápidos de antígeno para Covid-19 com membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado (MPPA) que apresentarem sintomas gripais, a partir do

3º dia do início dos sintomas. A testagem é uma das medidas programadas pela Administração Superior para fortalecer o combate ao novo coronavírus.

Outras ações importantes estão sendo tomadas pelo Ministério Público do Estado do Pará para fortalecer a prevenção e o combate ao novo coronavírus (Covid-19) e a Influenza H3N2. Por meio dessas medidas, a Administração Superior reforça o seu compromisso em preservar a saúde de seus membros, servidores, estagiários, colaboradores e da população em geral, recomendando a adoção de práticas sanitárias amplamente divulgadas, do distanciamento social e da vacinação, se mantendo atento para implementação de novas ações, sempre que necessário.

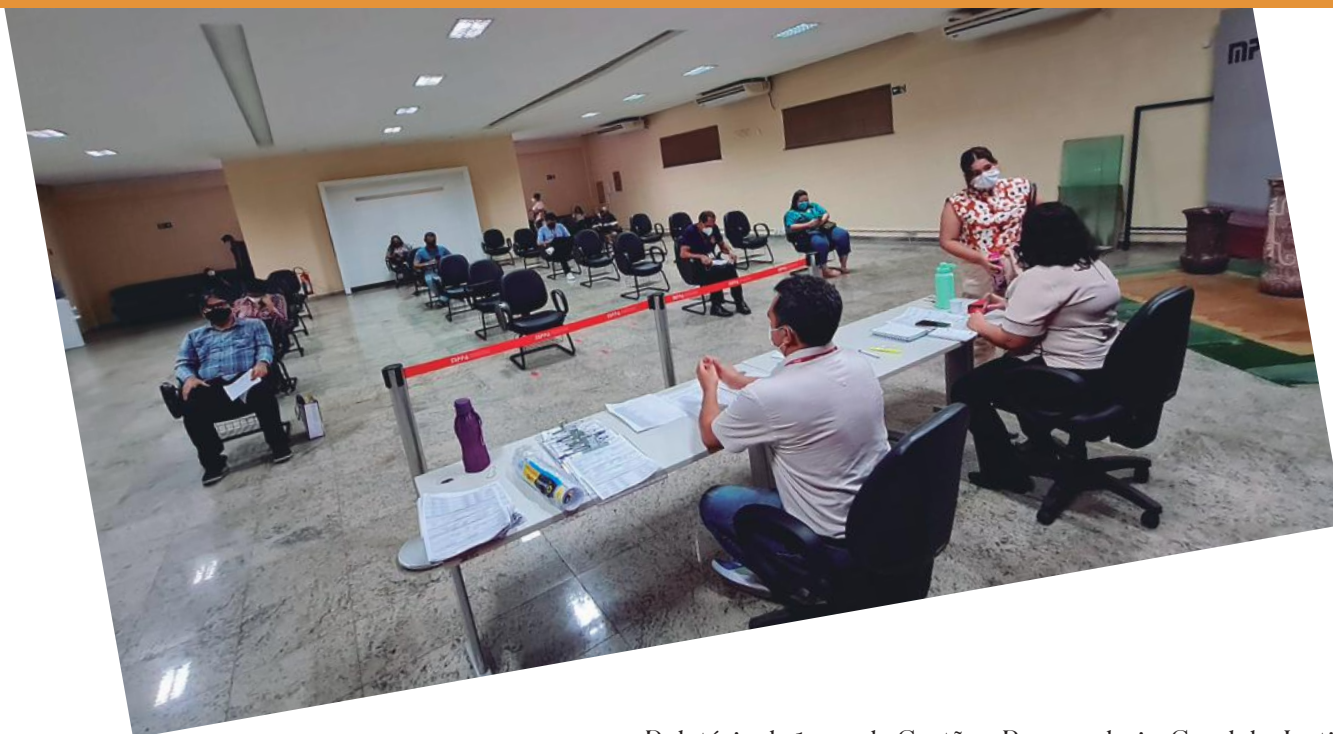
Neste sentido, foram intensificados os procedimentos de limpeza, com três ações diárias, além de mutirões a serem realizados aos sábados em todas as salas dos prédios maiores, utilizando a mesma solução química de higienização recomendada pela Anvisa e utilizada pelo Exército em procedimentos similares.

Nos moldes da capital, a SUBTA orientou a intensificação dos procedimentos de limpeza nos prédios do interior, com a higienização diária e utilização de sanitizante recomendado pela Anvisa.

O fornecimento de álcool em gel para a região metropolitana continua sendo realizado pela Divisão de Serviços Gerais e, para as demais unidades, o produto deve ser adquirido via suprimento de fundos, por força da legislação que impossibilita o envio direto para essas unidades.

Instituição adota Protocolo Médico de Atendimento do Ministério da Saúde

Além dessas medidas, na área da saúde, o Ministério Público do Estado, por sugestão da Divisão Médica, adotou o novo protocolo de isolamento elaborado no dia 10 de janeiro de 2022 pelo Ministério da Saúde (MS), conforme estudos e medidas de segurança dos Estados Unidos e da Inglaterra. As medidas previstas nesse protocolo foram adotadas por todos os médicos do DMO, como medida profilática e como forma de amenizar os efeitos do vírus aos pacientes, e visam adequação à variante Ômicron, em função da qual, apesar do aumento do número de positivados, os casos de mortes e hospitalizações não acompanharam o aumento das infecções.



Alterações propostas pela Procuradoria-Geral de Justiça ampliam a conversão em pecúnia

Por meio de projetos de sua autoria, a Procuradoria-Geral de Justiça possibilitou a expansão dos pagamentos anuais de conversão em pecúnia a membros e servidores. Com a publicação da Lei Complementar Estadual nº 138/2021 e da Lei Estadual nº 9.349/2021, no Diário Oficial de 19 de novembro de 2021, os limites da conversão passaram a observar apenas as restrições de ordem orçamentária.

As propostas apresentadas pela Procuradoria-Geral de Justiça foram aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), por unanimidade, após passar por análise da Comissão Permanente de Regimentos e Normas Internas do CPJ.

As duas legislações alteradas mantiveram ainda alguns poucos limites, mas a regra geral foi alterada, pois antes os membros poderiam indenizar no máximo cinco (5) períodos e os servidores, no máximo três (3). Com as mudanças das regras membros e servidores podem indenizar o limite que o orçamento disponibilizar.

Com isso, foi dada continuidade em 2021 às conversões em pecúnia para membros do Ministério Público nos termos das Leis complementares nº 088/2013 e 138/2021 e para servidores nos termos das Leis Estaduais nº 8.406/2016 e 9.349/2021.



Valorização e Reconhecimento

Sancionada Lei que revisa remuneração de servidores e institui novo auxílio-saúde do MPPA

O Governador do Estado, Helder Barbalho sancionou, no dia 28 de março, a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, com base no art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, e o novo auxílio-saúde para membros e servidores do MPPA. O ato de sanção aconteceu no Teatro Margarida Schivasappa, e contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr e do subprocurador-geral, Eduardo Barleta. Os promotores de Justiça, Erika Menezes; Sabrina Kalume; Ângela Balieiro; Albely Lobato; Lauro Freitas e Maria José Cunha, também acompanharam a cerimônia.

Os dois projetos de Lei iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça, foram aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça em janeiro de 2022 e pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), à unanimidade, no dia 22 de março.

No ato de sanção das novas leis, o PGJ César Mattar Jr. destacou que “o momento é de parabenizar, mas também de render homenagens e de agradecer a sensibilidade do poder executivo, e a disposição de junto, com as demais instituições e poderes, construir um Estado com justiça social, um Estado que permita um reconhecimento de todos aqueles que diuturnamente ajudam a forjar um estado do Pará ainda mais pujante. Também agradeço ao parlamento estadual que disse sim a esse clamor antigo dos servidores públicos, em especial do Ministério Público, que desde 2017 não viam uma revisão salarial”.

Novas Leis

O novo auxílio-saúde implementa ajustes redacionais ao texto da atual normativa, adequando-o aos novos padrões implementados pela Resolução nº 223/2020 do Conselho Nacional do Ministério Público, e será mais abrangente, pois além da cobertura de despesas com plano de saúde, custeará despesas com planos odontológicos e outras admitidas.

A Revisão Geral Anual dos vencimentos, das funções gratificadas e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas, segue o índice para correção, o IPCA.



Agilidade e eficiência

Procuradoria-Geral de Justiça assina contrato para aquisição do Sistema de Automação da Justiça

Foi assinado em março de 2022, o contrato entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a empresa Softplan Planejamento e Sistemas LTDA, que visa a aquisição do licenciamento permanente do sistema SAJ - Sistema de Automação da Justiça para Ministérios Públicos.

A cerimônia de assinatura foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., e contou com a presença dos subprocuradores-gerais, Eduardo Barleta e Ubiragilda Pimentel; do Ouvidor-Geral do MPPA, Adélio Mendes dos Santos; das promotoras de Justiça Luziana Dantas e Viviane Sobral, representando a Corregedoria-Geral do MPPA; de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e de membros e servidores da instituição. Os integrantes da Comissão de Sistemas da Área Finalística (CSAF) também estiveram presentes.

O SAJ é uma automatização das rotinas jurisdicionais e administrativas que asseguram ganhos de produtividade e otimização dos recursos de Tribunais de Justiça, Ministérios Público e Procuradorias estaduais e municipais, ou seja, o sistema é uma solução que visa facilitar a troca de informações e agilizar o trâmite processual por meio de diversos serviços WEB voltados para os advogados, cidadãos e serventuários da justiça.

O novo sistema SAJ/MPPA funcionará integrado ao PJE. Ou seja, o membro do MPPA não precisará estar logado ao PJE para trabalhar. Por meio do SAJ, ele realizará suas atividades judiciais e extrajudiciais, pois o próprio sistema encaminhará tudo para o PJE.

A implantação do SAJ nos Polos Belém I e II deve acontecer até novembro de 2022 (cronograma aprovado entre CSAF e Empresa Softplan) e a implantação do SAJ em todo o MPPA, até julho de 2023.



Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Integram o CETI, o procurador de Justiça Mário Nonato Falângola, presidente; a subprocuradora-geral de Justiça para a Área Técnico Administrativa, Ubiragilda Pimentel; os procuradores de Justiça Maria do Socorro Mendo (Colégio de Procuradores) e Waldir Macieira (Conselho Superior); os promotores de Justiça Viviane Lobato Sobral (Corregedoria-Geral) e José Maria Gomes (SUBJI); o diretor do Departamento de Informática, Fabricio Saldanha; e os servidores Bruno Braga e Renato Almeida.

Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA e PJE

Integram a Comissão, o Procurador de Justiça Eduardo Barleta (presidente), subprocurador-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional; os promotores de justiça José Maria Gomes dos Santos, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial; Daniela Souza Filho Moura, coordenadora do Centro de Apoio Operacional Técnico; Reginaldo César Lima Álvares, representante do MPPA no Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE); Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, e os servidores Fabrício José Barroso Saldanha, diretor do Departamento de Informática, Vânia Socorro Siqueira Rodrigues, diretora do Departamento de Atividades Judiciais, Michelle Barbosa de Brito, assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão da PGJ, Welligton Sousa Pedroso, assessor especializado do CAO de Políticas Criminais, e Carlos Henrique Coelho Tocantins, chefe da Divisão de Análise e Programação.



Gabinete Militar atua em busca de aprimoramento da segurança no MPPA

Atuação aconteceu na capital e interior do Estado

O Gabinete Militar da atual gestão da Procuradoria-Geral da Justiça trabalha intensamente na busca pela segurança de membros, servidores, estagiários e aprimoramento da segurança nos prédios das Promotorias de Justiça na capital e em todo o Estado.

Desde o dia 12 de abril de 2021, foram realizadas visitas técnicas a onze polos das Regiões Administrativas do Ministério Público do Estado (Ananindeua, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém, Itaituba, Tucuruí e Abaetetuba).

NAS VISITAS, TAMBÉM FORAM REALIZADOS OS SEGUINTE LEVANTAMENTOS:

Logística

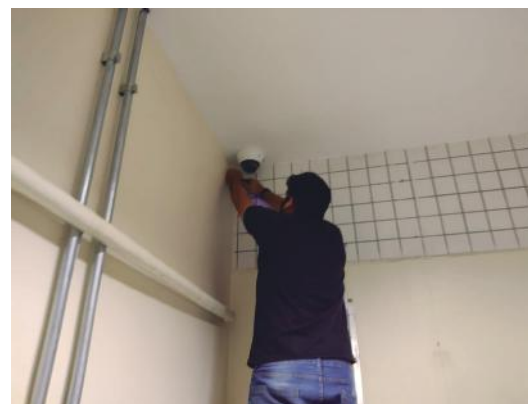
*Estrutura predial de segurança tanto de prevenção e combate a incêndio quanto de alarmes e monitoramento;

*Renovação de todos os equipamentos de combate a incêndio, como mangueiras e alarmes e a aquisição de extintores tipo ABC para todos os prédios;

*Aquisição de equipamentos de monitoramento mais modernos, como câmeras, alarmes e sensores;

*Instalação de equipamentos de monitoramento em diversas promotorias;





RECURSO HUMANOS

*Capacitação e especialização do efetivo, através da realização de cursos de segurança de autoridades, manuseio de armamento e prática de tiro, escolta em estabelecimentos carcerários;

*Aumento do efetivo em 35%, através da renovação do termo de cooperação técnica celebrado com a Polícia Militar;

*Aquisição de equipamentos de inteligência e contrainteligência, através de termo de cooperação.

Ainda em atuação em Belém, o efetivo do Gabinete Militar atuou em abordagens e apreensões no entorno do prédio-sede do MPPA. No período de maio de 2021 a março de 2022, foram realizadas cerca de 241 abordagens a pessoas, e mais 72 materiais apreendidos (arma de fogo, munição, arma branca e material de entorpecentes).



Reconhecimento

PGJ e ex-Ouvidora são homenageados com honraria do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público

O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr. foi homenageado com o Diploma de Honra ao Mérito em reconhecimento às suas relevantes contribuições para as Ouvidorias do Ministério Público brasileiro. A homenagem aconteceu durante o encontro nacional do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), em Fortaleza, presidido pela presidente do CNOMP, Selma Magda Barreto.

Na ocasião, a PJ Andrea Sampaio, ex-ouvidora-geral do MPPA, também recebeu a honraria.

O encontro contou com a presença do Ouvidor-Geral do MPPA e integrante do CNOMP, Adélio Mendes dos Santos; do corregedor-geral do MPPA, Manoel Santino; da subprocuradora-geral, Ubiragilda Pimentel; do procurador de Justiça Geraldo de Mendonça Rocha; além da presidente do CNPG, Ivana Cei; do Ouvidor Nacional do Ministério Público, Engels Augusto Muniz; do presidente do Conselho Nacional dos Corregedores, Claudio Wolff Harger; PGJs, corregedores e ouvidores dos MPs de todo o Brasil.



MPPA FORTALECE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

1 COMISSÃO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Procuradoria-Geral de Justiça, ainda no início da administração, em 2021, priorizou o Planejamento como instrumento fundamental de gestão e de governança procedendo a discussão e atualização do projeto de elaboração do Plano Estratégico Institucional-2021 a 2029 (PEI), diretamente com a Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico (COGEPE). A condução se voltou, principalmente, para reforçar a necessidade do alinhamento ao planejamento estratégico nacional (PEN), a inserção de objetivos estratégicos e dos desafios apontados no Plano de Gestão Estratégica apresentados aos membros do Parquet.

O PEI, aprovado por meio da Resolução nº 011/2021-CPJ, em 04/11/2021, pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ),

publicada no Diário Oficial do Estado em 25/11/2021, representa um marco de gestão e de governança da atual administração, para toda a instituição. Nele se encontra definida a base estratégica do planejamento (missão, visão, valores e os objetivos estratégicos), além de outros elementos, norteadores da atuação ministerial, na capital e no interior do Estado do Pará, voltada para a obtenção de resultados com maiores e melhores impactos para a sociedade.

Com foco na concretização do processo de planejamento estratégico, em 2021, Administração direcionou esforços para o desdobramento do PEI no nível tático (médio prazo). Foram construídos, assim, os planos setoriais correspondentes a atuação finalística, voltados para

os seguintes setores: 1- Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial; 2- Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal; 3- Infância e Juventude; 4- Cível, Processual e do Cidadão; 5- Direitos Sociais; 6- Ambiental; 7- Direitos Humanos; 8- Apoio técnico aos Órgãos de Execução; 9- Incentivo a autocomposição; 10- Combate ao Crime organizado; e 11- Inteligência e Segurança Institucional.

Ainda nesse segmento, foram construídos os planos diretores, voltados para a área-meio e da Subprocuradoria-Geral de Justiça, área técnico-administrativa (SUBTA) e dos Departamentos e assessorias a ela vinculados (fase de diagramação), para os segmentos:

1- gestão de pessoas; 2- Tecnologia da informação; 3- Programação orçamentária; 4- Atividades de Licitação; 5- Gestão de Contratos; 6- Administração; 7- Obras e Manutenção; e 9- Auditoria interna. Em processo de elaboração os planos da Ouvidoria-Geral e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

A execução dos planos, estratégico e táticos mencionados, deverão impactar na atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça (da capital e do interior do Estado), no nível operacional do processo de planejamento (curto prazo).

Na área de captação de recursos externos, destaca-se nesse ano de 2021, a seleção, pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, referente ao projeto “EMPODERAMENTO EMPREENDEDOR FEMININO”.

Ainda com o objetivo de possibilitar maior eficiência na entrega dos resultados, destaca-se o mapeamento de processos de trabalho. Desde o início da gestão foram virtualizados com a devida inserção no sistema GEDOC, 32 fluxos, os quais permitiram consideráveis ganhos de produtividade através da agilização e aperfeiçoamento da tramitação.

O esforço direcionado para o fortalecimento do processo de planejamento com uma visão sistêmica, alinhando-o à execução do orçamento e do processo de contratação anual bem como à necessidade do cumprimento da lei nº 14.133/2021, levou a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da COGEPE, a lançar de forma inovadora, o Plano de Contratação Anual (PCA). O PCA tem por objetivo consolidar todas as contratações que a instituição pretende obter para o exercício de 2023.



QUALIFICAÇÃO DA ATIVIDADE FUNCIONAL ON-LINE E PRESENCIAL

2 CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é a unidade organizacional auxiliar do Ministério Público do Pará, vinculado à Procuradoria Geral de Justiça, que se destina à realização cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços; otimizar a disponibilização, a utilização e a operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do Ministério Público, para o melhor desempenho de suas funções institucionais.

Sua diretoria é formada pela Promotora de Justiça Ana Claudia Bastos de Pinho, Direto-

ra de Cursos e Eventos; a servidora Michelle Barbosa de Brito, Diretora de Publicações; Promotora de Justiça Lea Cristina Mouzinho da Rocha, Diretora de Pesquisas e Grupos de Estudo; a servidora Lucia da Costa Florenzano, Diretora Administrativa; a Promotora de Justiça Patricia de Fatima de Carvalho Araujo, Diretora de Bolsas de Estudo, Auxílios Financeiros e Parcerias.

O Conselho Deliberativo do CEAF (2021/2022) é constituído pelo Procurador de Justiça Estevam Alves Sampaio Filho (Membro do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, eleito por seus pares); Promotor de Justiça Lauro Francisco da Silva Freitas Junior (Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público, eleito por seus

pares); Promotores de Justiça, um de cada entrância, indicados pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público: Ana Carolina Vilhena Gonçalves (2ª Entrância); e Fabia De Melo-Fournier (3ª Entrância). A Promotora de Justiça Luciana Vasconcelo S. Mazza, representante da 1ª Entrância, apresentou pedido para deixar de fazer parte do Conselho Deliberativo, e a sua substituição foi apresentada à PGJ para providências, sendo indicado o nome da Promotora de Justiça Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha.

O Conselho Editorial da Revista é composto pela Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA); Promotor de Justiça Ivanilson Paulo Correa

Raiol, Doutor em Direito (UFPA); Promotor de Justiça Márcio Soares Berclaz, do MPPR, Doutor em Direito das Relações Sociais (UFPR); Promotor de Justiça Waldir Macieira da Costa Filho, Doutorando em Direito (UFPA); e Dra. Verena Holanda de Mendonça Alves, Professora Universitária, Doutora em Direito Político e Econômico (Mackenzie).

Foram realizados pelo CEAF e/ou em parceria com outras unidades do MPPA, no ano de 2021, um total de 53 cursos que ao todo somaram 4.911 inscritos dentre os quais 1.662 participantes receberam certificados. Entre cursos e eventos assemelhados na modalidade on line, realizados nos termos da Portaria nº 1808/2021-MP/PGJ, publicada no DOE de 07 de julho de 2021, p. 112, que instituiu a participação de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará em eventos on-line de capacitação, com ônus para a Instituição, houve subvenções para realização de 18 cursos e eventos on line, totalizando no recebimento de 65 certificados.

Curso de Especialização em Direitos Humanos promovido pelo CEAF, que será realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA.

Curso de Mestrado em Segurança Pública. Foi encaminhado ao PGJ o primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica nº 002/2019-MP/PA, que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, e o Ministério Público do Estado do Pará, para execução de ações necessária ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta do curso de Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, nas áreas de interesse dos partícipes. Aguardando a tramitação no MPPA e depois na Reitoria da UFPA para finalização.

Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental. Este curso é resultado do cumprimento Cláusula Quinta do Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual, Promotoria de Justiça de Barcarena, o Ministério Público Federal, e

a empresa ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A, celebrado em 2006. Até o momento o Projeto do Curso foi aprovado na FAD e ICJ, encaminhado para a Proex (Reitoria responsável pelos cursos de aperfeiçoamento) e já houve reunião entre o PPGD e a Fadesp para conversar sobre a questão financeira, já que o recurso financeiro está com a Fadesp. Serão duas entradas, ou seja, teremos duas turmas, uma em 2022 e outra em 2023, totalizando 100 cursistas.

Durante a nova gestão foi feita a entrega pela gráfica responsável de exemplares da Lei Orgânica do MPPA e da Constituição do Estado do Pará, as quais foram elaboradas pela gestão anterior e distribuídas eletronicamente. A nova gestão fez a entrega dos exemplares das duas normas às Unidades Administrativas e a Membros da Instituição.

A Revista do Ministério Público, edição 2019, foi recebida impressa pela nova gestão, cuja distribuição às Unidades Administrativas e a Membros da Instituição foi efetuada. Toda a revista foi elaborada pela gestão anterior. Contudo, em relação à Revista, não havia sido elaborada a edição de 2018 e nem a de 2020. Desse modo, a nova gestão elaborou e distribuiu eletronicamente as duas revistas a todas Unidades Administrativas e Membros da Instituição, a saber, a) Revista do MPPA, edição 2018: edição e lançamento em setembro/2021, do volume 11, número 11, contendo 6 artigos de doutrina; b) Revista do MPPA, edição 2020: edição e lançamento em dezembro/2021, do volume 13, número 13, contendo 9 artigos de doutrina.



EM DEFESA DA DIVERSIDADE



POPULAÇÃO LGBTQTI

CONCEITOS, DIREITOS E CONQUISTAS

Foi publicado um Portfólio 2021 e distribuído eletronicamente no mês de dezembro com um resumo das principais atividades desenvolvidas pelo CEAF nesse ano. Foi publicada, ainda, em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos a Cartilha “Em Defesa da Diversidade. População LGBTQTI: Conceitos, direitos e conquistas”. 3ª edição, apresentando conceitos básicos relacionados à temática e à evolução dos direitos da comunidade LGBTQTI, com a finalidade de contribuir com a realização dessa agenda no Estado Democrático de Direito. Todas essas publicações estão disponibilizadas no

site do Ministério Público do Pará, na aba do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Edição da Cartilha sobre difusão de RIFs recebidos de ofício do COAF: trata-se de material demandado e organizado pelo Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) contendo a descrição de uma das principais ferramentas de apoio nas investigações de crimes relacionados a lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n.º 9.613/98).

Apresentação e aprovação pelo Conselho Deliberativo do CEAF de proposta de novo Regulamento da Revista do Ministério Público do Estado do Pará, que prevê a fixação de critérios e procedimentos editoriais em conformidade com as exigências do Relatório do Qualis Periódicos (CAPES), Área Direito, para submissão ao Conselho Deliberativo do CEAF. Falta a publicação, o que deve ocorrer nos próximos dias.

E-book literário: publicado Edital em 30/09/2021 para seleção de poemas, poesias e trovas que comporão o livro eletrônico “Ministério Público e Literatura”, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento cultural dos integrantes do Ministério Público do Estado do Pará, estimulando a criação literária, conferindo visibilidade a talentos e promovendo a produção e circulação de obras literárias.

E-book jurídico: submetido à Unidade Nacional de Capacitação do CNMP minuta de Edital para seleção de trabalhos jurídicos que comporão o livro eletrônico “Ministério

Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas”, com objetivo desta publicação é fomentar e disseminar a produção do conhecimento científico no âmbito do Ministério Público, bem como promover o compartilhamento de reflexões críticas sobre questões atuais e relevantes nas suas diversas áreas de atuação. Previsão de publicação em junho/2022.

Trabalho de comunicação visual no ambiente institucional: O trabalho gira em torno da informação do conteúdo para o membro do MPPA, servidores e sociedade em geral através de elementos visuais, como infográfico, fotografias, vídeos, apresentações, textos interativos, áudios de alcance social e outros elementos inseridos conforme o contexto do tema. A atuação da comunicação visual é essencial para ajudar o receptor da mensagem a compreender as informações de forma mais fácil, rápida e clara, por isso o Ceaf aderiu ao card, podcast, vídeo, cartaz e etc, como instrumento de divulgação e informação, conseguindo explicar os conceitos mais complexos de uma forma mais fácil para qualquer pessoa entender.

Foi realizado o cadastro do MPPA no Diretório de Instituições do CNPq, medida necessária para criação e funcionamento de grupos de estudo com conotação acadêmica reconhecidos pelo CNPq. Com esse cadastro, outros grupos, além do GEDHA, poderão ser criados no âmbito do MPPA.

Criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), pela Portaria N°

4077/2021-MP/PGJ, publicada no DOE de 19 de novembro de 2021, vinculado à Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF/MPPA), estão com 15 vagas abertas para o ingresso de integrantes na categoria pesquisador (especialistas, mestres e doutores).

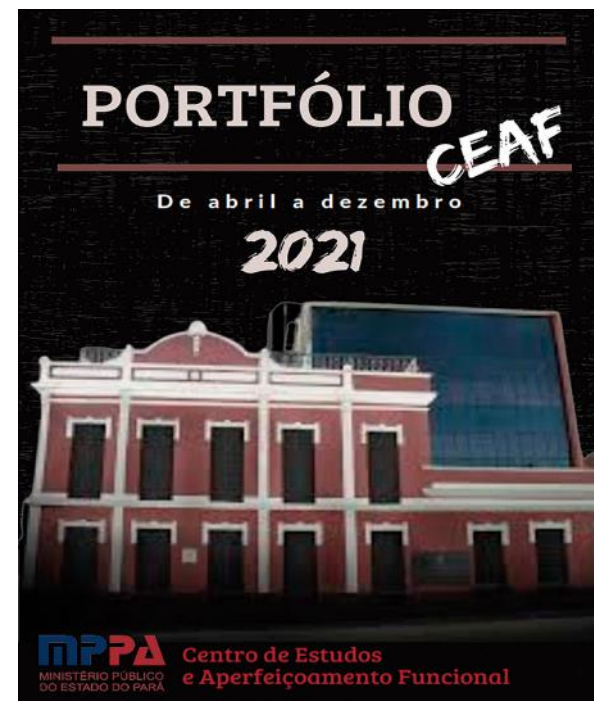
As atividades do GEDHA se organizam em torno da realização de projetos individuais e coletivos a partir de seus pesquisadores em consonância com os objetivos do Grupo. As atividades de estudos e pesquisas estão articuladas buscando maior qualidade na produção do conhecimento sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico e a promoção dos Direitos Humanos no contexto da Amazônia Legal, em especial o Estado do Pará e suas múltiplas interfaces junto à atuação do Ministério Público para o cumprimento das suas funções institucionais.

Apresentada e aprovada pelo Conselho Deliberativo do CEAF minuta de regulamentação dos Grupos de Estudo e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Pará. A publicação deve ocorrer nos próximos dias. Com a publicação do ato, grupos temporários, não vinculados ao Diretório de Instituições do CNPq poderão ser criados no âmbito do MPPA. Apresentada ao Procurador-Geral de Justiça minuta de resolução que regulamenta o estágio de pós-graduação no âmbito do MPPA. Acordo de Cooperação 001-2021- CESUPA – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, e o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA.

Termo de Cooperação Técnica nº 001-2021-MPGO-ESUMP – Termo de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Goiás e o Ministério Público do Estado do Pará. Termo de Cooperação Técnico-Científica – PPGD/UFGA e MPPA - Termo de cooperação técnico-científica que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Direito e o Ministério Público do Pará, para execução de ações necessárias ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de aperfeiçoamen-

to, nas áreas de interesse dos partícipes. Convênio de cooperação técnica – TCM e MPPA – Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Em tramitação está o Convênio de cooperação científica e cultural que entre si celebram a Escola Judicial Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Ministério Público do Estado do Pará. O Termo de cooperação técnica e pedagógica que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo - CEAF/ESMP- SP. O 1º termo aditivo ao termo de cooperação técnico- científica nº 002/2019-MP/PA, que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, e o Ministério Público do Estado do Pará, para execução de ações necessária ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta do curso de Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, nas áreas de interesse dos partícipes; e o 1º termo aditivo ao termo de cooperação técnico- científica que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Direito e o Ministério Público do Pará, para



execução de ações necessárias ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de aperfeiçoamento, nas áreas de interesse dos partícipes.

Em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) foi elaborado e está em execução o Projeto “Expresso DH”, mediante proposição do atual Procurador-Geral de Justiça, César

Mattar Jr., o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, por intermédio da Resolução nº 004/2021- CPJ, de 05 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de 27 de agosto de 2021, que reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências, criou o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), integrado pelo Núcleo de Proteção à Mulher (NÚCLEO MULHER), Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (NIDE),

Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) e Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC). A proposta do projeto Expresso DH fundamenta-se na necessidade de aprofundar, cada dia mais, uma cultura em Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de que os órgãos de execução tenham subsídios para ações integradas, uniformizadas, com o respaldo estratégico do CAO de Direitos Humanos e do CEAJ.



PRINCIPAIS AÇÕES DO GAECO NO ANO DE 2021 GERADORAS DE IMPACTO NA SOCIEDADE

3

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado é, nos termos do art. 1º da Resolução nº 003/2021-CPJ, uma modalidade de atuação coletiva especializada que integra a estrutura administrativa e permanente da Procuradoria-Geral de Justiça, e tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas no Estado do Pará e os correlatos sistemas

de corrupção de agentes públicos e de lavagem de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, notadamente por meio de ações de inteligência, investigações, ações judiciais, cooperação jurídica interna e internacional e a recuperação de ativos que propiciem a desarticulação e a repressão eficiente dos mencionados grupos criminosos.

Entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, o Gaeco realizou operações que resultaram no combate ao crime organizado e à corrupção.

OPERAÇÃO TRANSFORMERS

Cumprimento de 11 (onze) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em seis municípios distintos do Estado do Pará – Belém, Salinópolis, Itaituba, Marabá, Ourilândia do Norte e Xinguara.



A Operação Transformers fundamentou-se em procedimento investigatório criminal inicialmente instaurado no âmbito do GAECO, contando com o apoio do Núcleo de Inteligência do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), com o objetivo de investigar fatos ilícitos consistentes na clonagem de chassis de diversos veículos a partir da inserção de dados falsos nos sistemas informatizados do órgão de trânsito estadual, com a posterior emissão de documentos contendo informações falsas com a finalidade dar aparência de regularidade aos veículos emplacados de forma ilícita.

OPERAÇÃO BANGKOK

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em dois municípios do Estado do Pará – Tailândia e Marabá.

A Operação Bangkok fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo de investigar fraudes em diversos processos licitatórios deflagrados pela Prefeitura Municipal de Tailândia. Foram apreendidos durante a Operação Bangkok documentos, telefones celulares, HDs, quantia de R\$ 51.000,00, além de 3 armas de fogo ilegais.

OPERAÇÃO VEGAS

A Operação Vegas fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de investigar conduta ilícita consistente em integrar organização criminosa voltada à exploração de jogos de azar, inclusive em sites de apostas esportivas, além de corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro.

Os mandados de busca e apreensão, deferidos pela Vara de Combate ao Crime Organizado do Estado do Pará, foram cumpridos em imóveis situados em Icoaraci e nos bairros de São Brás e Guamá, bem como em um estabelecimento comercial dentro de um shopping center e em imóveis de um condomínio localizados na região metropolitana de Belém.

Foram apreendidos durante a Operação Vegas aproximadamente R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em espécie, além de uma arma de fogo em estado irregular, o que ensejou a prisão em flagrante de uma pessoa.

OPERAÇÃO ASFIXIA

A Operação Asfixia fundamentou-se em investigação inicialmente realizada pela Polícia Federal com o objetivo de investigar conduta ilícita tipificada no art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, tendo em

vista a suspeita de desvio ou malversação de recursos públicos utilizados na compra pela Secretaria de Saúde Municipal de Parauapebas de 20 (vinte) respiradores para leitos de UTI para serem utilizados no Hospital Geral Evaldo Benevides (HGP) no combate ao COVID-19, no total de R\$ 2.600.000,00 (dos milhões e seiscentos mil reais) mediante dispensa de licitação, cujo valor unitário de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) era consideravelmente maior ao que era praticado no mercado à época. Foram apreendidos durante a Operação Asfixia telefones celulares, notebooks e documentos.

OPERAÇÃO SYMPHONIA GLOBULÍFERA

Cumprimento de 9 (nove) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em dois municípios no Estado do Pará - Ananindeua e Marapanim.

A Operação Symphonia Globulífera fundamentou-se em procedimento investigatório instaurado no âmbito do GAECO, a partir de denúncia formulada por pessoa cuja identidade foi mantida em sigilo, com o objetivo de investi-

gar crimes contra a Administração Pública em contexto de esquema criminoso envolvendo servidores públicos efetivos e comissionados lotados na Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua durante a gestão 2017-2020.

Os mandados de busca e apreensão, deferidos pela 5ª Vara Penal de Ananindeua, foram cumpridos no prédio da SEMED e em residências localizadas nos bairros do Coqueiro, Guanabara e 40 Horas, em Ananindeua, bem como nos bairros do Marco e do Tapanã, em Belém e, ainda, em um endereço localizado no Município de Marapanim/PA.

O esquema funcionava, segundo o denunciante e as evidências inicialmente coletadas, a partir do repasse de parte do salário (ou a integralidade, em alguns casos) percebido por alguns servidores a outros servidores que detinham cargos de chefia, de formas a configurar as condutas que se conveniou chamar de “rachadinha” e “funcionários fantasmas”.

Foram apreendidos durante a Operação Symphonia Globulífera telefones celulares, notebooks, pen drives, computadores e documentos, cujos conteúdos serão oportunamente analisados.



MAIS SEGURANÇA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI/MPPA), criado e regulamentado pela Resolução nº 012/2017-CPJ, de 6 de novembro de 2017, passou a atuar sob nova gestão a partir de 12 de abril de 2021, tendo sido empossados como coordenador, o promotor de Justiça Carlos Stilianidi Garcia, e como subcoordenadora, a promotora de Justiça Érika Menezes de Oliveira.

O GSI/MPPA é composto por uma Secretaria Administrativa e 3 (três) coordenadorias: a coordenadoria de Tecnologia e Laboratório contra Lavagem de Dinheiro (CTLABLD); a coordenadoria de Inteligência, contrainteligência e Segurança Institucional (CICSI); e a coordenadoria de Sinais (CSINAIS).



FORAM REALIZADAS DIVERSAS ATIVIDADES ENTRE ABRIL DE 2021 E MARÇO DE 2022:

- Semana de Segurança Institucional realizada entre os dias 23 a 27 de agosto de 2021 contendo cursos e palestras sobre segurança orgânica e segurança ativa para implementar a conscientização coletiva de sua necessidade para proteção dos ativos institucionais.
- Curso de Prática de Tiro realizado no dia 04/12/2021
- Aquisições de diversos equipamentos especializados nas áreas de inteligência, contrainteligência e segurança institucional:



- Prêmio e reconhecimento do CNMP por implementação do Projeto MP + Seguro:



- Projeto de divulgação das atribuições em conjunto com o GAECO e CAOTEC em regionais do MPPA
- Apoio e coordenação de 7 (sete) operações para cumprimento de mandados judiciais (busca e apreensão e/ou prisão) em auxílio aos órgãos de execução na capital e interior do Estado.
- O GSI/MPPA divulgou cinco informativos e cartilhas com orientações preventivas e repressivas com relação a atuação do GSI/MPPA nas áreas de segurança institucional.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

5 NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER

O Núcleo de Proteção à Mulher e a Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Pará, em parceria com a Procuradoria da Mulher da Alepa lançaram, em abril de 2021, a Cartilha de crimes contra a mulher.

A Cartilha é direcionada aos profissionais que trabalham na linha de frente do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no estado do Pará: policiais civis e militares, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área de saúde e quem mais tiver interesse na causa. O objetivo é compartilhar conhecimentos, relatar experiências positivas e partilhar boas práticas que possam contribuir para a prevenção da ocorrência e do agravo e o enfrentamento da violência contra as mulheres.



SEMINÁRIO 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA



O MPPA, por meio do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do Núcleo de Proteção contra a Mulher (Núcleo Mulher), promoveu o “Seminário 15 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Conquistas- Prêmio Mulheres Empoderadas”, em Belém, Santarém e Marabá.

GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O MPPA, por meio do Núcleo de Proteção à Mulher, também lançou o projeto do “Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica - #MP+ProteçãoÀsMulheres”.

O projeto segue a Lei nº 13.984/2020, que inclui na Lei Maria da Penha medidas protetivas de urgência de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e de acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

Inicialmente, o Grupo será realizado na ca-

pital, com a seleção dos participantes, via judicial, pelos promotores de Justiça de violência doméstica de Belém. A expectativa é de expandir o projeto para as Promotorias do interior do Estado.

MPPA LANÇA PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



O Núcleo de Proteção à Mulher, do MPPA, realizou no mês de março de 2022, um curso de formação sobre a temática de combate à violência contra a mulher, aos professores de toda a rede de ensino estadual. A formação será através da plataforma digital do CEFOR – Centro de Formação da SEDUC, visando com isso atingir o maior número de professores e especialmente aqueles que trabalham nas escolas do interior do Pará, para que os profissionais possam realizar ações nas escolas em que trabalham e impulsionem à reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e combate à violência

contra a mulher.

As ações são baseadas na Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica.

Desse modo, tomando por base as premissas da Lei e visando integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher, as Promotorias de Justiça de Ananindeua e de Marabá realizaram direta e pessoalmente, em parceria com as redes de proteção, a referida atividade nas escolas.

O evento explicou sobre a Lei Maria da Penha, os tipos de violência contra mulher, medidas protetivas, igualdade de gêneros, como acionar a rede de proteção e demais assuntos relacionados. Além disso, será entregue um folder esclarecendo principalmente os tipos de violência doméstica e as infrações penais.



PGJ INVESTE EM INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

6 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

No 1º ano de gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça do MPPA, já realizou diversas ações para aprimorar o trabalho de membros e servidores, e assim, garantir melhor serviço prestado à população do Estado.

Nesse sentido, algumas demandas se tornaram prioritárias, como: os serviços de limpeza e de conservação, um anseio antigo das comarcas do interior do Estado e que ensejou um plano de ação em várias etapas.

Além de revisar e ampliar os contratos vigentes, foi estabelecida uma parceria de trabalho com o Tribunal de Justiça do Estado, que permitiu a execução dos serviços de limpeza nas salas existentes dentro dos Fóruns. Também está em andamento um

processo licitatório para contratação de empresa prestadora desses serviços que contemplará cerca de 40 comarcas, ainda no primeiro semestre de 2022.

Com objetivo de ampliar os canais de comunicação entre o MPPA, a sociedade e demais instituições, a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Departamento de Administração, adquiriu aparelhos celulares e kits compostos com microfones, caixas de som e webcams que serão disponibilizados para todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça, como forma de disponibilizar mais um canal de

atendimento na instituição.

Através do Departamento de Administração, também foi estruturada uma unidade de atendimento via whatsapp para recebimento de denúncias e orientações. No cenário administrativo, foi concluído ainda, o cadastro de usuários do MPPA junto ao PAE, o que coloca a instituição à frente do



processo administrativo eletrônico no Estado, com acesso a um canal rápido para tramitação de documentos entre o Poder Executivo e outras instituições.

No 1º ano da atual gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, também foram adquiridos equipamentos para cópia e impressão de documentos. Foi iniciado o processo de modernização dos Serviços de Artes Gráficas, o que permitirá a confecção de materiais impressos e digitalizações de grandes volumes com maior qualidade e celeridade.

Também entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, a PGJ realizou a modernização da frota de veículos do MPPA, com a aquisição de caminhões e vans. Os novos veículos irão substituir a atual frota, e também serão destinados para comarcas do interior do Pará que nunca foram contempladas com essa ferramenta de trabalho, além da substituição gradativa de veículos de passeio por pickups que permitirão o deslocamento em regiões de difícil acesso.

A modernização da frota também implicou na modernização da gestão dos serviços de transporte, com a contratação de novas empresas para manutenção de veículos e de gerenciamento de combustível, além de sistemas de GPS ativados em todos os veículos.



ADMINISTRAÇÃO AVANÇA E AGILIZA AS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

7

COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

A Comissão de Controle Interno do Ministério Público do Estado do Pará, instituída pela Portaria nº 7.558/2014, é a unidade organizacional responsável pela função de Auditoria Interna, atividade independente e objetiva, de avaliação (assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização (Conceito do Institute of Internal Auditors – IIA).

Visa auxiliar a organização na realização dos seus objetivos institucionais, com

aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, denominada técnica de auditoria, para avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O objetivo contemporâneo, tem foco na avaliação da gestão de riscos e controles internos, deslocando o foco tradicional de controle dos aspectos formais e legais para uma atuação preventiva e proativa da gestão.

Sob essas premissas, a atual gestão

tem buscado implantar e promover a avaliação permanente dos controles internos administrativos, da gestão financeira, orçamentária e patrimonial, fornecendo insumos aos gestores e colaboradores da estrutura organizacional do MPPA, necessários à correção de fragilidades em procedimentos e rotinas, coibir fraudes e desvios de recursos e assegurar a conformidade, o que permitirá o aperfeiçoamento e amadurecimento da gestão como um todo.

MPPA INVESTE EM TECNOLOGIA NA CAPITAL E INTERIOR DO PARÁ

8

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

A Procuradoria-Geral de Justiça tem como uma das suas metas de gestão, a modernização do Parque Tecnológico da instituição, bem como, o investimento em comunicação e tecnologia. O principal objetivo é a melhoria do serviço disponibilizado à população do Estado.

Entre abril de 2021 e março de 2022, o Departamento de Informática adquiriu licenças do Office 365 para todos os membros, servidores e estagiários, essa aquisição, além de habilitar o uso de recursos da nuvem Microsoft, também permite que cada usuário licenciado possa ter acesso ao aplicativo de vídeo conferências da Microsoft denominado Microsoft Teams. Houve, também, investimentos na renovação e expansão das licenças dos softwares utilizados no Data Center e do software de Business Intelligence e na aquisição de licenças dos softwares utilizados nas áreas de Desenvolvimento de Software e de Arquitetura, Engenharia, Artes Gráficas e Comunicação.

No mesmo período, foram adquiridos notebooks e kits multimídia destinados aos membros do MPPA, equipamentos para aprimorar a segurança da rede de computadores, computadores de alta performance para uso em áreas específicas da instituição, nobreaks e leitoras de CD e DVD. Foi iniciado também o processo de aquisição do novo Data Center do MPPA.

Em relação aos sistemas, podemos destacar a contratação do sistema SAJ-MP que irá substituir o sistema SIMP e o início do processo licitatório para aquisição do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos. Destaca-se no período a implantação, pelo Departamento de Informática, de diversas melhorias nos sistemas SIMP, SIMP-ATEC, GEDOC, Suprimento de Fundos, Atos e Gestão de Contratos, assim como, dos painéis de gestão utilizados por diversas áreas da Instituição, em especial, a CGMP e Controle Interno.

MEDIDAS APERFEIÇOAM FLUXOS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9

ATIVIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Outro ponto destacado na atual gestão do Ministério Público do Estado é a modernização no setor de licitação da instituição. Entre os meses de abril de 2021 e fevereiro de 2022, a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da atividade de licitações e contratos, implementou o fluxo para os procedimentos de Adesão a Ata de Registro de Preços e Participação em Registro de Preços no sistema GEDOC, bem como aperfeiçoamentos dos fluxos de dispensa/inexigibilidade de licitação e de prorrogação contratual, conferindo maior celeridade à tramitação desses procedimentos; institucionalizou os modelos de Termos de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico, com o objetivo de auxiliar as unidades a elaborarem suas demandas

relativas a procedimentos licitatórios ou de contratação direta, tornando a tramitação mais célere e linear.

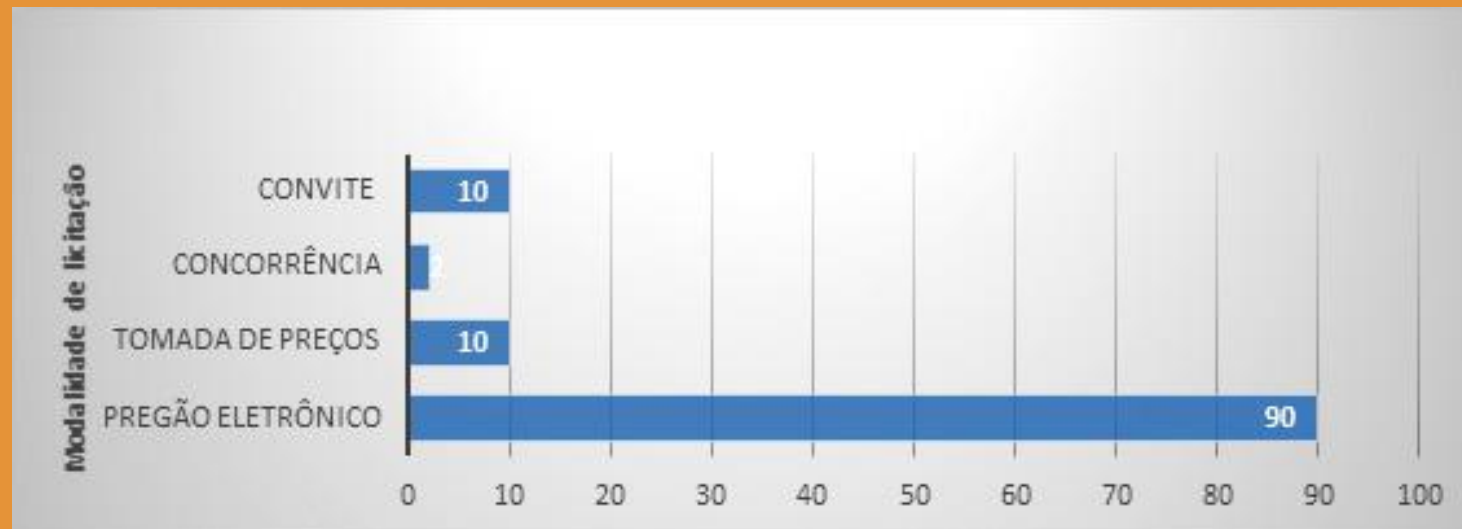
Ainda no 1º ano de gestão, com o objetivo de auxiliar as demandas relativas a processos licitatórios, de contratação direta ou celebração de convênio já devidamente instruídos, tornando a tramitação desses procedimentos mais célere, houve a institucionalização de listas de verificação relativas à Adesão a Ata de Registro de Preços, dispensa de Licitação, inexigibilidade de licitação, convênio com banco para consignação em pagamento e convênio para seleção de estagiário e a institucionalização de formulário padronizado para análise

de qualificação técnica e de propostas em Pregão Eletrônico.

Com a finalidade de modernizar as áreas de licitação e contratos, o Procurador-Geral de Justiça também modificou o perfil de atuação do Grupo Multidisciplinar de Termo de Referência – GMTR, intensificando suas atividades na fase preliminar ao início do processo licitatório ou de contratação direta, primando pela proatividade das atividades do Grupo e evitando o excesso de trâmites dos processos para sanear equívocos ou omissões nos Termos de Referência.

Vale destacar, que no período de abril/2021 a março/2022, foram realizados 112 processos licitatórios:

LICITAÇÕES			
PERÍODO ANTERIOR	QUANTIDADE	Período atual (Gestão Dr. Cesar Mattar Jr.)	QUANTIDADE
abril/2020 a março/2021	63	abril/2021 a março/2022	112



NOVAS SEDES NA CAPITAL E INTERIOR

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA TRABALHA NO INVESTIMENTO DE REFORMAS E CONSTRUÇÕES DE SEDES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

10 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

Já estão em andamento as construções de novas quatro sedes no interior do Estado, são elas: as promotorias de Justiça Altamira, Canaã dos Carajás, Moju e Cametá. A previsão para entrega da PJ de Altamira está para Abril. Em atenção ao planejamento de construção de sedes próprias, a PGJ também já iniciou as adaptações das residências oficiais para transformar em sede nos municípios de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Capim, Mãe do Rio, Oriximiná, Tucumã e Vigia. Em processo de licitação, encontram-se as adaptações em sede, nos municípios de Curionópolis e Muaná. Em Belém, o galpão da Tamandaré está

sendo totalmente reformado para funcionar a nova garagem dos carros oficiais do MPPA.

*Reformas estão sendo licitadas para as sedes de Redenção, Castanhal e Santarém.

*Ainda em 2022, estão previstas reformas nas sedes em Marabá, Igarapé-Açu, Ananindeua e Capanema, e as adaptações das residências em sede, de Curuçá, Santana do Araguaia, Primavera e Limoeiro do Ajuru.

*Projetos para construção das sedes de Benevides e ampliação das PJs de Bragança e Ourilândia do norte já fo-

ram contratados, e em fase de contratação os anteprojetos para adaptação das sedes de Prainha e Marapanim.

*Manutenções prediais foram realizadas nos municípios de: Belém, Castanhal, Cametá, Barcarena, Cachoeira do Arari, Marituba, Dom Elizeu, Vizeu e Ananindeua. E estão contratadas para as Promotorias de Justiça de Santa Isabel do Pará, Salinópolis e Acará.

A Procuradoria-Geral de Justiça concluiu em 2021, o anteprojeto para construção do prédio-sede do MPPA, na Avenida Almirante Barroso, que agora segue em fase de contratação do projeto executivo.



Nova sede da PJ de Altamira



Em 2022, haverá licitações para as construções de novas sedes em Abaetetuba, Barcarena, anexo III – prédio dos Centros de Apoio Operacional e no município de Tome Açu.

Locações de imóveis foram realizadas nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba, no primeiro para retirar a Promotoria de Justiça do Fórum e no segundo para possibilitar a construção da nova sede.

27(vinte e sete) projetos de obras, reformas e locações foram analisados pelo GSI e realizados alterações nos mesmos, por sugestões apontadas, em cumprimento a Resolução 156/2016 do CNMP.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr. também assinou o Termo de Acordo Administrativo de Desapropriação amigável do imóvel localizado na Avenida 16 de Novembro, número 170, na Cidade Velha (antiga casa Grisólia). O local, com 2.150 m², abrigará as futuras instalações de Promotorias de Justiça e áreas administrativas da capital. Os projetos para construção de estacionamento provisório e do Data Center do Ministério Público, no local já foram contratados.

No dia 21 de março de 2022 foi assinado o Termo de Acordo Administrativo de Expropriação amigável do imóvel localizado na Rua Avertano Rocha, n 17. O local, com 6.074,88 m², abrigará as futuras instalações de Promotorias de Justiça e áreas administrativas da capital.

Também foram desapropriados imóveis para construção das sedes nos municípios de Itaituba, Santa Isabel e Mosqueiro. E encontram-se em fase de autorização legislativa as doações dos terrenos para construção de sede, nos municípios de Tucuruí, Breves e Altamira) e em tratativas, o terreno para a sede de Ourém.

O Departamento de Obras e Manutenção do MPPA também realizou aquisição de equipamentos de proteção individual de acrílico contra a COVID 19, para ambientes de atendimento ao público e o levantamento de demandas junto as Promotorias: Criminais, Cidadania e Cíveis, Infância e Juventude e de Crimes contra a ordem tributária.

Também será licitado projeto de iluminação e revitalização dos prédios do MPPA no centro histórico.

CONCURSO PÚBLICO

META DA ATUAL GESTÃO É ABRIR 65 VAGAS PARA MEMBROS E 74 PARA SERVIDORES + CADASTRO DE RESERVA

11

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A Procuradoria-Geral de Justiça durante o ano de 2021 realizou diversas ações na área de Recursos Humanos no que diz respeito às questões quantitativas e qualitativas, como as progressões funcionais por antiguidade e merecimento dos servidores do órgão, atingindo mais de 700 servidores que foram reclassificados nos diversos cargos da carreira do Ministério Público.

Em 2021, foram iniciadas também as tratativas para a realização de concurso público para membros e servidores. No início de 2022, houve a contratação das duas empresas para a realização dos certames. Serão 65 para cargos de promotores de justiça e 74

para servidores mais cadastro de reserva. A previsão é que os editais sejam divulgados ainda no 1º semestre de 2022.

Ainda entre o período de abril de 2021 e fevereiro de 2022, foi dada continuidade às conversões em pecúnia para membros do Ministério Público nos termos das Lei complementares nº 088/2013 e 138/2021 e para servidores nos termos das Lei Estaduais nº 8.406/2016 e 9.349/2021.

A PGJ, por meio do Departamento de Recursos Humanos, visando aperfeiçoar a atuação dos Promotores de Justiça, foi realizado o 1º Processo Seletivo Simplificado – PSS do Ministério Público do Estado do Pará, que ga-

rantiu a contratação de 12 analistas jurídicos para atuar em diversas Promotorias de Justiça, e de forma inédita, o processo seletivo, garantiu reserva de vagas não só para Pessoas com Deficiência, mas como também para negros, indígenas e quilombolas.

O Ministério Público, através do Núcleo de Combate à Autocomposição – NUPEIA, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado e o Sindicato dos Servidores do Ministério Público, realizou acordo extrajudicial para finalizar ação judicial referente ao processo de garantia de pagamento de diferenças salariais pretéritas para servidores do órgão. No total, foram mais de 150 servidores ocupan-

tes dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar de Serviços de Manutenção, beneficiados com a ação.

No ano de 2021 também ocorreu a alteração dos valores de Auxílio Alimentação e Auxílio Saúde. As alterações ocorreram em linha com as diretrizes da Lei Complementar nº 173/2020.

Através da Portaria nº 2103/2021-MP/PGJ, também foi efetivado o re-

ajuste da Bolsa Estágio aos estudantes de nível médio e superior, re-compondo valor da bolsa que não era alterado desde junho de 2015.

O Departamento de Recursos Humanos promoveu o 5º Concurso de fotografia 2021 com o tema “A vida como ela é”, evento do dia do Servidor Público e de confraternização de final do ano. O RH também concedeu apoio à campanha “Papai Noel dos Correios”, onde foram arrecadados mais de 300 presentes para crianças carentes.



PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

12 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DE CONTROLE FISCAL

O CAODPP, é o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal, e tem como objetivo auxiliar as Promotorias de Justiça na defesa da moralidade administrativa, do patrimônio público e do combate à sonegação fiscal.

Atua especificamente nas matérias de patrimônio público, improbidade administrativa, crimes contra a administração pública, combate à sonegação fiscal, ordem econômica e tributária e direito administrativo.

O plano setorial de defesa do patrimônio público do MPPA, elaborado para o período de 2021-2024, sob responsabilidade do Promotor de Justiça e Coordenador Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior, entre vários itens, o plano atua com ênfase em prevenção a corrupção, e apoio aos Membros do MPPA.



ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE E CELEBRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – assinatura de termos de acordos de cooperação técnicos (Jucepa, TCM E Rede Controle) – em andamento.

PREVENÇÃO:

INTEGRIDADE NAS EMPRESAS – o Ministério Público do Estado (MPPA) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará (Sebrae - PA) celebraram um Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de promover ações direcionadas às micro e pequenas empresas, para incentivá-las à implementação e aperfeiçoamento de Programas de Integridade (Compliance) – em andamento.

INTEGRIDADE INSTITUCIONAL - no dia 19/11/2021, foi assinada a Portaria nº 4.098/2021-MP/PGJ, que institui o Programa de Integridade do MPPA, estabelece as diretrizes e objetivos do Plano de Integridade Institucional; e no dia 07/12/2021, foi assinada a Portaria nº 4.475/2021-MP/PGJ, constituindo comissão para a respectiva elaboração do Plano – em andamento.





APOIO:

ROTEIROS DE INVESTIGAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – em andamento.

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA – concluído.

MINUTA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL – concluído.

CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE BANCO DE PEÇAS NO SIMP ACERVO – em contínua implantação.



AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES QUE ATUEM NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - em contínua implantação.

REVISÃO DE ANÁLISES TÉCNICAS DO GATI – revisão de 128 análises técnicas, conforme relatório extraído do SIMP ATEC.

ORIENTAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS.

Tomando como referência o Plano Setorial de Defesa do Patrimônio Público do MPPA (2021-2024), apresenta-se a seguir o rol dos projetos e iniciativas prioritários do CAODPP (ano base 2021) acompanhados dos respectivos objetivos, resultados e riscos:

ROL DE PROJETO E INICIATIVAS				
PROJETO/ INICIATIVA	NOME	OBJETIVO	RISCOS	RESULTADO
Projeto	INTEGRIDADE NAS EMPRESAS	Promover, em parceria com outros órgãos, entre os quais o SEBRAE, ações direcionadas aos microempreendedores individuais, microempresários e empresas de pequeno porte, para incentivá-los à implementação e/ou aperfeiçoamento de Programas de Integridade (Compliance).	- Ausência de interesse do público-alvo na implementação do projeto; - Falta de engajamento dos órgãos parceiros na disponibilização de pessoal técnico para implementação do projeto; - Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto	Iniciado
Projeto	INTEGRIDADE INSTITUCIONAL	Criação e/ou sistematização de mecanismos de integridade institucional que tenham o escopo de monitorar e identificar de maneira mais eficaz vulnerabilidades ou desvios éticos que possam comprometer os objetivos da Instituição	- Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das unidades envolvidas; - Ausência de capacitação adequada dos servidores responsáveis pela implementação do plano de integridade institucional - Resistência de membros e servidores na adesão do projeto	Iniciado
Projeto	PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO	Elaboração de artigo científico contendo a análise de pesquisa quantitativa quanto ao grau de sucesso das ações de improbidade propostas pelo MPPA, além do lapso temporal entre a propositura das demandas e a resposta em sede recursal pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará	- Limitação do resultado da pesquisa quantitativa, em razão do acesso limitado à base de dados do TJ/PA - Não conseguir compor, com precisão, a amostra selecionada, em razão de limitações do sistema de informação do MPPA (SIMP)	Iniciado
Projeto	PRODUÇÃO DE ROTEIRO DE ATUAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	Auxiliar, de modo sistematizado e objetivo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nos procedimentos afetos à improbidade administrativa e corrupção, visando atuação extrajudicial resolutiva	- Não contemplar as principais necessidades das Promotorias com atuação afeta à matéria - Dificuldade de acesso ao material produzido - Baixa disseminação entre membros e servidores do material produzido	Concluído
Projeto	ELABORAÇÃO DE MINUTA DE RESOLUÇÃO DO ANPC	Revisar e entregar o Projeto de Minuta do ANPC ao Procurador-Geral de Justiça, visando a regulamentação interna do Acordo, enquanto instrumento moderno para solucionar, de forma rápida e consensual, conflitos na esfera cível.	- Possibilidade de desalinhamento da proposta de minuta com a futura regulamentação nacional (CNMP)	Concluído
Iniciativa	ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE	Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos de controle, para compartilhamento e obtenção de elementos técnicos-especializados na área de defesa do patrimônio público.	-	Iniciado (permanente)
Iniciativa	CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE BANCO DE PEÇAS NO SIMP ACERVO	Disponibilizar, com acesso rápido e fácil, modelos de peças que possam orientar a atuação do membro na defesa do patrimônio público	- Limitações do sistema	Iniciado (permanente)
Iniciativa	ARTICULAR JUNTO AO CEAF A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Capacitação contínua de membros e servidores em matéria de defesa do patrimônio público, visando a disseminação do conhecimento, atualização dos membros e servidores, além da integração do CAODPP às promotorias	- Adesão dos membros e servidores	Iniciado (permanente)

CAPACITAÇÃO E INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO

13 NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – Nupeia foi criado em 01/03/2018, pela Resolução nº 03/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, com a finalidade de atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, com atuação em todo território estadual, ficando os projetos autocompositivos vinculados a este Núcleo.

A composição atual do Núcleo é formada pela Coordenadora, Dr^a. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, com o apoio da Assessora Jurídica Tatiane Rodrigues de Vasconcelos e da Auxiliar de Administração Christiane Teixeira da Silva Fujiyama.

Para a gestão atual, foi elaborado o Plano Setorial do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às metodologias autocompositivas, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que, por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

AS ATIVIDADES JÁ DESENVOLVIDAS SEGUEM QUATRO GRANDES EIXOS DE ATUAÇÃO:

1. Divulgação e sensibilização de membros e servidores do MPPA acerca da importância das metodologias autocompositivas na busca da justiça e da garantia de direitos que envolvam a missão do Ministério Público;
2. Orientação e a articulação junto aos membros para trabalhar com a temática;
3. Promoção de cursos de capacitação e formação técnica em autocomposição, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF;
4. Assessoramento técnico para a elaboração e execução de projetos pertinentes às metodologias autocompositivas no âmbito do MPPA.

AÇÕES DE CIDADANIA:



O Nupeia participou de duas grandes ações de cidadania, sendo a primeira em 07/08/2021, na Ilha de Boa Vista do Acará - PA, e a segunda em 11/09/2021, na Ilha de Cotijuba - PA.

Nos eventos, os integrantes do Nupeia participaram da Jornada Social “Mutirão pela Vida”, com o objetivo de oferecer à população local (ribeirinha) serviços essenciais e despertar nelas o interesse pela promoção da melhoria das condições de vida. Recebeu também demandas da comunidade, promoveu orientações jurídicas e estimulou a prática de solução consensual dos conflitos, trabalhando com o estímulo à cultura da paz e do diálogo.

DEMANDAS ORIUNDAS DE ÓRGÃOS INTERNOS:

Compete ao Nupeia atuar mediante pedido de auxílio formulado expressamente pelo Promotor Natural ou mediante prévia e expressa anuência deste, bem como por provocação dos órgãos administrativos do MPPA ou, ainda, por solicitação do público externo (art.1º, da Resolução N°003/2018 - CPJ).

Destaca-se, inicialmente, a demanda envolvendo um Cemitério localizado na Região Metropolitana de Belém, objeto de uma Ação Civil Pública e um processo criminal, em virtude da existência de suposto esgoto a céu aberto proveniente do empreendimento, o que poderia comprometer a rede de abastecimento de água local.

Como parte das tratativas para solução consensual do conflito, foram realizadas reuniões com dirigentes e técnicos da empresa, bem como com representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente responsável pelo licenciamento, para identificar os entraves burocráticos, corrigir as deficiências encontradas nas instalações do empreendimento e chegar a uma solução consensual.



Outra demanda para a qual o Núcleo foi acionado e obteve excelente resultado para os envolvidos e para a sociedade em geral ocorreu na área da Infância e Juventude, com a apuração de suposto ato infracional, conforme art. 10 do ECA, envolvendo dois adolescentes. Para tanto, foram realizadas reuniões para pré-círculo tanto com representantes da escola envolvida como, também, com os responsáveis pelos adolescentes. Após realização do chamado Círculo de Construção de Paz, a demanda foi finalizada, de maneira exitosa e consensual.

A 5ª Promotoria de Justiça de Marituba acionou o Nupeia para uma demanda envolvendo ocupação irregular das unidades de um Residencial financiado por programa do governo federal, a fim de que fosse analisada a possibilidade de mediação para o tratamento adequado do conflito possessório coletivo. O processo judicial se encontra suspenso em razão da possibilidade de um acordo de autocomposição extrajudicial. Foram realizadas reuniões e encaminhado um plano de trabalho para apreciação e execução pelo Promotor de Justiça Natural.

Também foi demandado pela 1ª Promotoria de Justiça da Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa para participar de tratativas objetivando a elaboração de um Termo de Acordo nos autos de uma Ação Civil Pública, a fim de que o Município de Belém e a SEMOB adotem as necessárias ações para o cumprimento das medidas requeridas liminarmente pelo Órgão Ministerial. Após várias reuniões, foram encaminhadas pelo Nupeia ao Promotor de Justiça Natural sugestões com modificações do texto normativo, incluindo alterações e inserções nas cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta.

Por fim, houve a maior e mais complexa demanda de 2021, a qual envolvia o SISEMPPA e o próprio Ministério Público do Estado do Pará. Em julho do ano passado, servidores envolvidos em um processo judicial para pagamento de diferenças salariais procuraram a Coordenadora do Nupeia, solicitando a intervenção deste Núcleo na tentativa de solução consensual da demanda judicial, que já tramitava há mais de 10 anos no Judiciário.

Na ocasião, foram feitos os devidos esclarecimentos, inclusive da necessidade de participação dos representantes do Sindicato (SISEMPPA), autores da ação judicial. Após os devidos esclarecimentos e diversas reuniões e tratativas do Nupeia tanto com os representantes do SISEMPPA quanto com a Procuradoria-Geral do Estado, na pessoa do Dr. Ricardo Nasser Sefer, e o Procurador-Geral de Justiça, Dr. César Bechara Nader Mattar Junior, que desde o início demonstrou interesse na solução consensual da demanda, restou conven-

cionado entre as partes que, ainda no mês de dezembro/2021, haveria o pagamento integral dos valores pleiteados pelos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar de Serviços de Manutenção, devidamente corrigidos monetariamente, o que foi cumprido integralmente.

No dia 13/12/2021, no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, ocorreu a assinatura do Acordo de Autocomposição Extrajudicial entre o Ministério Público do Estado do Pará e o SISEMPPA para o pagamento da diferença salarial em questão, objeto da ação judicial nº 0006574-62.2011.8.14.301, e representou um marco histórico para a Instituição.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

1 Acordo entre o MPPA e o Nupemec/TJPA, em prol da atuação do Órgão Ministerial nos CEJUSCS e no Programa de Conciliação e Mediação do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

2 Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MPPA e a Associação dos Notários e Registradores do Pará – Anoreg/PA, tendo por



objeto a conjugação de esforços para viabilizar ações institucionais, envolvendo a emissão gratuita de documentação civil e demais documentos aos reconhecidamente pobres, em conformidade com a Lei de Registros Públicos, com atuação no território do Estado do Pará;

3 Acordo de Cooperação Técnica entre o MPPA e a Universidade Estadual do Pará - UEPA, com vistas a implementar atividades conjuntas em capacitação e implementação de Tecnologia de Informação e diretrizes referentes à elaboração de projetos.

EVENTOS:

- Webinar “Construindo pontes virtuais pela cidadania” – junho/2021

O Webinar antecedeu a “V Semana Estadual de Conciliação”, que ocorreu também em junho, tendo o Nupeia solicitado divulgação do evento no Órgão Ministerial, com publicação no portal, convidando os membros do MPPA ao engajamento à causa, sugerindo que durante a referida semana, com base na Recomendação nº 54/2017-CNMP, fossem utilizados os métodos autocompositivos, principalmente na atuação extrajudicial, com encaminhamento de cópia dos Termos de Acordo ao Nupeia, para fins de registro.

- Live “O MP, a negociação e o cumprimento de acordos na área ambiental”, organizada pela Escola Superior do Ministério Público do Paraná, pelo Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público Brasileiro (CDEMP), pela Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, e pelas Escolas Superiores dos Ministérios Públicos dos Estados do Tocantins e de Goiás.

Foram discutidos conflitos coletivos envolvendo políticas públicas e as práticas em negociações complexas, assim como as ferramentas de prevenção e o tratamento adequado na área ambiental, possibilitando o aprimoramento do MPPA em relação ao devido processo legal das soluções consensuais desses conflitos.

CAPACITAÇÃO:

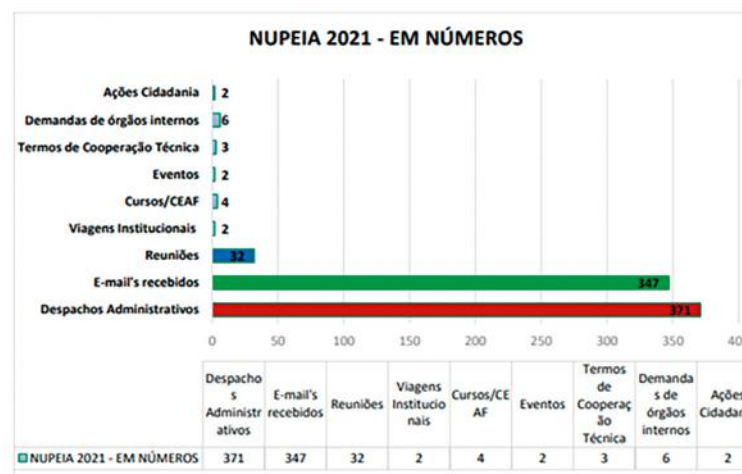
Promoveu quatro Oficinas on-line sobre “Comunicação Não Violenta: Construindo Conexões”, com a facilitadora MsC Maria Lúcia Gaspar, oportunidade destinada a membros e servidores.

INTERCÂMBIOS INSTITUCIONAIS:

Com vista a estreitar o relacionamento e à troca de experiência com diversas equipes de trabalho, a Coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Pará realizou duas visitas institucionais a outros Núcleos de Autocomposição das unidades do Ministério Público.

A primeira visita institucional foi realizada em novembro/2021, ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público de Pernambuco – Nupia/MPPE. Também no mesmo mês, e com o mesmo propósito, a segunda visita institucional foi realizada ao Centro de Autocomposição do Ministério Público de Minas Gerais – Compor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS EM NÚMEROS:



Nupeia - MPPA - abril a dezembro 2021

REFORMULAÇÃO DE ATIVIDADES E NOVOS PROJETOS AGILIZAM A ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL

14 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial tem suas atribuições previstas na Resolução nº 004/2012-CPJ, de 05/08/2021. O art. 9º, incisos I a VII enumera as atribuições gerais afetas a todos os CAOs, em suas respectivas áreas de atuação.

E o artigo 14 disciplina as atribuições específicas do Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial, que são: I – criminal (crimes comuns, militares e os descritos em legislação penal especial); II –

execução penal; III – Tribunal do Júri; IV – violência doméstica e familiar contra a mulher; V – controle externo da atividade policial e fiscalização do sistema prisional; VI – apoio às vítimas de crimes violentos; e VII – demais matérias relacionadas com o direito penal e processual penal.

Em 2021, o CAO de Políticas Criminais promoveu reuniões de trabalho, presenciais, virtuais ou híbridas, internas ou externas, com representantes de órgãos e instituições públicas com atuação na área criminal, segurança pública e/ou sistema prisional.

Foram também elaboradas duas propostas de Resolução (ANPP e PJ Execução Penal), dois Projetos programados para iniciar em 2022, dois webinários sobre temas criminais, um curso de capacitação no combate aos crimes cibernéticos, um Plano Setorial Criminal do MPPA, uma Cartilha de orientação aos membros, um Fluxograma do ANPP, um Plano de Ações, dois informativos, três notas técnicas, 34 manifestações, 138 orientações técnico-jurídicas e 71 atendimentos em apoio aos membros.

APROVAÇÃO PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DA RESOLUÇÃO Nº 006/2021 QUE REGULAMENTA O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A Lei Federal nº 13.964/2019 (Pacote anticrime), em vigor desde 23/01/2020, alterou, dentre outras leis, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Dentre as principais mudanças na sistemática processual penal brasileira, tem destaque a introdução do novo artigo 28-A, estabelecendo o Acordo de Não Persecução Penal, positivando aquilo que estava previsto na Resolução nº 181/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e posteriormente alterada pela Resolução nº 183/2018.



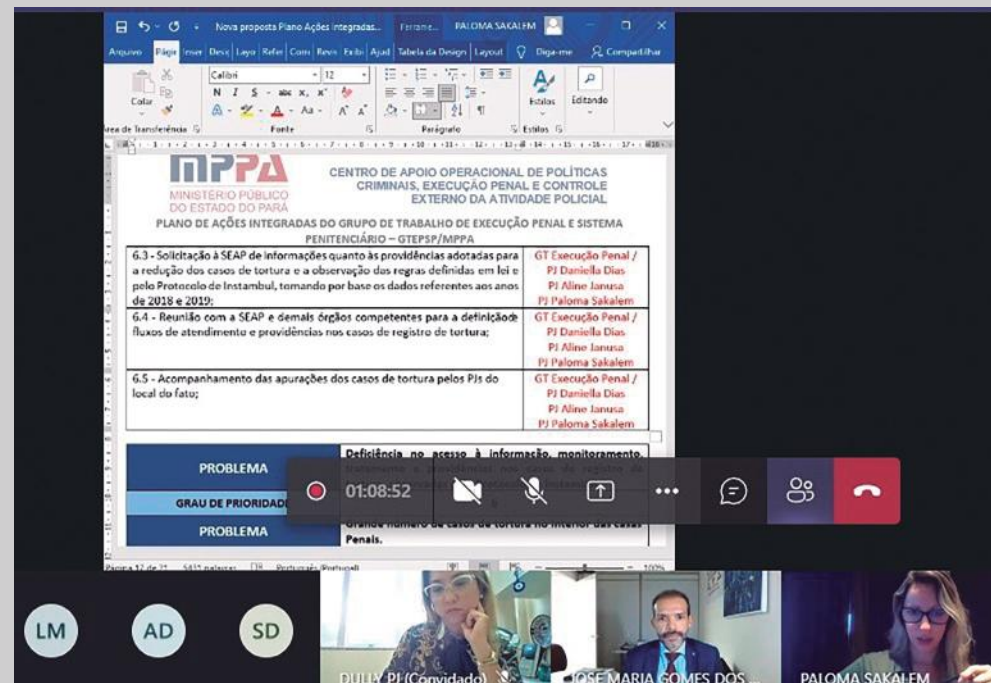
Com isso, o Centro de Apoio Operacional, após promover reuniões virtuais e presenciais, com a participação de Promotores de Justiça convidados, bem como após a realização de pesquisas e revisões sobre o tema, apresentou ao Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 11/06/2021, uma minuta de resolução para regulamentar o Acordo de Não Persecução Penal –, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

De iniciativa do PGJ, César Mattar Jr., o texto tramitou Colégio de Procuradores de Justiça, tendo como Relatora a Procuradora de Justiça Dulcelinda Lobato Pantoja, e foi aprovado na sessão ordinária de 05/08/2021.

PLANO SETORIAL CRIMINAL DO MPPA 2021/2024

Em parceria com a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (COGEPE), O CAO de Políticas Criminais elaborou o Plano Setorial Criminal do MPPA (PSCAOCRIM) para o quadriênio 2021-2024, construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria criminal, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

O Plano Setorial norteará todos os membros do Ministério Público acerca da forma que o MPPA está atuando hoje, na área criminal, e cria parâmetros e critérios de eleição de prioridades, para que a atuação ministerial seja mais resolutiva. O PSCAOCRIM pode ser consultado na página do CAO de Políticas Criminais, no site do MPPA.



REFORMULAÇÃO O PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS DO GT DE EXECUÇÃO PENAL E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Após várias reuniões, sob a Coordenação do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial, o Grupo de Trabalho de Execução Penal e Sistema Penitenciário (GTEPSP) aprovou o texto final da

nova proposta do Plano de Ações Integradas.

Dentre as propostas na reformulação aprovada, destaca-se a inclusão de um objetivo, com ações e metas específicas, para fomentar a garantia da defesa dos direitos humanos nos casos de pessoas privadas de liberdade, observadas as regras legais e regras definidas pelo Protocolo de Istambul.

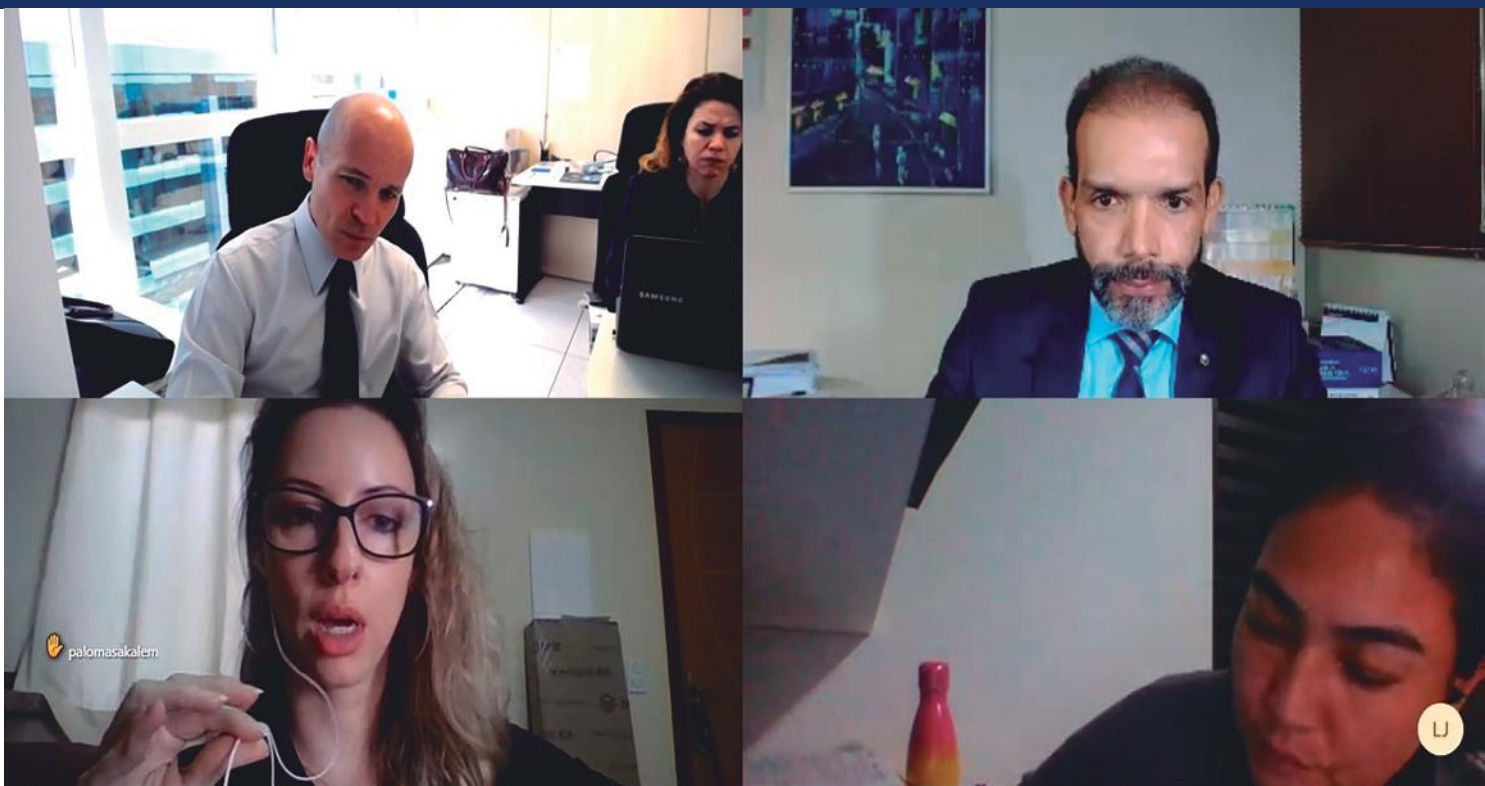
O novo texto aprovado do Plano de Ações Integradas do GTEPSP aguarda apenas a indicação dos membros articuladores para seguir ao Procurador-Geral, que o encaminhará para apreciação e deliberação final pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Confira o texto final da nova proposta na página do CAO de Políticas Criminais, no site do MPPA.

ACOMPANHAMENTO DA VISITA INSTITUCIONAL DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA DO CNMP

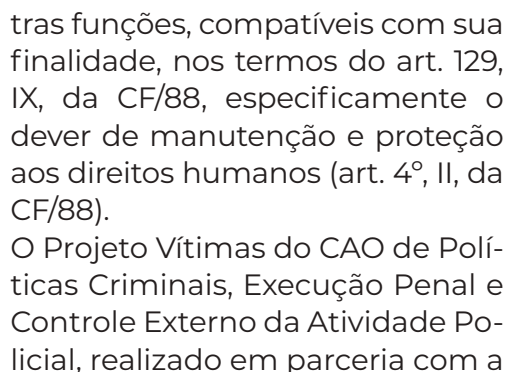
Em junho de 2021 a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP), realizou visita virtual institucional ao Ministério Público do Estado do Pará.

Na ocasião, o CAO Criminal entregou sua manifestação para subsidiar os questionamentos, encaminhados previamente, pela CSP/CNMP, sobre a atuação do MPPA nas áreas de execuções penais, tutela coletiva do sistema prisional e combate a torturas e mortes provocadas por facções criminosas. O documento foi fruto de ampla participação dos membros com atuação criminal.

Durante a realização da visita institucional virtual, o CAO de Políticas Criminais subsidiou a Procuradoria-Geral de Justiça e os Promotores de Justiça do MPPA, além de reunir, em agenda específica, com os Conselheiros do CNMP.

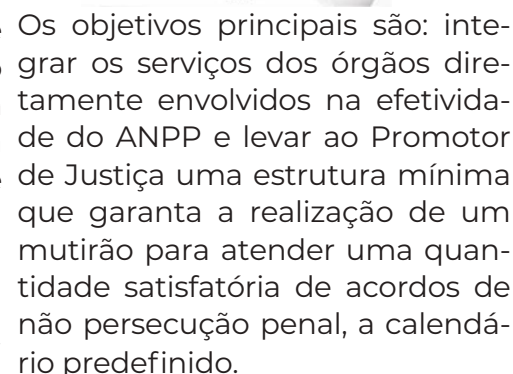


Segundo o Guia prático do CNMP de atuação do Ministério Público na proteção e amparo às vítimas de Criminalidade, o papel do MP na proteção, amparo e atendimento às vítimas de criminalidade decorre da própria titularidade da ação penal pública, conferida ao órgão, nos termos do art. 129, I, da Constituição Federal de 1988, bem como decorre do exercício de ou-



Promotoria de Justiça de Medici-
lândia, pretende garantir as víti-
mas de crimes os direitos à vida, à
integridade física, ao patrimônio,
à dignidade sexual e a outros re-
lacionados à segurança das pes-
soas a partir da formação de uma
Rede de Atendimento preparada
para fornecer especial proteção e
amparo, coordenada pelo Minis-
tério Público, o qual atua como
órgão estatal responsável por res-
taurar a ordem jurídica violada e
impedir que os cidadãos, sob o
pálio da omissão estatal, sejam
estimulados a praticarem justiça
pelas próprias mãos, por falta de
confiança na atuação estatal.

O Projeto Mutirão do ANPP foi elaborado com o objetivo de realizar, na dimensão operacional, uma ação pioneira de promoção de acordo de não persecução, em todas as regiões administrativas do Ministério Público do Estado do Pará, inovando taticamente no apoio efetivo aos Promotores de Justiça, fortalecendo a atuação ministerial, contribuindo para uma justiça mais célere, na ótica de uma justiça penal negociada, desafogando o Ministério Público e o Poder Judiciário Paraense.

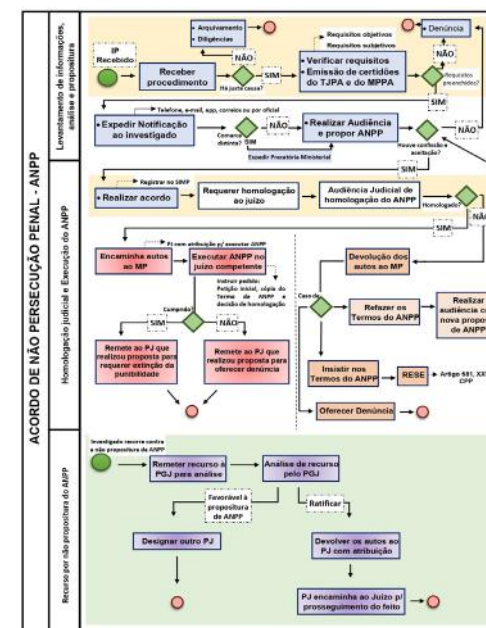


No intuito de promover rapidez e efetividade aos membros do Ministério Público, o CAO de Políticas Criminais elaborou a Cartilha do ANPP e, também, o Fluxograma do ANPP no MPPA. A cartilha é um guia que visa dar apoio e fortalecer a atuação ministerial, dispondo de orientações sobre técnica e jurídicas, anunciados, além de passo a passo com print



O Fluxograma é grande aliado para ilustrar a regulamentação conferida pela Resolução nº 006/2021-CPJ.

A Cartilha e o Fluxograma estão disponíveis na página do CAO de Políticas Criminais, no site do MPPA.



INFORMATIVOS DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS



CURSOS E EVENTOS REALIZADOS

FISCALIZAÇÃO FINALÍSTICA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO

Seguindo a linha de auxiliar os membros no aprimoramento da atuação criminal, o CAO de Políticas Criminais promoveu reuniões com o a Cogepe para desenvolver mecanismos de acompanhamento das fases de operacionalização dos recursos oriundos de convênios do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).



Com esse objetivo foi realizada reunião virtual com a participação de Promotores de Justiça Criminais para tratar da fiscalização da execução de convênios no sistema prisional, na qual técnico da Cogepe abordou várias ferramentas disponíveis no sistema de convênios (Plataforma + Brasil) para o monitoramento da execução dos recursos provenientes do Funpen.

WEBINAR: ENTRADA EM DOMICÍLIO E AS RECENTES DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execuções Penais e Controle Externo da Ati-

vidade Policial (CAOPCEPCEAP), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o Webinar: "Entrada em Domicílio e as recentes decisões dos Tribunais Superiores".

O evento teve como proposta apresentar um debate sobre procedimentos para a entrada em domicílios por policiais, nos casos de estado de flagrância em crimes permanentes e atualizar os membros, com atuação criminal, quanto às recentes decisões dos tribunais superiores.



WEBINAR: CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A LEI Nº 14.197/2021

O Webinar "Crimes contra o estado democrático de direito e o que consta na Lei nº 14.197/2021" foi organizado em parceria com o CEAF. Durante o evento foi discorrido sobre diversos pontos da Lei, como crimes contra a honra, incitação ao crime, violência política, entre outros.



CURSO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Realizado presencialmente nos dias 29 e 30 de novembro pelo CAO de Políticas Criminais, em parceria com a Academia de Polícia Civil (Acadepol) e CEAf. Contou com a participação de Promotores de Justiça e servidores do MPPA.

ARTICULAÇÃO JUNTO AO CPC RENATO CHAVES PARA DIMINUIR PROBLEMAS NA EMISSÃO DE LAUDOS E EXAMES

O CAO de Políticas Criminais tem articulado melhorias aos entraves e problemas enfrentados quanto ao recebimento dos laudos de exames e perícias, junto ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, tanto do Instituto de Criminalística quanto do Instituto Médico-Legal.

Ciente de que a perícia criminal tem fundamental importância para o sucesso da justiça criminal, o MPPA e CPC/PA, por articulação do CAO de Políticas Criminais, têm realizado sistemáticas reuniões de estreitamento e alinhamento de estratégias.

A seguir, destaca-se algumas das reuniões realizadas com o CPC Renato Chaves, sobre o tema perícia médico-legal.

Referência COR	Departamento	Quantidade (Anexos)	Quantidade (Documentos)
	RECEBIMENTO HUMANITÁRIO	108	32.119 - finalizado
	BIBLIOTECAL	203	64.900 - finalizado
	FOTOFIXA (DOCUMENTOS OFICIAIS)	107	23.215 - finalizado
	IL	128	40.260 - finalizado
	CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO	13	2.005 - finalizado
	CRIMINALÍSTICA	70	22.704 - finalizado
	AUTOS PRINCIPAIS	8	1.882
	TOTAIS	731	187.791





CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS PROMOVE DEBATE SOBRE AS RECENTES ALTERAÇÕES NO SISTEMA SIMP

Contando com a participação de mais de 100 usuários, entre membros e servidores, foi realizada reunião virtual para debater as recentes alterações no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).

O evento contou com a participação da Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocompo-

sição (Nupeia), Socorro de Maria Pereira Gomes, que expôs as necessidades de se atender o direcionamento institucional e as orientações do CNMP mediante ferramentas que dinamizem as rotinas diárias das Promotorias de Justiça.



PROMOÇÃO DE EVENTO SOBRE AS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DO GAECO E GSI

O CAO de Políticas Criminais, em parceria com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), promoveu evento virtual que contou com a participação de mais de 50 usuários, a grande maioria sendo Promotores de Justiça com atuação na área criminal, com o Tema: As Atribuições Institucionais do Gaeco e do GSI.

Na oportunidade, foram abordados os procedimentos que devem ser adotados na atuação envolvendo organização criminosa e a atuação conjunta do Gaeco com o Promotor de Justiça natural diante de uma associação criminosa. Também foram debatidos os procedimentos para atuação sobre os Relatórios de Inteligência Financeira – RIF/COAF e o pedido de análise detalhada ao GSI.



diente à Procuradoria-Geral de Justiça solicitando o levantamento de eventual regulamentação do padrão da beca de utilização dos membros nas Sessões do Tribunal do Júri, bem como, atualização e proposta de um novo modelo para o MPPA.

Outro assunto debatido foi o de realizar uma Pesquisa na forma de escuta ativa, entre os membros do Ministério Público do Estado do Pará, objetivando colher os principais problemas enfrentados pela acusação no Tribunal do Júri, propostas de modernização e uso de tecnologias na atuação ministerial.

USO DE CÂMERAS NOS UNIFORMES E VIATURAS DA POLÍCIA

Como integrante no Conselho Estadual de Segurança Pública e, considerando suas atribuições previstas na Resolução nº 004/2021-CPJ, o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial vem acompanhando e atuando, de perto, a evolução do projeto do Governo do Estado do Pará de instalação de câmeras operacionais portáteis nos uniformes e viaturas da Polícia Militar, durante as intervenções policiais.

GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL DO JÚRI DEBATE APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO

O Grupo de Trabalho do Tribunal do Júri (GT Júri) se reuniu por vídeo conferência. Dentre os temas tratados, deliberou-se que o GT Júri debaterá a promoção de encontros, cursos e webinar de atualização aos membros. Também foi deliberado o encaminhamento de expe-



ELABORAÇÃO DE FLUXO EM REDE DE ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DESAPARECIDOS (PLID)

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais promoveu reunião presencial com os representantes de órgãos responsáveis pelo serviço de atendimento, acolhimento, encaminhamento e investigação sobre pessoas desaparecidas no Estado do Pará.

O principal objetivo é o de estabelecer uma rede de instituições parceiras e, consequentemente, o fluxo de serviços nos casos de pessoas desaparecidas.



O programa PLID realiza o cadastro dos desaparecimentos num banco de dados nacional, chamado Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), que sistematiza e cruza informações provenientes de diversos órgãos, ajudando na busca de pessoas em situação de desaparecimento, e/ou identificação de pessoas com indicativo de desaparecimento.

DESPEJOS IRREGULARES OCORRIDOS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Uma série de reuniões foram realizadas pelo CAO de Políticas Criminais com os Promo-

res de Justiça com atribuições para combater crimes agrários para tratar de notícias de despejos irregulares realizados pela Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá (Deca).

A seguir, destaca-se algumas das reuniões realizadas em apoio aos membros, diante da questão:

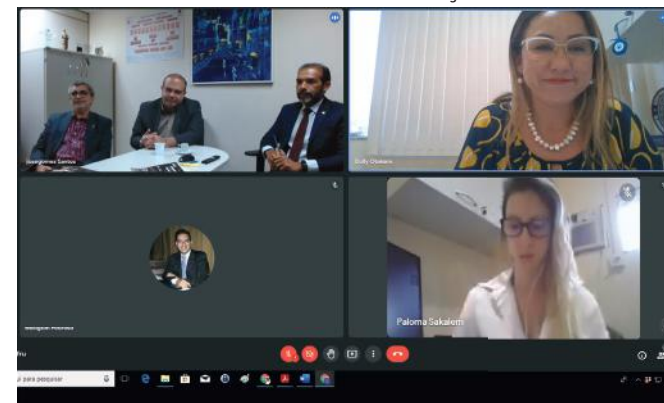
CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS E MEMBROS DO MPPA DEBATEM ATUAÇÃO EM EXECUÇÃO PENAL



Membros do MPPA debatem medidas de atuação ministerial sobre o improvimento de dezenas de agravo em execução penal, na Comarca de Santarém, diante da inobservância de regressão de regime por ocasião de cometimento de novos crimes pelos apenados, na forma da Lei de Execuções Penais.

CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS E MEMBROS DE EXECUÇÃO PENAL REALIZAM VISITAS TÉCNICAS A PRESÍDIOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Entre os meses de outubro e dezembro, em ação estratégica e em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária



ria (SEAP), o CAO de Políticas Criminais e membros das Promotorias de Justiça de Execução Penal de Belém, visitaram as instalações de várias Penitenciárias Federais e Estaduais para conhecer as tecnologias e mecanismos utilizados.

MPPA INSTALA SALA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Em outubro de 2021 ocorreu o Ato de Instalação da sala de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na sede das Promotorias de Justiça Criminais de Belém. O ANPP foi estabelecido por meio da Lei 13.964/2019, com impacto significativo em relação à possibilidade de acusação e defesa obterem o consenso na Justiça Criminal, considerando que atinge grande parte das infrações penais existentes. A instituição é pioneira na implementação do ANPP no Pará.



NOVO FLUXO PARA O SERVIÇO CONFIDENCIAL DE PESQUISA DE DADOS

O CAO de Políticas Criminais divulgou um novo fluxo para Solicitação Confidencial de Pesquisa de Dados (SCPD). A equipe do órgão auxiliar identificou que, utilizando o Sistema SIMP DADOS, as respostas das pesquisas apresentavam redução de até a metade do tempo de espera por resultados.

Outra vantagem identificada é a de que o membro solicitante não precisará mais anexar arquivos, pois o formulário padrão pode ser preenchido diretamente no sistema, assim como o recebimento do resultado das pesquisas de dados.

Os membros do MPPA já possuem acesso cadastrado no SIMP DADOS. Para solicitar acesso para um determinado servidor basta seguir os procedimentos.

ATUALIZAÇÃO DE MODELOS PARA USO NOS PROCEDIMENTOS SOBRE ANPP E EXECUÇÃO PENAL

O CAO de Políticas Criminais vem, constantemente, atualizando o Banco de Peças, disponibilizando modelos aos Promotores de Justiça Criminais, todos já em consonância com a legislação atual.

Foram disponibilizados, neste ano de 2021, vários modelos para o ANPP e, ainda, na seara da Execução Penal.

Os modelos em ANPP são:

1. Notificação do Investigado para Audiência de ANPP;
2. Notificação do Investigado da Não Propositura de ANPP;
3. Notificação da Vítima sobre ANPP;
4. Precatória - Investigado Reside em outra Comarca;
5. Certidão - Não Encontrado Investigado para ANPP;
6. Certidão - Não Comparecimento Investido na Audiência de ANPP;
7. Manifestação - Diligências – Proposta de ANPP ainda não é possível;

8. Termo de Acordo ANPP;
9. Termo de Audiência – Celebração de ANPP;
10. Termo de Audiência – Recusa do Investigado em celebrar ANPP;
11. Requerimento Homologação Judicial de ANPP;
12. Cota Denúncia Sem Proposta ANPP;
13. Proposta ANPP – Audiência Judicial;
14. Promoção de Execução ANPP;
15. Pedido de Arquivamento Provisório Processo de Conhecimento – Aguardar Cumprimento ANPP;
16. Requerimento de Declaração de Extinção da Punibilidade;
17. Remessa do acordo homologado ao PJ com atribuição para executar o ANPP.

OS MODELOS EM EXECUÇÃO PENAL SÃO:

1. Autorização;
2. Ciência;
3. Comutação;
4. Contrarrazões;
5. Diligências;
6. Embargos;
7. Estudo Externo;
8. Estudo Interno;
9. Impugnação;
10. Liquidação;

11. Livramento Condicional;
12. Medidas De Segurança;
13. PDP;
14. Prescrição;
15. Prisão Domiciliar;
16. Progressão de Regime;
17. Redimensionamento;
18. Remição;
19. Restabelecimento De Regime;
20. Retirada de Monitoramento Eletrônico;
21. Saída Temporária;
22. Término de Pena;
23. Trabalho Externo;
24. Trabalho Interno;
25. Transferências.

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA E PUBLICAÇÃO DAS NOTAS TÉCNICAS NºS 01, 02 E 03/2021

As pesquisas sobre as matérias afetas à atuação na área criminal constituem-se em uma das mais tradicionais atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, a partir das solicitações realizadas por membros, analistas e assessores do MPPA, agilizando e aprimorando diariamente a atuação instituição.

Entre pedidos de pesquisa de jurisprudências, de entendimentos doutrinários, modelos de manifestações judiciais e extrajudiciais etc, foram respondidas 138 (cento e trinta e oito) solicitações direcionadas ao Centro de Apoio Operacional Criminal, pelos canais de atendimento (e-mail, whatsapp, whatsapp business, telefone funcional, telefone de plantão), pertinentes ao Direito Penal, Direito Processual Penal, Execuções Penais e Legislação Penal Especial, necessárias à

manifestação e atuação dos membros solicitantes em determinados casos concretos.

Foram expedidas em 2021 as seguintes Notas Técnicas, que podem ser encontradas na íntegra na página do CAO de Políticas Criminais, no site do MPPA:

– **Nota técnica 01-2021**, que orienta, sem caráter vinculativo, sobre casos de admissão de servidores fantasmas;

– **Nota Técnica nº 02/2021**, que orienta, sem caráter vinculativo, nos casos de recusa das Varas Criminais em receber denúncias de autos de processos tramitados por documento físico sem que o Órgão Ministerial realize a digitalização.

- **Nota Técnica nº 03/2021** orienta, sem caráter vinculativo, quanto à decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo Senhor Doutor Alexandre de Moraes, em medida cautelar na ADPF nº 569-DF e seus efeitos sobre a destinação de valores ou bens provenientes de condenação criminal ou de acordos diante de transações penais, suspensão condicional do processo e acordos de não persecução penal.

SERVIÇO DE PESQUISA DE DADOS (SCPD)

O Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados (SCPD) é prestado pela equipe do CAO de Políticas Criminais, atendendo solicitação dos Promotores de Justiça, com crescente demanda por informações mais precisas sobre os dados de pessoas envolvidas em processos e procedimentos de natureza criminal, cível, entre outros.

Entre pedidos de localização de endereços de testemunhas e réus, qualificação de partes processuais, dados sobre veículos, entre outros foram atendidas **7.417 solicitações oriundas das Promotorias de Justiça de todas as entrâncias**, contribuindo-se, desta feita, para a qualidade do resultado dos procedimentos instaurados e das ações judiciais propostas pelos membros do MPPA quanto às informações das partes envolvidas.



Ressalta-se que, a partir do estabelecimento de novo fluxo no atendimento das demandas do SCPD, utilizando o Sistema SIMP DADOS, foi possível proporcionar mais celeridade e qualidade no resultado às pesquisas solicitadas.

EVENTOS PROMOVIDOS PELO ÓRGÃO, REALIZADOS EM PARCEIRA OU COMO CONVIDADO

O CAO de Políticas Criminais esteve presente em 204 reuniões e eventos, presenciais, virtuais e híbridos, dentre os promovidos pelo próprio órgão auxiliar, outros realizados em parceria com outros órgãos ou outras instituições.

NOVO MODELO REESTRUTURA AS ATIVIDADES

15 SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DO CAO

Na atual gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça tem dado todo o suporte, para que os Centros de Apoio Operacional (CAOs) possam cumprir as suas atribuições e, com isso, fortalecer a atuação do Ministério Público do Estado.

Como um dos instrumentos para que essa diretriz se concretize, a Supervisão Administrativa dos CAOs desenvolve atividades relacionadas com a articulação e integração dos Centros de Apoio junto aos órgãos de execução, com serviços técnico-operacionais e administrativos e com algumas atividades que envolvem a política institucional.

Durante o ano de 2021, além das atividades rotineiras como o recebimento, análise e distribuição de demandas relativas aos Centros de Apoio; atendimento e orientações relacionadas à atuação dos CAOs; recebimento, registro e resposta a solicitações advindas dos Órgãos de execução, da Administração Superior e das demais unidades do MPPA; realização e participação em reuniões com diversas unidades do MPPA; dentre outras, a Supervisão dos CAOs desenvolveu iniciativas específicas para aprimoramento da atuação da instituição.

ELABORAÇÃO DE MINUTA DE PORTARIA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL E SEUS NÚCLEOS

Entre as atividades de destaque em 2021 a Supervisão Administrativa coordenou a elaboração de minuta de portaria sobre a reestruturação os Centros de Apoio Operacional e seus núcleos. Com isso foi apresentada ao Presidente do Colégio de Procuradores a proposta de reestruturação, a qual foi aprovada em 5 de agosto de 2021, originando a publicação da Resolução n.º 004/2021-CPJ, em 27 de agosto de 2021, DOE n.º 34.683.

A proposta foi baseada em estudos e discussões entre as Coordenações dos CAOS, em que foram avaliadas as experiências institucionais anteriores, a realidade local e o funcionamento e a estrutura dos órgãos auxiliares de diversos Ministérios Públicos do Brasil.



A proposta aprovada trouxe inovações substanciais ao MPPA, sobretudo no que se refere à criação de dois Centros de Apoio e dois Núcleos: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, Centro de Apoio Operacional Técnico, Núcleo Eleitoral e Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial.

A nova estrutura dos Centros de Apoio Operacional ficou assim estabelecida, de acordo com a Resolução n.º 004/2021 do Colégio de Procuradores de Justiça:

- CAO de Direitos Humanos
- CAO de Direitos Sociais
- CAO de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal
- CAO Cível, Processual e do Cidadão
- CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial
- CAO da Infância e Juventude
- CAO Ambiental
- CAO Técnico

PARTICIPAÇÕES NO PROGRAMA “CONEXÃO CULTURA”

No segundo semestre de 2021 o Ministério Público do Estado do Pará estabeleceu parceria com a Rádio Cultura para a participação de membros em entrevistas ao vivo no Programa “Conexão Cultura”, que ocorre todas as sextas-feiras, no período da manhã.

A participação de membros da instituição no programa possibilita a divulgação de ações e projetos. A Supervisão Administrativa elabora o cronograma de entrevistas, a partir de sua mobilização

e articulação com os Centros de Apoio Operacional, para posterior envio à Assessoria de Comunicação, que é a responsável pelo contato direto com a produção do programa. Foram realizadas até o momento 17 entrevistas sobre temas diversos nas áreas de violência contra a mulher, igualdade étnico-racial, defesa da filiação, escarpelamento, primeira infância, educação, improbidade administrativa, meio ambiente, assistência social, entre outros.

GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

16 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Ministério Público do Estado desenvolve uma série de ações para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Essas tarefas são realizadas por meio de seus órgãos de execução (Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça) através de ações extrajudiciais e Judiciais, apoiados pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ).

São matérias de atuação específica do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude: Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente previstos nas Constituições Federais e Estaduais, nas Normas Internacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente. O CAOIJ atua também na implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, em

crimes praticados contra estes e demais matérias referentes a essa área.

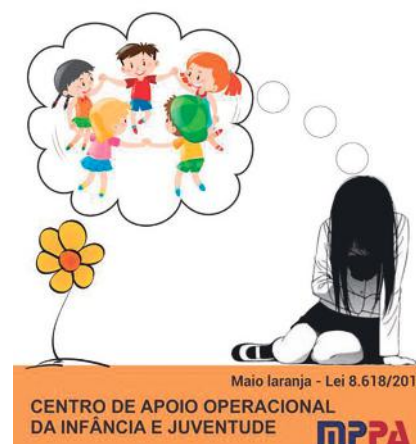
MAIO LARANJA

Em 2021, o CAOIJ realizou uma série de atividades referentes ao “Maio Laranja”, de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Conheça as ações.

Lançamento do roteiro de atuação para fiscalização do cumprimento da Lei nº 13.431/2017

Foi lançada a campanha “Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, uma Responsabilidade de todos. Não se Cale – Denuncie!”, no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Roteiro de atuação para fiscalização do cumprimento da Lei 13.431/2017



Na ocasião, foi disponibilizado um roteiro com sugestão de atuação de medidas extrajudiciais e judiciais, contendo modelos de peças e coletânea de leis, portarias e guias completos, visando fornecer informações técnico-jurídicas, aos promotores de justiça, para facilitar sua atuação na fiscalização da implementação da Lei n.º 13.431/2017.

Referida legislação impõe a rede de atendimento metodologia própria para atendimento de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência através da escuta especializada e do depoimento especial. Dispõe ainda da necessidade de atendimento integrado entre o sistema de Justiça, saúde, assistência social e demais órgão possíveis de integração.

A Corregedoria-Geral do MPPA em conjunto com a Procuradoria-Geral editou recomendação institucional, para que os promotores de justiça acompanhem a política pública para implementação da referida legislação.

O material de apoio disponibilizado pelo CAOIJ, fornece o suporte técnico para cumprimento da Recomendação conjunta e foi remetido por e-mail a todos os membros, estando disponível no site do MPPA, podendo ser acessado, livremente, através do link <https://www2.mppa.mp.br/areas/institucional/cao/infancia/maio-laranja.htm>



WEBINÁRIO “O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO PARÁ: REALIDADES E DESAFIOS”

O evento foi realizado em parceria com as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital e CEAF, nos dias 18 e 19/5/2021, e transmitido ao vivo, por meio do canal do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através da plataforma do Youtube <https://youtube.com/user/ministeriopublicopa>, e buscou apresentar um Panorama da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Pará, bem como, discutir os desafios da implementação da Lei n.º 13.431/2017, conhecida como lei da escuta protegida, em todo o estado, sob a ótica interdisciplinar entre os operadores do Sistema de Justiça e a Rede de Atendimento, visando delinear os papéis dos envolvidos e estreitar diálogo para o planejamento de ações futuras.

Foram dois dias de apresentações e debates com especialistas que atuam na área. O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr, participou da abertura dos trabalhos.

Durante as apresentações, foram contabilizados aproximadamente 300 participantes. Apenas no primeiro dia de evento, foram registradas mais de 1,5 mil visualizações ao youtube institucional.

Um dos principais problemas apontados no decorrer do webinar para a efetiva implementação da lei é a necessidade de integração dos atendimentos realizados pela Rede e o Sistema de Justiça e, para isso, a criação de um fluxo escrito, interinstitucional, com papéis bem definidos de todos os atores.

RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL E ADOLESCÊNCIA

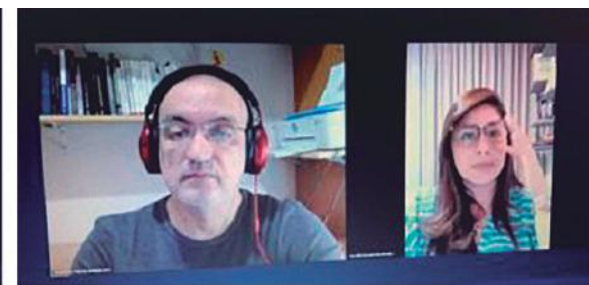
Encerrando as atividades do CAOIJ referentes ao “Maio Laranja”, foi realizada uma “Roda de Conversa”, com adolescentes, para debater o tema da violência sexual infantojuvenil, com os detentores do direito, para que expusessem ao Ministério Público, sua visão desta realidade, angústias e anseios.

A roda de conversa durou aproximadamente quatro horas e contou com a participação de 20 estudantes de escolas públicas e privadas do Estado do Pará, bem como de lideranças juvenis indicadas pelo UNICEF.

Ao final, após amplo diálogo com os adolescentes, a Coordenadora do CAOIJ agradeceu o empenho e participação de todos, comprometendo-se a levar as informações colhidas a todos os promotores de justiça, a rede de proteção e a comissão da infância e juventude da ALEPA, para que tais observações possam ser consolidadas na elaboração das políticas públicas e da política institucional do Ministério Público.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA TAMBÉM DESENVOLVEM AGENDA DE ATIVIDADES DO “MAIO LARANJA”

Além das atividades do Centro de Apoio Operacional, houve a ação, a adesão e o envolvimento de Promotorias de Justiça de diversos municípios ao “Maio Laranja”.





RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAOIJ REFERENTE AO “MAIO LARANJA” FOI APRESENTADO A DIVERSAS INSTITUIÇÕES

As informações levantadas foram levadas a todos os promotores de justiça e a diversas instituições responsáveis pela elaboração das políticas públicas visando garantir os direitos infantojuvenis previstos no texto legal.

O relatório foi entregue, em mãos, pela coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire e pela promotora Viviane Couto, representando as Promotorias de Justiça da capital, aos seguintes órgãos e instituições: Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), para a juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrnhein (Vice Coordenadora Estadual da Infância e Juventude – CEIJ); Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA), ao delegado-geral Walter Resende de Almeida; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), para o secretário Inocêncio Renato Gasparin (Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, que também é o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará); Fundação ParáPaz, para o presidente Alberto Henrique Teixeira de Barros (Presidente da Fundação PARÁPAZ) e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves, Celso da Silva Mascarenhas (Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas - Renato Chaves).



CAOIJ ARTICULA COM A ALEPA O FOMENTO DO DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em atendimento ao compromisso firmado durante a realização da “Roda de Conversa”, a coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire e a promotora da Infância Viviane Veras Couto, entregaram à deputada Ana Cunha, presidente da Comissão Permanente em Defesa da Primeira Infância, Criança e Adolescente da ALEPA, o Relatório das ações realizadas durante o Maio Laranja, para repassar as solicitações feitas durante o evento.

Dentre as solicitações dos adolescentes, está a inclusão da temática da violência sexual como matéria a ser tratada de forma transversal, dentre outras questões de direitos humanos.

Para fomentar o debate na casa legislativa sobre a edição de leis e atos normativos, para o enfrentamento da violência sexual e, de outras formas de violência contra crianças e adolescentes, criando-se uma Cultura de Paz, foram apresentados modelos de legislação própria sobre a matéria, dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e dos municípios Nazaré Paulista e Braço do Norte, que já possuem, inclusive, a Semana da Cultura de Paz nas Escolas no calendário oficial. Bem como, a lei do Estado de São Paulo, que instituiu aulas a respeito da prevenção de violências, dentre elas a violência sexual (Lei n.º 17.337, de 09 de março de 2021).



PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PARÁ (PEEVSCA/PA) LANÇAMENTO DO PEEVSCA/PA

A Procuradoria-Geral de Justiça e a coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude participaram da solenidade de lançamento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará.

O evento foi realizado pelo Governo do Estado e contou com a presença de diversas autoridades, bem como de representantes de sociedade civil.



MPPA SEDIA 1ª AÇÃO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Comitê responsável Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará (PEEVSCA/PA), organizou ações para ampliar o conhecimento da sociedade acerca dos compromissos assumidos pelas instituições. Como primeira ação de divulgação do documento, o Ministério Público do Estado do Pará foi escolhido para sediar, no mês de setembro, a cerimônia de apresentação pública dos eixos, objetivos e ações do Plano Estadual, no auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital.

O evento reuniu membros da sociedade civil e representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, para que essas instituições funcionem como multiplicadores do conteúdo do documento. A cerimônia foi transmitida nas redes sociais, possibilitando a todos os municípios, tomarem conhecimento acerca do plano estadual.



GT Infância e Juventude debate execução do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Em Reunião Ordinária do GT da Infância e Juventude do MPPA, a coordenação do CAOIJ e os promotores de Justiça com atuação na área deram início às tratativas para execução das obrigações assumidas pelo MPPA no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

O Ministério Público assumiu diversas obrigações no referido plano, que foram devidamente destacadas e expostas ao GT para serem trabalhadas em seus municípios de atuação, matéria esta que compões o Eixo 03 – Violência Sexual Infantojuvenil, do Plano de Ações Integradas do MPPA.

A reunião traçou as diretrizes de atuação e colocou a equipe do CAOIJ à disposição de todos os integrantes do GT no que se refere a atuação na área da infância e juventude.

Veja a seguir as obrigações assumidas pelo MPPA como executor. O CAOIJ já vem atuando junto à Administração Superior e aos órgãos auxiliares e de execução quanto às providências para cumprimento do Plano Estadual.

Ação n.º 1: “Aprimoramento dos sistemas de informação do Poder Judiciário e do Ministério Público sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes, com vistas à elaboração de relatório anual contendo a indicação quantitativa de processos em trâmite e sentenças proferidas em processos com este tema.”

Ação n.º 2: “Fortalecer a estrutura de atendimento às crianças e ao adolescentes nas varas, promotorias e defensorias, com jurisdição em municípios onde haja execução de grandes projetos conforme Resolução do CONANDA n.º 215/2018) 2018), especialmente no tocante à instalação e ou ampliação dos recursos humanos.”

Ação n.º 3: “Realizar audiências públicas para discutir questões referentes ao enfrentamento da violência sexual, sobretudo em regiões com altos índices, bem como de atrativo turístico e de realização de grandes projetos econômicos.”

Ação n.º 4: “Acionar empresas/instituições gerenciadoras da implantação e ou da execução de grandes projetos econômicos (conforme resolução 215/2018 CONANDA) no território paraense, para a construção das diretrizes da responsabilidade social empresarial/institucional para garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) incluindo a doação para o FEDCA e FMDCA”

Ação n.º 5: “Exigir o cumprimento da notificação compulsória por parte das instituições responsáveis pela educação, saúde e assistência social com base nos artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente.”

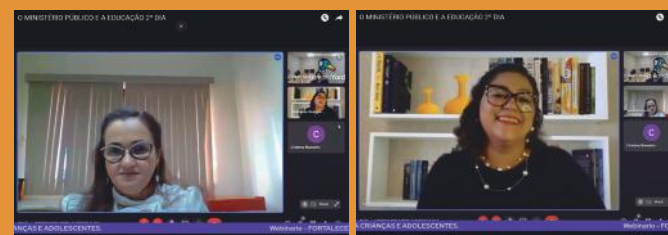
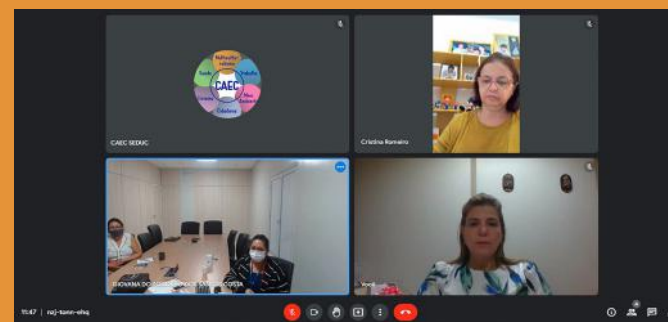
Além das obrigações assumidas pelo Ministério Público como executor, ainda estão previstas oito ações em que o MPPA deverá atuar como parceiro, colaborando com capacitações, campanhas, discussões

técnico-jurídica e demais meios em que for acionado.

Nas ações em que o Ministério Público é parceiro, os promotores de justiça foram orientados a aderir as parcerias já firmadas, entre elas, a com a SEDUC, com UNICEF e com a Rádio Margarida, através das quais foram realizadas as seguintes ações:

1) WEBINÁRIO “MINISTÉRIO PÚBLICO E A ESCOLA: FORTALECENDO A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

Nos dias 30 e 31 de agosto, o Ministério Público do Estado, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e Promotorias da Infância da Capital, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), realizou o Webinar “Ministério



Público e a Escola: Fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes”. O evento buscou intensificar as ações interdisciplinares, em prol das crianças e adolescentes.

Durante o evento foi apresentado o Projeto “Navegue não naufrague” e debatidos temas como as inovações trazidas pela Lei n.º 13.431/2017; violências contra crianças e adolescentes: uma compreensão psicológica; fenômeno da violência escolar e a cultura de paz; o papel do educador no enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes; entre outros.

2) MARAJÓ: LANÇAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES



O Ministério Público do Estado do Pará participou do lançamento do Plano Municipal de Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes, ocorrido nos dias 3, 4 e 5 de novembro nos municípios de Curralinho, Breves e Melgaço, respectivamente. O plano municipal é resultado de ações que vêm sendo realizadas pela equipe da Rádio Margarida e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em defesa dos direitos infantojuvenis, por meio do projeto “Awuré Ubuntu: Atenção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e trabalho infantil na ilha do Marajó/PA.

O referido documento se coaduna ao Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, sendo de fundamental importância para as ações direcionadas à Ilha do Marajó, cujo sucesso em sua implementação acarretará na diminuição dos índices de violação aos direitos da população infantojuvenil marajoara.

O MPPA marcou presença por meio de seus promotores de Justiça, no dia 3 de novembro, em Curralinho, a cerimônia contou com uma palestra do PJ Bruno Alvares Câmara; No dia 4 de novembro, em Breves, houve palestra do PJ Carlos Fernando Cruz da Silva, contando ainda com a presença dos promotores de justiça Patrícia Carvalho Medrado Assmann e Harrison Henrique da Cunha Bezerra; e no dia 5, em Melgaço, ocorreu exposição do PJ Mário César Nabantino Arrais Braúna, versando a palestra sobre o “Papel do Ministério Público estadual no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes e sua contribuição no Plano Municipal”.

WEBMÁRIO: O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA APRENDIZAGEM

Outro evento de destaque promovido neste primeiro ano de gestão pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, foi o Webinar “O atendimento socioeducativo e a ressocialização através da aprendizagem”, realizado em dois dias no mês de agosto de 2021. O objetivo foi debater a necessidade de uma efetiva implementação do Atendimento Socioeducativo em meio Aberto, visto que a educa-



ção deve ser utilizada como ferramenta de inclusão social para adolescentes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, transformando e ressignificando a vida de muitos jovens através da aprendizagem.

O webinar teve grande repercussão entre os integrantes da rede de proteção, que demonstraram interesse nas temáticas abordadas participando bastante pelo chat do evento, com mais de 2.100 visualizações no youtube no primeiro dia e, 1.200 no segundo, com total de 647 inscritos.

LANÇAMENTO DO ROTEIRO DE ATUAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MUNICIPAL EM MEIO ABERTO – LEI SINASE



Foi lançado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Roteiro de Atuação para Fiscalização do Atendimento Socioeducativo Municipal em Meio Aberto - Lei Sinase, visando atender à Recomendação nº 026/2014 do CNMP, a Recomendação Conjunta nº 002/2017 – MP/PGJ/CGMP e a Resolução nº 204 do CNMP.

O roteiro visa subsidiar a atuação de membros do Ministério Público do Pará na implementação, acompanhamento e fiscalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, considerando a persistência de desafios na efetivação das diretrizes preconizadas na Lei do Sinase, nos municípios do Estado.

RODA DE CONVERSA – ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E APRENDIZAGEM

Em outubro o Ministério Público realizou roda de conversa visando debater Socioeducação e Aprendizagem com adolescentes e jo-



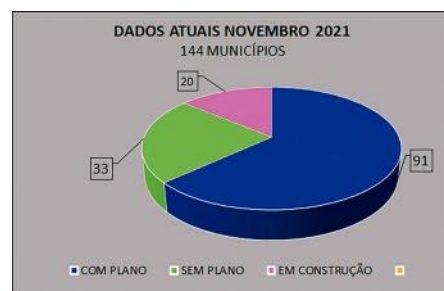
vens. A finalidade foi obter a visão da realidade, angústias e anseios desse segmento da juventude. A roda de conversa durou aproximadamente três horas e meia e, contou com a participação de 17 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

A coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire, iniciou os trabalhos na roda de conversa, juntamente com a psicóloga Cristina Romeiro e, com a pedagoga Márcia Bethânia Vinagre, ambas técnicas do Ministério Público do Estado, efetuando questionamentos para interação dos adolescentes.

A dinâmica foi conduzida com a expertise do UNICEF, através da Consultora para Desenvolvimento e Participação de Adolescentes de Belém, Thaissa Scerne, na qual foi trabalhado, junto com os socioeducandos, temas relacionados as medidas socioeducativas em meio aberto, como por exemplo: quais já haviam cumprido medidas anteriores em meio aberto, quais os pontos positivos e negativos durante o cumprimento da medida e como avaliam o instituto da aprendizagem para os egressos do sistema.

Com base na produção dos adolescentes, foi elaborado relatório encaminhado aos promotores de justiça, ao TJPA e Alepa, para que possam direcionar sua atuação, levando em consideração as demandas trazidas pelos adolescentes.

Como resultado das ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará visando a implementação, acompanhamento e fiscalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, vem sendo observado melhora, atualmente, do total de 144 municípios, 89 possuem Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, sen-



do que, em 21 municípios, está em andamento a elaboração dos mencionados planos e, 34 municípios não possuem o documento legislativo referencial. Veja o Quadro Situacional do Plano de Atendimento Socioeducativo dos Municípios do Estado do Pará.

7ª EDIÇÃO DA SEMANA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MPPA

No período de 18 a 20 de outubro de 2021 o CAOIJ, as Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém e o CEAF, realizaram a 7ª edição da Semana da Criança e do Adolescente, com a finalidade de discutir os reflexos da pandemia na população infantojuvenil. O evento foi realizado de forma virtual, com palestras e rodas de conversa transmitidas pelo canal do MPPA no Youtube.

A semana teve como tema “Os reflexos da pandemia na população infantojuvenil”, que foi escolhido pela sociedade civil por meio das redes do Ministério Público. O evento contou na abertura com uma mensagem do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. Em seguida foi exibido um vídeo com a retrospectiva das edições anteriores do evento e a história da Semana da Criança do MPPA.



Houve também apresentação de um vídeo do projeto Cine Clube Terra Firme (Cine Clube TF), que é um circuito que agrega seis gru-



pos de trabalho que atuam com várias expressões de arte, retirando jovens do contexto de vulnerabilidade social e transformando o perfil de sua comunidade com intervenções urbanas.

A primeira palestra do circuito foi ministrada pela chefe interina do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de Belém, Ida Pietricvsky de Oliveira, e abordou o tema principal do evento, com apresentação e debate dos dados colhidos na pesquisa “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes”, realizada pelo UNICEF e Instituto Brasileiro d/e Opinião Pública e Estatística (Ibope Inteligência).

A segunda palestra abordou o tema “Órfãos da pandemia: A experiência do estado do Maranhão” e contou com a participação do promotor de Justiça da Infância e Juventude do estado do Maranhão, Márcio Thadeu Silva Marques, e da Secretária Adjunta de Assistência Social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedes) do Maranhão, Maragarete Cutrim.

No segundo dia de programação, os debates versaram sobre os impactos da pandemia na educação e na saúde mental de crianças e adolescentes, tem como primeira palestra a “Pandemia, saúde mental de crianças e adolescentes e as dimensões do cuidar”, realizada pela psicóloga e professora da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Niamey Granhen Brandão da Costa e pelo psicólogo e agente do MPPA, Alexandre Theo de Almeida Cruz.

Encerrando as palestras, foi apresentada a “Pandemia e educação: impactos, desafios e transfor-



mações”, pela Dr^a Ana Kelly Silva, professora da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC); e Marcia Bethânia Vinagre, assessora pedagógica do MPPA e Pandemia e Crimes Cibernéticos: Que abuso é esse? Ministrada pelo Promotor de Justiça da Bahia Dr. Moacir Silva Nascimento Júnior.

No último dia da semana foi realizada Roda de Conversa com a participação de estudantes das escolas E.E.E.F.M. David Salomão Mufarrej, Colégio Estadual Paes de Carvalho e Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré e serviu como um espaço de escuta para saber as dificuldades e necessidades dos adolescentes e como a pandemia ainda os afeta.

Por fim, encerrando as ações da VII Semana Criança e do Adolescente, o Ministério Público do Estado promoveu a entrega de cestas básicas à famílias do bairro da Terra Firme.

Ao todo, 320 cestas básicas foram arrecadadas a partir de doações feitas pelas unidades internas do Ministério Público, atendendo à solicitação do

CAOIJ e Promotoria da Infância e Juventude de Belém. As doações tiveram a participação ativa de membros, técnicos e servidores da instituição, que fizeram a arrecadação.

A parceria com o Cine Clube TF, do bairro da Terra Firme, ocorreu desde o início da Semana da Criança e do Adolescente e implicou na produção pelo coletivo de vídeos temáticos, que foram exibidos durante os três dias das atividades científicas. A cooperação possibilitou também a prestação de orientações jurídicas que o Ministério Público realizou para a comunidade onde está situado o Cine Clube TF. A parceria é sempre buscando a cidadania.

CERIMÔNIA DE ACOLHIMENTO DOS JOVENS DO PROGRAMA “EDUCAÇÃO ENTRE PARES”

O Ministério Público do Estado promoveu em setembro o Ato de Acolhida dos Estagiários de Nível Médio do Programa “Educação entre Pares”, que visa fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência a partir do marco dos Direitos Humanos e de uma Educação que protege, dentro das escolas públicas paraenses. O programa foi criado a partir

do Termo de Cooperação nº 003/2021, assinado em abril deste ano pelo Ministério Público do Estado, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc) que consiste na realização de atividades de formação e educação em direitos humanos.

Participam, nesse primeiro momento, dez adolescentes e jovens, sendo cinco homens e cinco mulheres, na faixa etária entre dezesseis e vinte e quatro anos, que estejam cursando o Ensino Médio em escolas públicas estaduais situadas nos “Territórios pela Paz,” que ficam em área periféricas da capital e são indicadas com maior índice de violência. Atuam também no programa 10 coordenadores pedagógicos, como disseminadores juvenis nas oficinas que serão realizadas nas escolas por meio da Seduc. Os participantes são contemplados com uma bolsa-estágio no Ministério Público do Estado.

Ao final do evento, o Instituto Perabiru distribuiu Kit conectividade para todos os estagiários, composto de celular e chip de internet, totalmente custeados pelo parceiro, por seis meses.

Cumprindo as obrigações previstas no termo, no dia 22, 23, 24 e 25/11/2021, foi realizada a primeira formação dos estagiários e trabalhou temas como: Educomunicação; Arte, Cultura e Mobilização Cultural; Identidade, Grupalização e Diversidade Étnico Racial e Protagonismo Juvenil, Participação e Controle Social de Políticas Públicas no Exercício da Cidadania, que foram ministrados através da expertise do UNICEF, por meio da facilitadora Kassya Fernandes, Consultora para a Resposta Humanitária da migração, e pelos professores voluntários da SEDUC, Francisco Batista, Lilia Melo e Ivete Brabo.

DIÁLOGOS COM A REDE: FORTALECENDO O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ

Nos dias 25 e 26 de novembro a Promotoria de Justiça de Cametá, através do Promotor de Justiça Isaac Sacramento, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o evento denominado “Diálogos com a rede: fortalecendo o sistema de garantia de direitos do município de Cametá”, no Auditório da Secretaria Municipal de



Educação (Semed), em Cametá, que contou com a aproximadamente 125 participantes.

A iniciativa buscou possibilitar o fortalecimento da Rede de Atendimento local, por meio da capacitação de seus agentes e do fomento ao diálogo entre as instituições e a sociedade.

A primeira palestra teve como Tema: “A infância e a juventude: proteção concebida pela rede”, realizada pela promotora de justiça auxiliar do CAOIJ, Priscila Tereza de Araújo Costa, em seguida, foram realizadas mais duas palestras: “O papel do Ministério Público na rede de proteção - a importância do trabalho em rede”, proferida pelo promotor Isaac Sacramento e a “Lei 13.431 - Escuta e integração no atendimento às crianças e adolescentes vítima e testemunha de violência”, feita pela promotora Mônica Freire.

Após o intervalo, os trabalhos tiveram continuidade, com as palestras realizadas pelas técnicas do CAO Técnico intituladas: a “Atuação da Rede de Atenção Psicossocial - dispositivos e atribuições, que teve como palestrante a Psicóloga, Kátia Jordy Figueiredo, “Rede: Otimizando os serviços socioassistenciais - a importância da rede socioassistencial”, ministrada pela Assistente Social, a Sra. Maria de Lurdes de Carvalho Soares Almeida e finalizando o dia de atividades, a “Rede: A escola também é rede” realizada pela Pedagoga, Diana Barbosa Gomes Braga.

No segundo dia de evento, foram realizadas oficinas, na escola ENEF General Osório, sob responsabilidade dos promotores de justiça

Mônica Rei Moreira Freire, Priscila Tereza de Araújo Costa e Isaac Sacramento, bem como das técnicas do CAO Técnico Diana Barbosa Gomes Braga, Maria de Lurdes de Carvalho Soares Almeida e Katia Jordy Figueiredo.

AÇÕES SOCIAIS COM PARTICIPAÇÃO DO CAOIJ

- Ação Cívico-Social promovida pela Marinha do Brasil: o CAOIJ participou de ação realizada pela Marinha do Brasil, em parceria com, a Praticagem da Barra do Pará, Sociedade Amigos da Marinha Pará, Secretarias de Saúde de Barcarena e do Estado do Pará, Tribunal Regional Eleitoral e Defensoria Pública, no dia 31/08/2021, uma Ação Cívico-Social (Aciso) na comunidade da Fazendinha, no Furo do Arrozal, em Barcarena, que atendeu aproximadamente 300 famílias locais, oferecendo serviços gratuitos, em promoção da cidadania.

Durante o evento, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, promotora de Justiça Mônica Freire, ministrou palestra sobre violência sexual para o público adulto. Para as crianças foi apresentado teatro de fantoches, com participação voluntária das estagiárias do MPPA Alícia Batista Furtado, Kilvia Lucy do A. G. Miranda, Virgínia Mei Tsuruzaki Shinkai e Paula Cristiane Moura Reis. A referida atividade faz parte da parceria entre o MPPA, por meio do Projeto “Navegue Não Naufrague” e a Faculdade Faci Wyden, com o Projeto “ECA vai à Escola”.

- Sarau em parceria com o coletivo Cine



Clube TF: o CAOIJ, em parceria com a promotoria de justiça da infância e juventude, participaram de sarau cultural, organizada pelo Cine Clube TF, coletivo coordenado pela professora Lilia Melo evento que reuniu em média 300 adultos e 400 crianças. A programação contou com atrações artísticas como show dos MCs Pelé do Manifesto e Everton, exibição de mini documentários com os títulos: Cine Dance

– O pulsar do Corpo preto; Poame-se, liberdade e poesia preta e Amor tem cheiro de Pimenta Cominho.



O Ministério Público realizou uma roda de diálogo com a comunidade bem como informou suas atribuições principalmente no que



tange a proteção dos direitos da criança e do adolescente. A Promotora de Justiça da Infância e juventude Viviane Veras Couto palestrou sobre o Ministério Público, conceito, atribuições constitucionais e princípios institucionais. Em seguida, a Promotora de Justiça, Mônica Freire, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e juventude (CAOIJ) palestrou sobre a atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude, princípio constitucional da prioridade absoluta, cooperação, melhor interesse da criança bem como apresentou as atribuições das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital na área protetiva, infracional, execução de medidas socioeducativas e crimes contra crianças.

Na oportunidade, foram realizadas ações do projeto Navegue não Naufrague nos crimes sexuais. Além do diálogo com os adolescentes, foi apresentado o Teatro de Fantoques fruto da parceria entre o Ministério Público e a faculdade Faci. O teatro, de forma lúdica relata o caso de uma criança abusada que encontrou na escola seu porto seguro para revelar os fatos e ser encaminhada a rede de proteção. A encenação dos fantoches foi realizada pelas estagiárias voluntárias Paula Reis, Virginia Shinkai, Alícia Furtado e Klara Fortes e Beatriz Moreira, alunas da Faci e do Cesupa.

COMENDA DE DIREITOS HUMANOS PAULO FROTA

Em novembro ocorreu a solenidade de abertura do evento “Seminário Estadual Centenário Paulo Freire”, promovido pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). O evento foi realizado nos dias 17 e 18 de novembro, no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas.

A celebração foi uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Alepa com representantes da sociedade civil e instituições governamentais para homenagear o educador, pedagogo e filósofo, Paulo Freire, criador da Pedagogia “do Oprimido”, condecorado com 29 títulos de “Doutor Honoris Causa” dado por universidades do mundo inteiro, além de vários outros prêmios.

Na ocasião, foi realizada de forma extraordinária, a solenidade de entrega da “Comenda de Direitos Humanos Paulo Frota”, uma honraria criada pelo Poder Legislativo Estadual, para homenagear per-



sonalidades físicas e/ou jurídicas que se destacam na promoção e defesa dos direitos humanos no Estado do Pará.

O CAOIJ, através da Coordenadora Mônica Freire, recebeu honraria pelo projeto “Navegue Não Naufrague”, que visa assegurar direitos humanos de crianças e adolescentes, envolvendo a comunidade escolar em ampla discussão acerca da violência sexual, objetivando prevenir essa forma de violação de direitos, apresentar a rede de proteção e combater a subnotificação.

TERMO DE COOPERAÇÃO SOBRE LETALIDADE INFANTOJUVENIL FOI RENOVADO

A atual gestão renovou o Termo de Cooperação n.º 007/2018-MPPA, firmado entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Movimento República de Emaús (EMAÚS). O TC foi renovado em 2021, e tem como objetivo central efetuar o levantamento de dados estatísticos dos índices de letalidade infantojuvenil no Estado ocorridos durante o quadriênio – 2015/2018.

CAOIJ FINALIZA ELABORAÇÃO DO PLANO SETORIAL

Em dezembro o CAOIJ apresentou o seu Plano Setorial, que reúne ações estratégicas, desafios, projetos e iniciativas na área da infância e juventude, a serem realizadas no período de 2021-2024, com base no Plano Estratégico Institucional (PEI/MPPA 2021-2029) e no Plano Nacional (PEN-MP 2020-2029), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O documento foi construído após quatro reuniões, em parceria com a Comissão de Gestão e Planejamento Estratégico (COGEPE), e apresentado aos promotores de justiça, na 3ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho (GT) da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Pará.

TRATATIVAS PARA CRIAÇÃO DE FLUXO INTERINSTITUCIONAL REFERENTE A LEI Nº 13.431/2017

Em 2021 o CAOIJ realizou uma série de reuniões visando a construção de um fluxo escrito interinstitucional com todos os partícipes do Termo de Cooperação Técnica n.º 014/2019, que tem por objeto, o efetivo cumprimento da Lei n.º 13.431/2017 – Escuta Protegida de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Estado do Pará, celebrado entre o MPPA, TJPA, DPE, SEGUP/PA, Polícia Civil do Estado do Pará, Seaster, Sespa, Fundação ParaPaz, Fsepa e CPC “Renato Chaves.

Após as reuniões com os órgãos a Coordenadora do CAOIJ compareceu à Ouvidoria do Estado, e efetuou apresentação sobre a importância do fluxo e criação dos centros integrados, solicitando apoio do ouvidor na articulação junto às Secretarias do Estado, a Polícia Civil e Parapaz, para que definam a política pública a ser adotada para cumprimento da Lei 13.431/2017, no que se refere a transformação ou não dos ParaPaz em Centros Integrados bem como a com-

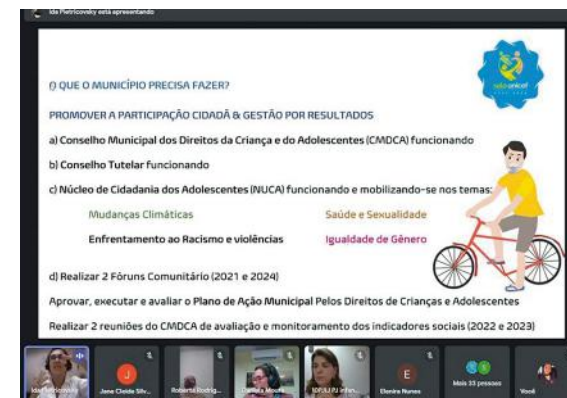
patibilização de seus fluxos interno (Polícia Judiciária\Parapaz), para que após tal definição, seja possível prosseguir na construção do fluxo interinstitucional, de suma importância, para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

APOIO AO SELO UNICEF – 2021/2024

O Ministério Público do Estado do Pará, comprometeu-se a apoiar o Selo UNICEF, que é um instrumento que busca promover, realizar e garantir direitos de crianças e adolescentes, atuando em diversos indicadores nas áreas da Saúde, como o aprimoramento do pré-natal, prevenção à transmissão vertical da AIDS, nutrição; na educação, nomeadamente na diminuição da evasão escolar e distorção idade/série, prevenção da violência, da ausência de registros, dentre outros.

Com isso, para mobilizar a adesão dos municípios paraenses para Edição 2021-2024, o CAOIJ oficiou aos promotores de justiça, a fim de que acionassem o gestor de seu município de atuação, bem como realizou reuniões, em parceria com UNICEF, para apresentar aos membros os objetivos do selo e, de que forma podem ser acompanhados pelo Ministério Público.

A Edição 2021-2024, contou com a adesão de 123 municípios e com ampla colaboração dos promotores de Justiça quanto à mobilização dos prefeitos para assinatura do compromisso e acompanhamento das metas em seu município de atuação.



CARDS TEMÁTICOS DISCUTEM TEMAS RELEVANTES NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Para intensificar a comunicação com a sociedade, considerando a dinâmica da comunicação atual por meios digitais, como o uso de aplicativos de mensagens, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o CAOIJ criaram os cards temáticos, para incen-

tivar os debates em temas relevantes, através de uma linguagem simples, difundindo a informação, para além dos promotores de justiça, alcançando a Rede de Proteção e, sensibilizando a população para o para o compromisso constitucional previsto no art.227, segundo qual é dever de todos, sociedade, Estado e família, a responsabilidade de garantir os direitos infantojuvenis.

DIA NACIONAL DA ADOÇÃO



DIA NACIONAL DO TESTE DO PEZINHO



DIA MUNDIAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL



DIA MUNDIAL DA INFÂNCIA



DIA DAS CRIANÇAS



DIA NACIONAL DO CONSELHEIRO TUTELAR



APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS É FORTALECIDO

17 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL TÉCNICO

O Centro de Apoio Operacional Técnico (CAOTEC), criado pela Resolução n.º 004/2021, de 5 de agosto de 2021, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado, e tem como atividade prioritária a coordenação do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI), formado por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento técnico-científico, visando a prestação de auxílio técnico especializado aos membros, aos CAOs e aos demais órgãos do Ministério Público, de forma a complementar os serviços disponibilizados pelos órgãos públicos competentes, cabendo ao GATI as atribuições que lhe forem conferidas mediante portaria específica emitida pelo Procurador-Geral de Justiça.

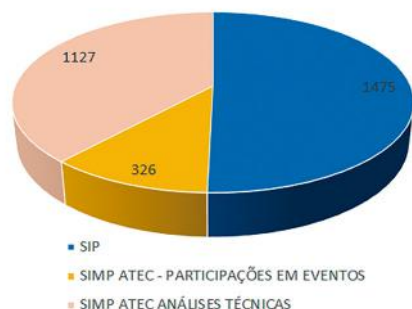
Entre as atividades técnicas e administrativas rotineiras do CAOTEC destacam-se: atendimentos e orientações sobre as solicitações de apoio técnico direcionadas ao GATI; gerenciamento da produtividade do GATI; gestão do atendimento às solicitações direcionadas ao GATI; triagem e distribuição das solicitações recebidas pelo SIMP ATEC; recebimento e respectivo encaminhamento às solicitações recebidas pelo GEDOC; recebimento, registro e encaminhamentos às diversas demandas oriundas dos Órgãos de Execução, da Administração Superior, das demais unidades do MPPA, e instituições externas.

GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (GATI) NA CAPITAL

Atualmente o GATI da Capital possui 17 especialidades técnicas (vide quadro), com 28 profissionais atuando na unidade.



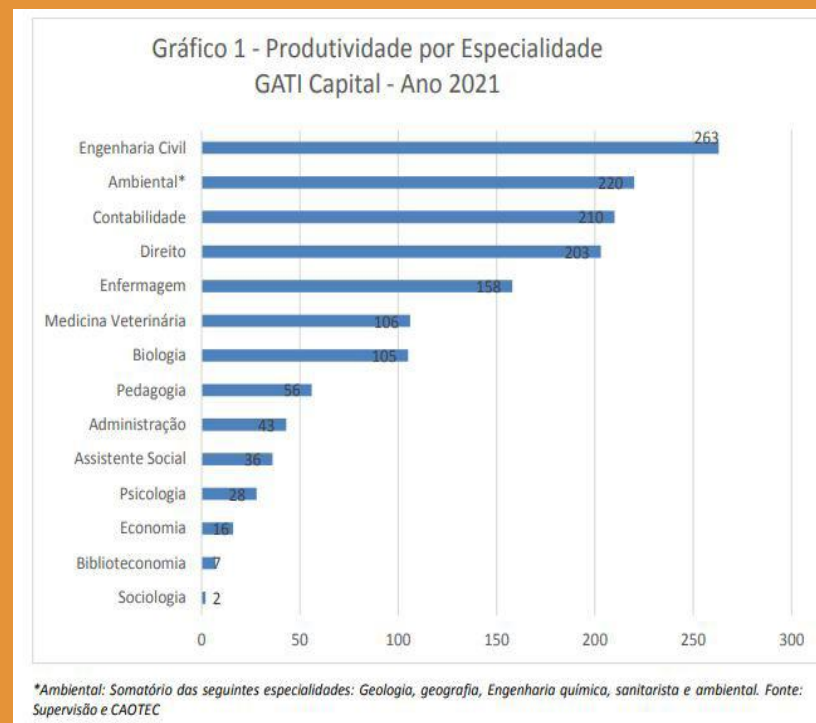
No decorrer do ano de 2021 foram recebidos, pelo GATI da capital, 1.475 expedientes via Sistema de Informações Protocolares (SIP) e SIMP-ATEC, sendo produzidos 1.453 documentos, sendo 1.127 Análises Técnicas e vistorias (AT's) e 326 Participações em Eventos (PE's).



Deve ser destacado que o ano de 2021 foi marcado por diversas restrições sanitárias que impediram a realização de vistorias, que só foram retomadas, de forma regular, em abril daquele ano. As ativida-

des permaneceram em regime de revezamento, sendo retomadas, de forma integralmente presencial, em 13 de outubro de 2021.

As especialidades do GATI da capital que possuem maior demanda são: Engenharia Civil, Ambiental (englobando-se as áreas de Geologia, Geografia, Engenharia Ambiental e Sanitarista, e Engenharia Química) e Contabilidade, que podem ser visualizadas a seguir:

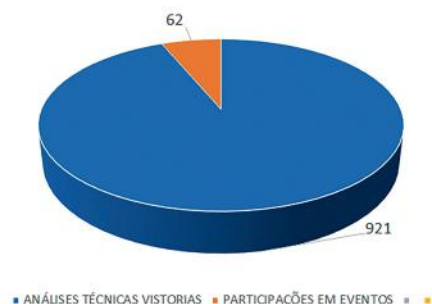


GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (GATI) NO INTERIOR

Após o lançamento e consolidação do SIMP/ATEC no GATI central, que funciona na Capital junto aos Centros de Apoio Operacional, promoveu-se o início da execução da estratégia de ampliação do sistema para recebimento de expedientes nos GATIS Regionais, que possuem técnicos próprios que atuam no interior do Estado. Confira no quadro abaixo os municípios que possuem GATI Regional e as especialidades disponíveis.



Em 2021, de acordo com as informações apresentadas pelos técnicos dos Polos citados, foram produzidos 983 documentos, sendo 921 Análises Técnicas e vistorias (AT's), e 62 Participações em Eventos (PE's).



As especialidades do GATI Regional que possuem maior demanda, semelhante ao GATI Capital também são: Engenharia Civil e Contabilidade, que podem ser visualizadas a seguir:



Na área de Engenharia Ambiental foi incluída a produtividade da Tecnologia em saneamento ambiental.
Fonte: Supervisão e CAOTEC

VISITAS INSTITUCIONAIS AOS POLOS

O Centro de Apoio Operacional Técnico juntamente com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) e com o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) realizaram visitas às regiões administrativas Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I, Sudoeste II e Baixo Amazonas, ao longo do segundo semestre de 2021. Os encontros tiveram como objetivo a integração e a articulação com as Promotorias locais, e possibilitaram ainda, a troca de informações, bem como os esclarecimentos necessários para o melhor atendimento às demandas relacionadas às atividades do CAOTEC e às atribuições do GAECO e do GSI.



ELABORAÇÃO DO PLANO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados a objetivos identificados no Plano Estratégico Institucional, o CAOTEC alinhou-se ao PEI-MPPA 2021-2029, elaborando o seu Plano de Apoio Técnico aos Órgãos de Execução com base nas estratégias, ações e desafios propostos no referido Plano.



Para construção do Plano foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Interativa (SIGI), no qual, por meio de reuniões entre a equipe que compõe o CAOTEC e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP.

ELABORAÇÃO DA MINUTA DE PORTARIA QUE REGULAMENTA O GATI

O CAOTEC remeteu à Procuradoria Geral de Justiça minuta de Portaria que visa regulamentar o GATI, tendo como justificativa a consonância entre a Portaria n.º 6.421/2021/MP/PGJ e o Ato conjunto n.º 002/2020-MP/PGJ-CGMP, e ainda o aprimoramento da definição de fluxos, racionalização, modernização e eficiência no que diz respeito ao encaminhamento de demandas ao GATI.

Devido a observância da dinâmica das solicitações recebidas, foi verificada a necessidade de alterar a minuta, e, por isso, a demanda se encontra na fase de estudo e reelaboração para melhor enquadramento à realidade do MPPA.

INSERÇÃO DE FUNCIONALIDADES NO SIMP ATEC

Desde sua criação em agosto de 2021 o CAOTEC tem promovido reuniões com o Departamento de Informática para o aprimoramento do SIMP ATEC, sobretudo no que diz respeito à inserção de novas funcionalidade do referido sistema, tais como: criação da aba “solicitações deferidas pelo CAO”, inclusão dos técnicos do interior e proposta de emissão de relatório e arquivamento no âmbito do CAOTEC.

OFICINAS SIMP ATEC

O CAOTEC, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu oficinas sobre o Sistema de Elaboração de Análises e Pareceres Técnicos SIMP ATEC. A primeira oficina foi realizada no dia 05 de novembro de 2021, de forma virtual, e teve como público alvo os servidores do GATI da capital e interior.

O SIMP ATEC foi instalado em 2020, sendo uma ferramenta de auxílio ao Membro que possibilita o gerenciamento de todas as solicitações de No-



tas Técnicas, vistorias e participações em eventos que os Órgãos de Execução solicitam em seus procedimentos. As solicitações são direcionadas aos profissionais que atuam no Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar-GATI da Capital, além dos servidores designados para atendimento às demandas que exigem outras especialidades não contempladas pelo referido Grupo de Apoio.

Ocorre que ao longo dos meses o sistema foi atualizado, sobretudo com a inserção de técnicos que atuam nos GATIS regionais e de novas funcionalidades, e por isso a necessidade de capacitar os servidores para o recebimento e trâmite das demandas, por meio do sistema.

A segunda oficina ocorreu no dia 9 de dezembro de 2021, de forma virtual, tendo como destinatários os membros e servidores do MPPA, visando melhor instruí-los acerca da observância de formulação de quesitos e inclusão de informações e documentos, os quais são indispensáveis para o recebimento e atendimento das demandas.

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

A Coordenação do CAOTEC foi designada pela Procuradoria-Geral de Justiça para representar o MPPPA na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará, instituída pela Portaria n.º 2.611/2021-GP.

A Política de prevenção e do enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação tem como objetivo assegurar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, o desenvolvimento das atividades laborais de forma digna, saudável e segura, em garantia à liberdade e a dignidade de magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as) e demais usuários(as) dos serviços judiciais. Ao longo do ano de 2021 foram realizadas 9 (nove) reuniões.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

18 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL

O Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente é um órgão auxiliar à atividade funcional que tem por finalidade disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na área ambiental.

Com o objetivo de dinamizar as suas atividades, indo além da relevante prestação de informações e pesquisas técnico-jurídicas, o Centro de Apoio Operacional Ambiental procurou desenvolver no ano de 2021 ações com o propósito de realizar a difícil tarefa de dar uniformidades à atuação das Promotorias de Justiça com atribuição ambiental, sem perder de vista o princípio da independência funcional. Nesse sentido, foram planejados projetos setoriais nas áreas de meio ambiente, defesa animal e urbanismo visando uma ação unificada e, especialmente, regionalizada.

A atuação do Centro de Apoio também procurou manter a interlocução com instituições públicas e privadas visando propiciar aos que atuam nos Órgãos de Execução canais de comunicação mais

céleres e eficientes, abordando dessa forma, significativa demanda oriunda das Promotorias de Justiça, notadamente quanto aos órgãos relacionados à matéria ambiental (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, SEDAP, Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, IDEFLOR-Bio, DEMAPA, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, MPF, AMAZON, UFPA, entre outros) bem como interinstitucional, com o MPMG.

Outras atividades desenvolvidas incluem a participação em discussões e acompanhamento de projetos de lei e organização de atividades de divulgação ou debate público envolvendo assuntos de relevância para a defesa do meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, urbanismo, habitação, direitos dos animais, com o objetivo de encaminhar soluções com a participação da sociedade.

No decorrer do ano de 2021, o Centro de Apoio Operacional Ambiental apoiou solicitações de pesquisas, organizou ou participou de reuniões e eventos, internos e externos, nas quais foram deba-

tidas diversas questões pertinentes às atribuições deste CAO, como Grupos de Trabalho, comissões, diligências externas, entre outras. Além disso, os Órgãos de Execução encaminharam a este CAO Ambiental, por meio físico ou digital, informações referentes à instauração de Procedimentos Administrativos, Procedimentos Preparatórios, Inquérito Cível, e ainda, a expedição de Recomendações e proposições de Ações Cíveis Públicas na área de atuação ambiental.

O Cao Ambiental coordenou as ações do **Programa MP Sustentável**, que tem como um de seus objetivos principais a implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P do Ministério do Meio Ambiente – MMA, no âmbito do Ministério. Através da Comissão com a Responsabilidade de Implementar as Ações de Melhoria do Desempenho Ambiental da Instituição, com o retorno das atividades presenciais, foram realizadas 08 (oito) reuniões da Comissão.

Como atividade de educação ambiental do Programa MP Sustentável na execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do MPPA, foi lançado em junho a Cartilha Sustentável nº 01/2021, com objetivo de incentivar o uso sustentável de papel, água e energia e a redução e destinação adequada de resíduos sólidos para a população de forma geral.

O Ambiental é o Centro de Apoio Operacional que coordena **10 Grupos**, destes 9 de Trabalho e 1 de Atuação. Destaca-se em 2021 a criação de dois Grupos de Trabalho, um no âmbito do bem-estar e defesa animal com intuito de alinhar, nivelar e estimular as ações do Ministério Público do Estado do Pará, e o outro no monitoramento das ações de desmatamento e queimadas ilegais.

O Grupo de Trabalho de Bem-Estar e Defesa Animal – GT Animal, instituído pela Portaria nº 416/2021-MP/PGJ de 22/02/2021, publicado no DOE nº 34.503 de 01/03/2021, com a finalidade de alinhar, nivelar e estimular as ações do Ministério Público do Estado do Pará, no que concerne à defesa dos direitos e do bem-estar dos animais, O GT Defesa Animal concentra suas ações em quatro projetos (a) Pesca Predatória, (b) Fauna Silvestre, (c) Carroceiros e Equi-

nos, e (d) Animais de rua e Abrigos, realizando em 2021 o total de 6 reuniões ordinárias. Foi realizada a ação de Microchipagem de Equinos, em parceria com a UFRA, DEMAPA, CCZ/SESMA, SEMOB, Polícia Militar, Bombeiro, entre outros parceiros.

O Grupo de Trabalho de Desmatamento e Queimadas - Desmatamento, instituído pela Portaria nº 950/2021-MP/PGJ de 28/04/2021, publicado no DOE nº 34.572 de 04/05/2021, com a finalidade específica de monitorar as ações de desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Pará. Este GT, que havia sido instituído em outubro de 2020 (Portaria nº 2755/2020-MP/PGJ), foi reestruturado em abril de 2021, passando a ser coordenado pelo CAO Ambiental, focando suas ações nos 10 (dez) municípios que mais desmatam: Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Itaituba, Pacajá, Portel, Senador José Porfírio, Uruará, Novo Repartimento e Rurópolis, respectivamente, realizando em 2021 o total de 6 reuniões ordinárias.

O Grupo de Trabalho Bacia do Tapajós, que atua em cooperação com as Promotorias de Justiça locais, tanto na esfera judicial, quanto extrajudicial, na prevenção, remediação, compensação e responsabilização de danos agroambientais de cunho regional, realizou 2 reuniões ordinárias, ambas por videoconferência, mesma quantidade realizada pelo **Grupo de Trabalho Bacia do Xingu**, que visa a tutela coletiva das demandas desencadeadas pelos impactos socioambientais decorrentes de implantações de atividades e empreendimentos na região de abrangência da Bacia do Rio Xingu e do PDRS-X.

O Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém, que tem como objetivo definir e implementar estratégias de atuação no acompanhamento da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém teve sua atuação conjunta voltada, desde a criação, ao acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2013, pelas prefeituras municipais de Belém, Ananindeua e Marituba e o Ministério Público do Estado do Pará e em 2021 realizou 5 reuniões ordinárias, mediante recurso de videoconferência.

O **Grupo de Trabalho Mobilidade Urbana** que define e implementa estratégias de atuação no acompanhamento e discussão dos impactos gerados na mobilidade urbana, causados pelo projeto *Bus Rapid Transport* – BRT nos municípios de Ananindeua, Belém e Marituba fez somente uma reunião ordinária no ano de 2021, assim como o **Grupo de Trabalho de Urbanismo**, que define e implementa estratégias de atuação no acompanhamento e apoio na revisão dos Planos Diretores Municipais, e em 2021 realizou 1 reunião ordinária cada GT, mediante recurso de videoconferência.

Também realizaram apenas uma reunião ordinária o **Grupo de Trabalho de Barcarena**, que define e implementa estratégias de atuação no acompanhamento dos danos ambientais causados pelo Polo Industrial do município de Barcarena, composto pelos Promotores de Justiça de Barcarena, Promotoria de Justiça com atribuição em Meio Ambiente de Abaetetuba e Promotoria de Justiça da 1ª Região Agrária, e o **Grupo de Trabalho Obras de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins – Pedral do Lourenço**, que visa a tutela coletiva das demandas desencadeadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins - Pedral do Lourenço.

Além dos grupos de trabalho, destaca-se o **Grupo de Atuação Especial Companhia Brasileira de Bauxita**, para a tutela coletiva

das demandas desencadeadas pelos impactos ambientais causados pela contaminação existente na área da Companhia Brasileira de Bauxita no Município de Ulianópolis e tem como objetivo primordial promover a remediação ambiental e a proteção ambiental da área degradada, assim como promover medidas em relação à saúde da população diretamente afetada pelos danos ambientais e morais ocasionados pelo empreendimento e pelas empresas que encaminharam resíduos/rejeitos de material perigoso.

O Centro de Apoio Operacional Ambiental ainda participa de **2 Grupos de Trabalhos Externos**: o **Grupo de Trabalho Tapajós, instituído pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará – SEDEME**, com o objetivo de identificar problemas e estabelecer estratégias visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará; e o **Grupo de Trabalho de Estudos e Segurança de Barragens no Estado do Pará**, que tem por objetivo a discussão dos assuntos referentes à segurança de barragens em mineração no Pará, conforme a Política Nacional de Segurança de Barragens, e conta com a participação de diversas instituições, dentre eles o MPPA.

Este CAO também atua em **2 Conselhos, 3 Comissões, 3 Comitês e 2 Fóruns** envolvendo estratégias de atuação para mitigação dos impactos socioambientais e para discussão de implantação de empreendimentos, e de acompanhamento de políticas públicas. Faz parte do **Conselho Estadual de Meio Am-**

biente – COEMA e o **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH**; da **Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural, do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – COPEMA/GNDH/CNPG**; da **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA/PA**, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; e da **Comissão Estadual de Florestal – COMEF**, vinculado ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio.

Integra o **Comitê Gestor do Programa “Municípios Verdes” – PMV/COGES**; o **Comitê Técnico Estadual de Apoio ao Gerenciamento Costeiro do Pará – CT-GERCO/PA**, e o **Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC/PA**, com objetivo de coordenar, executar e monitorar as ações do projeto Pró-Catador Ativação Pará, voltadas à melhoria das condições de vida e trabalho de catadores de materiais recicláveis, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Compõe também o **Fórum interinstitucional que visa articular ações de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos**, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão; e o **Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática – FPMAC**, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.



No dia 1º de junho, o Ministério Público do Estado do Pará e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), através da coordenação do CAO Ambiental, firmaram o **Termo de Cooperação Técnica nº 007/2021-MPPA/IMAZON** visando ampliar a parceria com este Instituto no sentido de obtenção alcançar maior eficiência e tempestividade na adoção de providências voltadas à proteção do meio ambiente por parte do MPPA, por meio de apoio técnico, acesso a informações qualificadas, treinamentos, oficinas, atuações conjuntas no Estado do Pará.

O documento foi assinado pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Júnior, e pela diretora executiva do Imazon, Ritaumaria de Jesus Pereira.

A cooperação técnica e o intercâmbio abrangem a realização de palestras, cursos, seminários ou encontros, reunindo membros e servidores das duas instituições, para a transmissão de conhecimentos sobre os respectivos modos de atuação e metodologia de trabalho. Também será disponibilizado entre as instituições o acesso a bancos de dados já existentes, de interesse comum, inclusive informações para contatos entre membros e servidores entre si.

Outro item importante do termo de cooperação é o acesso do Ministério Público do Pará aos Sistemas Eletrônicos e plataformas com informações sobre uso do solo, como desmatamento, queimadas, ações e impactos de recuperação e regeneração de áreas degradadas, bem como Plataforma de predição de desmatamen-

tos e queimadas e outras ferramentas de acesso a informações que venham a ser disponibilizadas pelo Imazon, do modo mais eficiente possível. Também serão efetivadas atividades de diagnósticos, pesquisas, apoio técnico em elaboração de projetos de interesse comum, ações que possam resultar em soluções sustentáveis para induzir e monitorar a recuperação, regeneração, mitigação e compensação por degradação ambiental, bem como proposituras de uso sustentável dos territórios.



Também firmou, no dia 20/07/2021, **Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS (Acordo de Cooperação Nº 002/2021-SEMAS/MPPA)**, que tem por objeto a conjugação de esforços com vistas a viabilizar ações de gestão e governança territorial no Estado do Pará, envolvendo o monitoramento ambiental e socioeconômico, planejamento operacional e a apoio técnico à fiscalização ambiental, permitindo o compartilhamento de dados, conhecimentos, informações e experiências, bem como o uso de produtos e tecnologias automatizadas geradas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

Junto ao **Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV**, firmou Termo de Cooperação nº 013/2021-MP-PA, no dia 27/09/2021, tendo por objeto a cooperação técnica e o intercâmbio de informações entre os órgãos convenientes, visando a obtenção de maior eficiência e tempestividade na adoção de providências voltadas a proteção do meio ambiente por parte do MPPA, por meio do apoio técnico, acesso as informações qualificadas, treinamento, oficinas, atuações conjuntas.



Com a **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP**, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2021-MP-PA, em 28/09/2021 com a finalidade de conjugar esforços entre os partícipes para viabilizar ações de gestão e governança territorial no Estado do Pará, envolvendo a promoção da pesca sustentável, a redução da pesca predatória e assim, proporcionar a manutenção dos estoques pesqueiros, principalmente das espécies mais vulneráveis, permitindo o compartilhamento de dados, conhecimentos, informações sobre o panorama da pesca predatória, promoção da legitimação dos acordos de pesca e atuação conjunta de campanhas de educação ambiental junto a sociedade.

O MPPA, através do CAO Ambiental, vai compor o **Comitê Gestor do Programa SeloVerde**, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, que disponibiliza dados da produção agropecuária e adequação ambiental por propriedades rurais com registro no Cadastro Ambiental Rural. O Selo Verde permite também incorporar informações sobre uso da terra por diversos órgãos estaduais do Pará em um banco de dados integrado com o objetivo de se combater o desmatamento ilegal, promover a regularização fundiária e prover de um modo transparente a rastreabilidade da produção agropecuária

O **Plano Setorial Ambiental** foi construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria do direito ambiental, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020- 2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

O Centro de Apoio Operacional Ambiental e o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão foram suscitados a articular ações integradas com os órgãos de execução para **prevenção de danos ambientais bem como de riscos aos consumidores que frequentam estabelecimentos sem segurança na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu**, em razão do episódio em que o piso de um restaurante cedeu durante um show no dia 07 de setembro de 2021. O CAO Ambiental coordenou oito reuniões e duas Operações, envolvendo 14 órgãos estaduais e municipais, com intuito de prevenir e reprimir irregularidades observadas pela atribuição dos respectivos órgãos públicos.

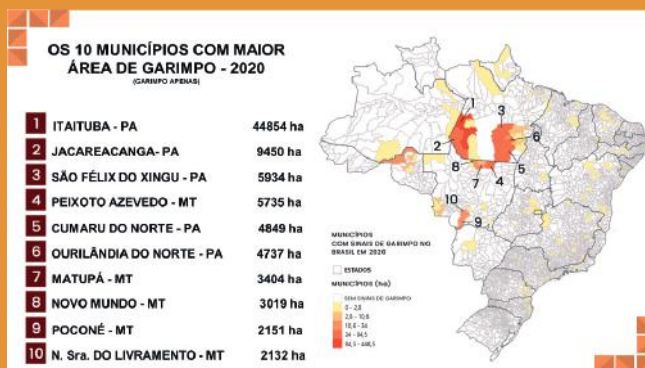


Em junho de 2021, o Centro de Apoio Operacional Ambiental promoveu o **“Webinário sobre Biodiversidade”** que contou com a abertura da coordenadora do CAO Ambiental, Promotora de Justiça Albely Lobato e com duas mesas de debates, sendo a primei-

ra palestrante a diretora de Bioeconomia e Mudanças Climáticas da Semas/PA, Camille Bendahan Bemerguy com a temática “Bioeconomia e Amazônia: os desafios de uma justiça climática” e a segunda a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, Fernanda Neves Ferreira, com a temática “Biodiversidade, desenvolvimento e conhecimentos tradicionais”.



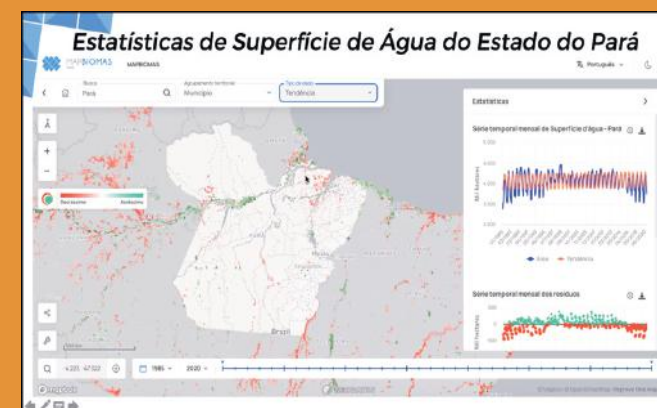
Este CAO promoveu evento semi-presenciais, com transmissão online, chamados **Diálogos CAO Ambiental**. O primeiro, chamado **Padrão Espacial da Exploração Mineral no Estado do Pará**, teve as palestras dos pesquisadores Pedro Walfir, doutor em Geologia e Geoquímica, professor titular do Instituto de Geociências da UFPA e Membro Titular da Academia Paraense de Ciências desde 2009, e Cesar Guerreiro Diniz, doutor em Geologia e Geoquímica.



Este Diálogo teve o propósito de contextualizar o cenário da área de mineração no Estado, com dados da evolução da mineração industrial e garimpo entre os anos de 1985 e 2020 para oferecer elementos técnicos a um diagnóstico da extensão total da área minerada, o ranking dos municípios e contribuir para a atuação ministerial no sentido de oferecer subsídios para elaboração de estratégias de enfrentamento às atividades ilegais e acompanhamento para garantir uma mineração em bases sustentáveis respeitando as áreas protegidas, a biodiversidade, solo e a água e a população que é impactada por estas atividades.

O segundo Diálogo, chamado **Recursos Hídricos e APPs - Impactos e Desafios**, contou com palestrantes os Pesquisadores Sêniores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), o Dr. Carlos Souza Júnior e o Dr. Paulo Amaral. Este Diálogo buscou contextualizar o cenário de retração da superfície coberta com água no estado do Pará e os sinais de tendência da redução de água, a partir de dados de

satélite. De forma complementar, foram apresentadas técnicas de recuperação das Áreas de Preservação Permanente, com exemplos de casos de sucesso, o cenário da evolução entre 1985 e 2020 da superfície hídrica no Estado do Pará e as tendências de redução da água disponível, com principais fatores que geram essa seca. Além do diagnóstico do problema, a segunda parte do evento discorreu sobre as alternativas de recuperação das Áreas de Proteção Permanente, bem como casos práticos de sucesso.



No **Webinário Região Norte - Relatório Anual do Desmatamento 2020**, a Promotora de Justiça Albely Lobato apresentou as ações do MPPA no enfrentamento aos desmatamentos e queimadas ilegais, destacando a articulação interna do Órgão através dos Grupos de Trabalho Xingu, Tapajós e Desmatamento, que abrangem os municípios que concentram a maior parte dos alertas de desmatamentos.



O CAO Ambiental é o representante do Ministério Público do Estado do Pará na **Força-Tarefa Amazônia em Foco**, que abrange os Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal. Fruto do Acordo de Resultados em Defesa da Amazônia, firmado pelos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal para alcançar o objetivo comum de preservar o bioma amazônico e no dia 26 de outubro de 2021, o Ministério Público do Estado do Pará sediou a **Reunião da Força-Tarefa de combate ao desmatamento na Amazônia**, organizada pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental do MPPA e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) que contou com a presença de representantes dos MP do Acre, Amapá,

Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, além do Pará como anfitrião, e com a participação especial do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), no âmbito do Termo de Cooperação Técnica assinado entre o MPPA e o IMAZON.

A Ministério Público do Pará (MPPA) participou do Encontro das Forças-Tarefas dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal. A reunião virtual reuniu MPs estaduais e federais para compartilhar experiências e informações com o objetivo de aprimorar a atuação dos órgãos em relação à prevenção e combate ao desmatamento, queimadas ilegais e degradação ambiental dentro da Amazônia Brasileira, fortalecendo o diálogo entre as instituições e desenvolvendo ações estratégicas na região. Essa ação é fruto do Acordo de Resultados em Defesa da Amazônia, firmado pelos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal para alcançar o objetivo comum de preservar o bioma amazônico.

O CAO Ambiental, em parceria com o CEAf, promoveu o **I Ciclo de Oficinas de capacitação no acesso aos sistemas eletrônicos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS**, no total de **seis Oficinas** (cerca de 150 participantes no total). Os treinamentos incluíram O Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA e Sistema de Fiscalização e Lista de Desmatamento Ilegal - LDI, o Programa de Recuperação Ambiental - PRA e em Sistema de Dispensa de Licenciamento – DLA. Foram eventos relevantes para a ampliação do conhecimento e acesso aos dados da SEMAS, muito utilizados pelos técnicos do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, promovendo o aprimoramento das análises técnicas na seara ambiental.

DIREITOS HUMANOS IMPORTAM

19

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) é um órgão auxiliar da administração superior do Ministério Público e tem como função orientar, auxiliar e facilitar a atuação dos Promotores de Justiça, prestando-lhes informações técnico-jurídicas, apoio no relacionamento e realização de reuniões entre membros do Ministério Público e as organizações Governamentais e não Governamentais, além de buscar a estrutu-

ração das políticas institucionais do órgão Ministerial na Defesa dos Direitos Humanos.

Antes da publicação da Resolução nº 004/2021, de 05 de agosto de 2021, o CAODH era denominado de Centro Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais e Interesses Difusos e Coletivos- CAO Constitucional e foi coordenado pelo Promotor de Justiça Marco Aurélio Lima do Nascimento

no período de 01/01/2020 a 10/04/2021. Entre 10/04/2021 a 19/05/2021 o CAO Constitucional foi coordenado pelo Promotor de Justiça Frederico Antônio Lima de Oliveira. Atualmente é coordenado pela Promotora de Justiça Ana Cláudia Bastos de Pinho, auxiliada pelas Promotoras de Justiça Bethânia Maria da Costa Corrêa e Eliane Cristina Pinto Moreira.

O CAODH É COMPOSTO POR 4 NÚCLEOS:

1. NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER, coordenado pela Promotora de Justiça Vylly Costa Barra Sereni;
2. NÚCLEO DE DEFESA DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – NIDE, coordenador pela Promotora de Justiça Tatiana Jasen;
3. NÚCLEO AGRÁRIO E FUNDIÁRIO –NAF, coordenador pela Promotora de Justiça Ione Missae Silva Nakamura;
4. NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL – NIERAC, coordenado pela Promotora de Justiça Lilian Regina Furtado Braga.

E PARTICIPA DE TRÊS GRUPOS DE TRABALHO:

1. Grupo de Trabalho Agrário – GT Agrário
2. Grupo de Trabalho Étnico-Racial- GT Étnico-Racial
3. Grupo de Trabalho em Defesa das Pessoas LGBTI – GT LGBTI

Uma das matérias de atuação específica do CAODH é o atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados, tema extremamente caro à agenda de direitos humanos.

No Estado do Pará, sobretudo nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de refugiados venezuelanos indígenas da etnia Warao que, ingressando no Brasil pela fronteira da Venezuela com Roraima (Pacaraima), acabaram se deslocando para outros rincões da região Norte do país. Atualmente, existem, aproximadamente, 1.000 indígenas Warao vivendo no Estado do Pará, dos quais 650 concentrados na região metropolitana de Belém.

Há diversas questões que envolvem esse cenário, a começar pela dificuldade da comunicação verbal (muitos indígenas sequer falam o espanhol). De outra banda, os municípios (responsáveis pelo atendimento emergencial) não possuem uma estrutura suficiente para dar conta das demandas apresentadas, sobretudo



no que diz respeito à questão do abrigo. Nem todos os indígenas conseguiram local para ficar. Muitos deles estão alugando pequenos espaços, com poucos recursos que conseguem por meio da coleta que, infelizmente, é a única forma que a maioria deles encontra de obter alguma renda.

Ao lado disso tudo, o grave problema da xenofobia. O preconceito e a discriminação praticados pelos habitantes locais é uma constante na vida dos refugiados. Exatamente por isso, as oportunidades de obterem algum trabalho são drasticamente reduzidas.

O CAODH, sensível à urgência dessa pauta, realizou uma parceria com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), cujo escritório no Pará (com sede em Belém) é chefiado por Janaína Galvão. A partir dessa parceria, várias ações foram realizadas em 2021, exatamente com o objetivo primordial de sensibilizar a sociedade local, bem como o Poder Público, para a necessidade do tratamento humanitário a esse grupo vulnerabilizado.

Dentre as ações, podemos destacar o “Fórum Empresarial de Empregabilidade para Refugiados e Migrantes”, ocorrido no dia 04 de novembro de 2021, no auditório do CEAF/MPPA, uma parceria CAODH/MPP, ACNUR



e IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), que contou com as presenças de representantes do Poder Público (secretários do Estado e do Município), empresários locais, associações, federações, universidades e lideranças indígenas Warao.

Durante o fórum, foram ouvidos tanto empresários que já contratam os indígenas, quanto os próprios indígenas, para relatar as suas experiências e dificuldades. Levar essa realidade ao conhecimento do poder público e, principalmente, do empresariado local, é de extrema importância para desmitificar informações que apenas embaraçam o processo de acolhimento humanitário.

E foi exatamente com o objetivo de superar esses mitos e inverdades acerca do

povo Warao, que mais uma parceria se formou, em outra ação concreta: desta feita entre o CAODH/MPPA, ACNUR e o Boulevard Shopping. Tratou-se da realização da exposição fotográfica sobre pessoas refugiadas no Brasil, intitulada “Atravessando fronteiras e descobrindo imagens: a importância da integração de pessoas refugiadas”. A exposição, de caráter educativo, aconteceu no primeiro piso do Boulevard Shopping Belém, em novembro de 2021, com o objetivo de desmitificar informações corriqueiramente veiculadas acerca desse grupo, esclarecendo aspectos jurídicos, socioeconômicos e as dúvidas mais frequentes.

A exposição fotográfica permaneceu por 15 dias no Boulevard Shopping e depois foi levada ao átrio de entrada do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. A ideia, para 2022, é de uma exposição itinerante, que irá percorrer sede de empresas locais, bem como outros municípios do Estado.

A pauta étnico-racial também é, sem dúvida alguma, pauta prioritária para o Ministério Público, em geral, e para o CAODH, em



especial. O racismo estrutural que forjou a sociedade brasileira, a partir da chaga da escravidão, tem deixando marcas cruéis, cuja superação impõe grandes desafios a todos que trabalham com direitos humanos.

Ao lado das demandas do movimento negro, há também aquelas que dizem respeito a nossos povos indígenas, que ocupam boa parte do território paraense e integram a nossa tradição e ancestralidade.

Sensível a essa importante demanda, a Procuradoria-Geral de Justiça instalou, em Santarém/PA, o NIERAC (Núcleo de promoção da igualdade étnico-racial), que é atualmente coordenado pela Promotora de Justiça Lillian Braga e se encontra vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

Várias ações foram executadas dentro dessa agenda, desde a escuta de representantes dos movimentos negro e indígena, em reuniões presenciais e virtuais, realizadas com



os membros do GT étnico-racial, até a participação do CAODH em evento promovido pelas religiões de matriz africana, em Ananindeua, para discutir a relevante questão da intolerância religiosa.

Vale destacar que, no mês de novembro de 2021, o Ministério Público do Pará, por meio do NIERAC/CAODH e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), preparou uma “agenda antirracista”, com várias ações conjuntas, desde cards informativos, até atividades culturais (com a apresentação da websérie “Pretas”, que foi acompanhada de diálogo com as produtoras), culminando com a “Roda de Conversa sobre o compromisso do MPPA com as políticas públicas antirracistas”, realizada no auditório do CEAF/MPPA.

O evento contou com a participação de representantes dos movimentos negros e indígenas no Pará que, junto aos membros do Ministério Público ali presentes, estabeleceram uma conversa sobre as demandas desses movimentos, que possam ser convertidas em políticas públicas, em relação a diversos temas, com maior

destaque para segurança pública, políticas afirmativas, educação em direitos humanos e o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas.

A roda de conversa fez parte da programação do MPPA para a agenda antirracista, que se estendeu por grande parte do mês de novembro.

Em 2021, outra agenda cara ao CAODH foi a relativa à população LGBTI. O Brasil, como se sabe, ocupa uma posição nada invejável no ranking dos países em que mais ocorrem violências de todo tipo a pessoas LGBTI.

A discriminação e o preconceito são causas da prática de crimes (desde os crimes contra a vida aos crimes contra honra e à dignidade sexual), além de funcionarem como barreiras a que esse grupo vulnerabilizado tenha acesso digno a serviços públicos e a demais direitos básicos.



Em 03 de novembro de 2021, a Promotoria de Justiça de Breves, em parceria com o CAODH e o CEAF, realizou, no auditório do CEDEP - Breves/PA, o evento “Políticas Públicas voltadas à população LGBTQIA+”, que contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do MP, autoridades locais e vários representantes e lideranças do movimento LGBTI do Estado do Pará.

Outra ação que merece destaque nessa agenda - também fruto de parceria entre o CAODH e o CEAF - foi a confecção da 3ª edição da cartilha “EM DEFESA DA DIVERSIDADE”, trazendo as alterações e atualizações necessárias em relação aos direitos da população LGBTI.

A cartilha trata de assuntos relevantes para o melhor e mais objetivo entendimento acerca do assunto: conceitos básicos; saúde mental e atendimento a pessoas LGBTI; lgbtfobia: violência e discriminação; direitos e principais conquistas; bem como a exposição de atos normativos federais e estaduais que versam sobre o tema.



RESGUARDANDO OS DIREITOS CIVIS, ELEITORAIS E DO CONSUMIDOR

20 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

Criado pela resolução nº 004/2021-CPJ de 05 de agosto de 2021, o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC) é um órgão auxiliar à atividade funcional e tem por finalidade promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, além de buscar disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na seara do direito de Família; Sucessões; Interditos/Incapazes; Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Registros Públicos; Acidentes de Trabalho; Consumidor; Eleitoral; Terceiro Setor e demais matérias relacionadas ao Direito Civil, Comercial e Processual.

Desenvolve ações que visem manter a interlocução com instituições públicas e privadas, propiciando aos que atuam nos Órgãos de Execução vias de comunicação mais céleres e eficientes, atendendo dessa forma, significativa demanda oriunda das Promotorias de Justiça, além de não perder de vista a necessária propulsão de políticas públicas. Também possui sob sua coordenação dois núcleos: Terceiro Setor e Eleitoral.

Desde o dia 01/09/2021, o CAO CPC realizou/participou de reuniões e eventos com Promotores de Justiça, outras Instituições/Órgãos Públicos bem como, coma sociedade civil, objetivando estabelecer estratégia de atuação institucional, principalmente, no que se refere aos problemas que envolvem a temática do consumidor; eleitoral e cível.



Após a reestruturação dos Centros de Apoio, buscou-se fomentar a atuação ministerial na área do **consumidor**, fornecendo auxílio os órgãos de execução com informações e diálogo estreito com a rede de instituições nesta área. Assim, foram feitas reuniões com Promotores de

Justiça da execução, para buscar as principais queixas e vertentes norteadoras para o trabalho a ser desenvolvido.

Dentro desta temática do consumidor, este CAO busca agir, na defesa dos interesses dos consumidores difusa e coletivamente considerados, como atribuições precípuas o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos para a melhoria da sua qualidade de vida e a harmonização das relações de consumo, sempre com vistas aos seus direitos básicos.

Na qualidade de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, incumbe ao Centro de Apoio Operacional o exercício de atividades que proporcionem política institucional, bem como eventuais notícias de lesão a consumidores possam ser encaminhadas aos órgãos de execução.



No mais, alguns pleitos foram levados à apreciação pela gestão superior, além do trabalho conjunto com instituições públicas em situações de ocorrência de perigo ao consumidor, como fiscalização do Palmito de Açaí; retomados dos debates acerca dos problemas já apresentados pelo GT Navegação em gestão passada; proposição de criação de um GT para a seara do consumidor e a coordenação do Fórum Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxico.

Cumprir registrar ainda a interação institucional entre o CAO CPC e a ALEPA, com a finalidade de fomentar políticas públicas em importantes áreas da sociedade. Inicialmente, após tratativas com este CAO, fora elaborado Projeto de Lei para implementação da Logística Reversa de Medicamentos em âmbito estadual, a qual já fora protocolada e encontra-se em trâmite final na Casa Legislativa.

Outra importante pauta legislativa que está sendo tratada é a situação do escalpelamento, com a contribuição por este CAO em Projeto de Lei de autoria da deputada Heloisa Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de proteção no motor, eixo e partes das embarcações, de modo a proteger os passageiros e tripulações pelo risco de acidentes.



Além das contribuições para iniciativa parlamentar legislativa o CAO CPC está debatendo outros temas relacionados às ocorrências de escalpelamento como a necessidade de aproximação da rede de

apoio que presta atendimento a essas vítimas, programação de conscientização que busque prevenir os episódios de acidente desta natureza. O referido projeto também já se encontra em tramitação final.

CAO CPC - NÚCLEO ELEITORAL

Por meio da nova roupagem adquirida após a reestruturação dos centros de apoio, inovou com a coordenação do **Núcleo Eleitoral**. O referido Núcleo foi lançado em 16 de setembro de 2021 com sede nas Promotorias de Icoaraci. A criação do núcleo buscou atender aos anseios não só dos Promotores de Justiça, mas também da sociedade que passa a contar com uma unidade específica para tratar de uma temática umbilicalmente ligada a democracia.

Ainda sob essa temática, o CAO CPC tem como missão auxiliar a atividade funcional em matéria eleitoral desempenhada pelos Promotores de Justiça, exercida por delegação legal do Ministério Público Federal por meio do Núcleo Eleitoral. Assim, por meio do Núcleo Eleitoral, o CAO presta às Promotorias Eleitorais suporte técnico em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, consultas, modelos de peças processuais, estratégias de atuação, organização de metas e formas de combate aos abusos e ilícitos eleitorais, sejam de natureza criminal ou cível-eleitoral, visando o salutar desempenhada defesa da cidadania eleitoral.

Realiza, ainda, o acompanhamento das alterações legislativas e de entendimento dos

Tribunais em matéria eleitoral, organizando cursos de capacitação aos membros e servidores.



Ademais, o CAO não descuidou em fomentar ações em conjunto nesta temática com órgãos afins que possam fortalecer democracia, garantindo a cidadania. Exemplo é o termo de cooperação proposto pelo CAO e assinado entre o MPPA, MPF e TRE/PA. O referido termo foi assinado em 30 de novembro de 2021 e deu origem ao projeto intitulado “A Acessibilidade e a Função Social da Mesa Receptora de Votos”.

A proposta do projeto de acessibilidade nos locais de votação e a Função Social da Mesa Receptora é viabilizar ações de sensibilização acerca dos direitos da pessoa com deficiência por meio de ampla divulgação dos mecanismos que a Justiça Eleitoral dispõe para a facilitação do exercício do voto, bem como mediante fiscalização e conscientização do poder público acerca da necessidade de pro-

ver os meios necessários ao pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência.

A Função Social busca atender de maneira mais próxima aqueles que por alguma razão possuem dificuldade para relatarem situações de violação de seus direitos, garantindo acesso de forma facilitado aos meios que tem por função defender o cidadão na defesa de suas garantias.

Após a assinatura, no dia do evento, aproveitou-se a temática para promover o ciclo de palestra com o tema “Prévias das Eleições de 2022”.



O CAO CPC dentro desta temática busca agir, na defesa, especialmente dos mais vulneráveis, como os incapazes de forma geral, prevalecendo sempre o melhor interesse deste, garantindo respeito à sua dignidade e proteção de seus interesses. Na qualidade de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, incumbe ao Centro de Apoio Operacional o exercício de atividades que

proporcionem política institucional, bem como eventuais notícias de lesão que possam ser encaminhadas aos órgãos de execução.

Ao assumir a coordenação do CAO CPC, após reestruturação dos Centros de Apoio, buscou fomentar a atuação ministerial na área, auxiliar os órgãos de execução com informações e diálogo estreito com a rede de instituições nesta área. Assim, foram feitas reuniões com promotores da execução, para buscar as principais queixas e vertentes norteadoras para o trabalho a ser desenvolvido.

NÚCLEO DO TERCEIRO SETOR



Dentro desta temática, temos ainda importante viés a ser protegido no tocante ao terceiro setor com o pleno funcionamento do Núcleo do Terceiro Setor com a coordenação da Dra. Helena Muniz.

O Núcleo do Terceiro Setor surgiu da necessidade de ampliação e compartilhamento - não apenas aos Membros do MPPA, mas também a toda sociedade civil, das experiências de atuação da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial, Extrajudicial da Capital, no que tange ao velamento e fiscalização das Entidades de Interesse Social no Estado do Pará.

Buscando atingir seus objetivos, o NTS possui trabalho de interiorização, no qual desloca sua equipe às Promotorias de Justiça que exerçam este trabalho e pedem apoio ao Núcleo para melhor desenvolver o múnus de atuar junto às Entidades, não apenas no âmbito de fiscalização contábil, mas, sobretudo, na valorização de práticas comprometidas como a prestação de serviço público social relevante interesse da coletividade.



PROJETO DE DEFESA DE FILIAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Ainda dentro da área cível, o CAO CPC possui a gestão de execução dos contratos de realização de exame de DNA que se prestam a fomentar a atuação extrajudicial do MPPA no reconhecimento de paternidade, especial no tocante ao “Projeto de Defesa de Filiação nas Escolas Públicas do Município de Belém”, o qual visa a realização de reconhecimentos voluntários de paternidade, alcançando o maior número possível de crianças e adolescentes que não tenham a paternidade reconhecida em sua certidão de nascimento.

A equipe do CAO CPC compromete-se a continuar buscando agregar novas práticas e assim melhor desempenhar a missão institucional atribuída a este Órgão Auxiliar, colocando-se à disposição de contribuir com excelência para a atuação dos Órgãos de Execução, colaborando com a efetiva prestação de serviço de excelência à sociedade.

Em tempo, com a conclusão do Plano Setorial do CAO CPC, a equipe concentrará os esforços para sua execução e implementação de melhores estratégias para buscar o resultado almejado.



MPPA EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS, DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

21

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) é um efetivo canal de interatividade entre as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a comunidade, tendo por função última contribuir e facilitar a jornada ministerial em defesa dos interesses da sociedade.

Foi criado pela Resolução n.º 005/2011-CPJ, denominado CAO Cidadania, com o objetivo de auxiliar a atividade funcional dos Promotores de Justiça do MPPA, promovendo a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução. Além disso, busca disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação da instituição na área da cidadania. Todavia, em setembro de 2021, por meio da Resolução n.º 004/2021-CPJ, passou a ser chamado Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), cujas matérias de atuação específica passaram a ser saúde, educação urbana, educação do campo e assistência social.

A Coordenação foi assumida pelo Promotor de Justiça Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos, tendo as Promotoras de Jus-

tiça Mariela Correa Hage e Ioná Silva de Sousa Nunes na função de Promotoras de Justiça Auxiliares. Ademais, o CAODS conta, em sua equipe, com os trabalhos desenvolvidos pelo Assessor Especializado de Apoio Técnico Operacional Judicial e Extrajudicial Thadeu Menezes de Abreu, pela Auxiliar de Administração Cristina Xavier de Castro e pelos estagiários de Direito Raíssa Noeding e Anderson Pereira.

Entre setembro de 2021 a 17 de dezembro do corrente ano, Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) coordenou as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho em Defesa da Saúde - GT Saúde (Portaria n.º 1.249/2017-MP/PGJ), com 02 (duas) reuniões, nos dias 30 de setembro de 2021 e 19 de novembro de 2021 e em Defesa da Educação - GT Educação (Portaria n.º 5.256/2017-MP/PGJ), sendo realizadas 02 (duas) reuniões virtuais, nos dias 05 de outubro de 2021 e 12 de novembro de 2021. Nas ocasiões, foram tratadas as temáticas mais atuais referentes à educação e à saúde, com a presença dos Promotores de Justiça componentes dos gru-

pos e, ainda, de convidados palestrantes.

Destaca-se a participação da Promotora de Justiça Lílian Nunes na segunda reunião do GT Educação, que explanou sobre suas experiências exitosas no contexto do retorno às aulas presenciais no município de Santa Isabel do Pará. Partiu-se do entendimento de que as práticas ilustradas serviriam como parâmetro e base para a atuação dos demais Promotores de Justiça que atuam na execução da política pública da educação. Esta contribuição se mostrou importante no atual contexto, uma vez que diversos problemas decorrentes da pandemia ainda estão surgindo e sendo detectados pelos mais variados profissionais que oficiam nessa área, e essas vivências, após compartilhadas, acabaram auxiliando no encontro das soluções mais legítimas e viáveis referentes às problemáticas enfrentadas.

O representante da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA), Guilherme Neves de Mesquita, participou da última reunião do ano do GT Saúde, abordando os Sistemas de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), qual seja o SISREG, que regula pacientes no âmbito municipal, e o SER, que gerencia os leitos dos atendimentos ambulatoriais dos hospitais administrados pelo Estado. Trazendo orientação para atuação dos Promotores de Justiça que atuam na área da saúde, uma vez que puderam debater e buscar, em conjunto, soluções para as demandas que surgem referentes aos sistemas de regulação.

O CAODS também indicou os nomes dos Promotores de Justiça que passaram a compor, enquanto titular e suplente, as seguintes frentes de debate e discussão, cujas matérias estão atreladas às atividades desenvolvidas pelo centro:

- Comissão de Trabalho da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei EAP/SESP (Mariela Corre Hage, titular, e Laércio Guilhermino de Abreu, suplente);
- Fórum Perinatal (Ioná Silva de Sousa Nunes, titular, e Tatiana Ferreira Granhen, suplente);
- Conselho Estadual sobre Drogas (CONED) (Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, titular, e Maria Cláudia Vitorino Gadelha, suplente);
- Câmara Técnica Estadual de Transplante de Rim (CTETR) (Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, titular, e João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Jr., suplente);
- Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos (Ângela Maria Balieiro Queiroz, titular, e Nadilson Portilho Jr., suplente);
- Câmara Técnica da Mulher (Ângela Maria Balieiro Queiroz, titular, e Vylly Costa Barra Sereni, suplente); e a
- Comissão Permanente de Educação (CO-PEDUC) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) (Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos, titular, e Ioná Silva de Sousa Nunes, suplente).

Em 2021, no período de existência do CAODS, foram analisados e revisados, no total, 145 (cento e quarenta e cinco) documentos técnicos elaborados por profissionais do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI), a exemplo de Notas Técnicas e Participações em Eventos, que tratavam de demandas suscitadas por Promotores de Justiça relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social. Tal atividade buscou garantir elementos científicos mais sólidos que pudessem legitimar a atuação dos órgãos de execução.

O CAODS também orientou, juridicamente, Promotores de Justiça do MPPA, assessorando-os e auxiliando-os em sua atuação, totalizando 60 (sessenta e nove) demandas suscitadas e respondidas. Para tanto, foi fornecido material de apoio, a exemplo de modelos de documentos e de peças judiciais e extrajudiciais, legislações, manuais, cartilhas, infográficos e, ainda, sugestões na forma de textos dissertativos-argumentativos.

Além disso, projetos relacionados à educação, à saúde e à assistência social foram discutidos e estão sendo implementados pelo CAODS, isoladamente e em conjunto com outros Centros de Apoio Operacional, visando tratar das políticas públicas referenciadas e nortear o desenvolver das atividades dos órgãos de execução.

O Projeto MP+, a ser executado pela Procuradoria-Geral de Justiça, o CAODS objetiva apresentar 02 (duas) ações: uma intitulada MP+ Integralidade das Ações, que pretende

realizar rodas de conversas e oficinas, tendentes a integrar os diversos setores e atividades voltadas à educação, saúde e assistência social; e a outra MP+ Inclusão na Educação, que tem como objetivo promover o acesso e a permanência do aluno na educação inclusiva.

O CAODS, em conjunto com o CAO Infância e Juventude (CAOIJ) - que está revitalizando o Programa Estágio Cidadão -, está em fase de elaboração de projeto que busca auxiliar os Promotores de Justiça que atuam na área da educação, promovendo instrumentos que os auxiliem no controle dos recursos destinados aos Conselhos Escolares. Está prevista a realização de ciclos de formação, cujos debates envolverão controle social, financiamento da educação e prestação de contas. O projeto, que, a priori, será intitulado Conhecendo os Conselhos Escolares, objetiva assessorar os Promotores de Justiça no fomento ao controle social na educação, por meio da criação e fortalecimento dos Conselhos Escolares. Serão estabelecidas parcerias e diálogo constantes com os componentes da rede de educação, buscando alcançar um comprometimento assíduo desses no sentido de compartilhar ideias acerca das nuances envolvendo os Conselhos Escolares. Neste propósito já foram realizadas reuniões com técnicos do GATI e com integrantes da educação e, ainda, foi elaborado material didático e elucidativo destinado aos Promotores de Justiça, que os auxiliará na fiscalização dos Conselhos Escolares, mais especificamente no que diz respeito à sua criação, funcionamento e regularização.

Este Centro de Apoio Operacional encaminhou ao departamento de informática do MPPA conteúdo para elaboração de documento digital e físico que trata dos Conselhos Escolares, e, também, para a confecção de cartazes que cuidam, por meio de frases diversas, da necessidade da vacinação. Assim como para o desenvolvimento de Cartilha Digital acerca do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que será destinado aos membros, servidores e estagiários do MPPA e, ainda, à comunidade em geral. O documento apresentará, didaticamente, todas as principais informações acerca do TFD, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da saúde. A pesquisa e confecção do documento foi realizada pela equipe do CAODS e, também, pela

profissional da saúde do GATI Ana Maria Helfer.

Soma-se a isso tudo o registro de que o CAODS realizou, no período de setembro de 2021 a 17 de dezembro deste ano, 32 (trinta e duas) reuniões, presenciais e virtuais, objetivando auxiliar os Promotores de Justiça no que diz respeito à sua atuação nas demandas envolvendo educação, saúde e assistência social. Dentre as diversas reuniões ocorridas, o CAODS realizou, virtualmente, 06 (seis) momentos com Promotores de Justiça de cada região administrativa do Estado do Pará que atuam na área da educação, objetivando saber quais as ansias, dificuldades e dúvidas relacionadas à temática do retorno às aulas presenciais, que está sendo tão discutida no âmbito deste órgão. Intencionou-se, prioritariamente, com essas reuniões, coletar o máximo de informações possíveis, tendentes a nortear e direcionar a forma de atuação do referido centro operacional em prol dos órgãos de execução, auxiliando-os e assessorando-os no que for possível.

A realização de reuniões tratando da COVID-19 foi, igualmente, de elevada importância, diante do cenário pandêmico vivenciado. Pretendeu-se uniformizar a atuação dos membros frente às nuances, dificuldades e problemáticas advindas desse contexto de pandemia. Nesse diapasão, o intercâmbio e a troca de experiências entre diversas instituições foram de extrema relevância, uma vez que facilitaram a adoção de medidas preventivas e repressivas tendentes a enfrentar esse momento desajustado.

Merece destaque, sobremaneira, a reunião realizada no dia 26 de novembro de 2021, de forma híbrida, com a Promotora de Justiça Fábria Nilci Santana de Souza do Ministério Público do Amapá (MPAP), com a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), com Promotores de Justiça que atuam nos municípios de Chaves, Afuá e Almeirim e, ainda, com a Secretaria Estadual de Saúde e com a regulação do Estado do Amapá, para tratar da recorrente situação de encaminhamento, via fluvial, sem qualquer amparo assistencial de equipe de saúde, e realizado, muitas vezes, por médico de determinada unidade de saúde, de pacientes oriundos das ilhas do Estado do Pará que se situam às proximidades do município de Macapá, quais sejam Afuá, Breves, Chaves, Almeirim e Portel, às unidades hospita-

lares do referido ente municipal, sem qualquer contato, aviso prévio ou Pacto Formal entre os dois Estados.

Avançando, importante mencionar que o CAODS elaborou e encaminhou aos Promotores de Justiça do MPPA modelo de Recomendação a ser direcionada ao Chefe do Executivo Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, para tratar, em síntese, da compulsoriedade da vacinação. O referido documento foi confeccionado diante da constatação do enfraquecimento das campanhas de vacinação realizadas pelos municípios paraenses e, ainda, por conta do recente aumento do número de casos de COVID-19 vivenciado pelos entes municipais. Assim, apegado à certeza de que a vacinação é o instrumento mais eficaz de combate, prevenção e/ou mitigação do Sars-Cov-2, o CAODS projetou o referido modelo de Recomendação, objetivando garantir, precipuamente, que toda a população paraense tivesse acesso à vacina e, ainda, que todos continuassem a cumprir as medidas preventivas já estabelecidas, com possibilidades de se alcançar a interrupção da circulação do vírus.

Foi realizado, ainda, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), o Webnário A Pandemia COVID-19 em Belém: Passado, Situação atual e Perspectivas Futuras, na modalidade online, que foi transmitido pelo canal do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no YouTube. O evento realizado abordou as peculiaridades da saúde no contexto da pandemia, como forma de apresentar um debate mais atualizado e objetivo sobre o tema, o que se mostrou extremamente necessário no contexto ora vivenciando. Com os assuntos abordados, visou-se ampliar o conhecimento dos participantes acerca da temática e, ainda, fazer repercutir a discussão entre Promotores de Justiça, como forma de subsidiar e auxiliar a sua atuação. O Dr. Cláudio Salgado, Diretor de Vigilância à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), abordou as especificidades da saúde no contexto da pandemia, enquanto que a Dra. Fábila de Melo, Promotora de Justiça, facilitou o debate.

Não se pode olvidar que o CAODS encaminhou aos Promotores de Justiça que atuam na área da educação nos variados polos re-

gionais do MPPA link referente ao Formulário Dados da Educação, para preenchimento e posterior envio. O documento, elaborado com o apoio das técnicas do GATI Danielly Laurentino Damásio e Diana Barbosa Gomes Braga, pretendeu coletar dados referentes aos diversificados problemas que acometem as escolas estaduais paraenses e que ferem, sobremaneira, o direito fundamental à educação. Em certo momento do formulário, foi possível informar quais as matérias relacionadas ao direito à educação que permeiam os processos judiciais e/ou os procedimentos extrajudiciais que tramitam nas Promotorias de Justiça, tendo sido permitido, inclusive, o detalhamento das situações-problemas. Referidos dados, depois de colhidos e organizados, terão como destinatário a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Ainda nesse contexto, será articulada reunião virtual com os órgãos de execução e com a pasta estadual em questão, visando buscar solucionar esses problemas que foram previamente apresentados por meio dos dados colhidos.

Ainda dentre as atividades desenvolvidas pelo CAODS no perí-

odo de setembro de 2021 a 17 de dezembro do presente ano, registra-se que foi elaborado infográfico intitulado Fluxo da Rede de Saúde do SUS, destinado aos membros, servidores e estagiários do MPPA e, ainda, à comunidade em geral. O documento apresentou, didaticamente, o fluxo da rede de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tratando da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade e, além disso, das curiosidades mais proeminentes acerca da matéria, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da saúde. A feitura do documento foi resultado do trabalho realizado pela equipe do CAODS e, também, da profissional da saúde do GATI Ana Maria Helfer, que pontuou e explicou todas as nuances essenciais do fluxo da rede de saúde do SUS, que vieram, posteriormente, a compor o infográfico.

O CAODS possui, atualmente, 02 (dois) contratos em andamento, quais sejam o TERMO DE ADESÃO - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO S/N/2019 e o Acordo de Cooperação Técnica n.º 040/2017. O Promotor de Jus-

tiça e Coordenador deste órgão auxiliar Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos assumiu a titularidade, enquanto que o Assessor Especializado de Apoio Técnico Operacional Judicial e Extrajudicial Thadeu Mariano Menezes de Abreu a suplência do acompanhamento e fiel execução dos instrumentos referenciados. Já o Protocolo de Intenções s/n/2014, que tem por objeto estimular a implantação do Projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), não teve sua vigência prorrogada, considerando que as únicas Promotorias de Justiça que ainda o implementavam - Icoaraci e Mãe do Rio - não mais o executam.

